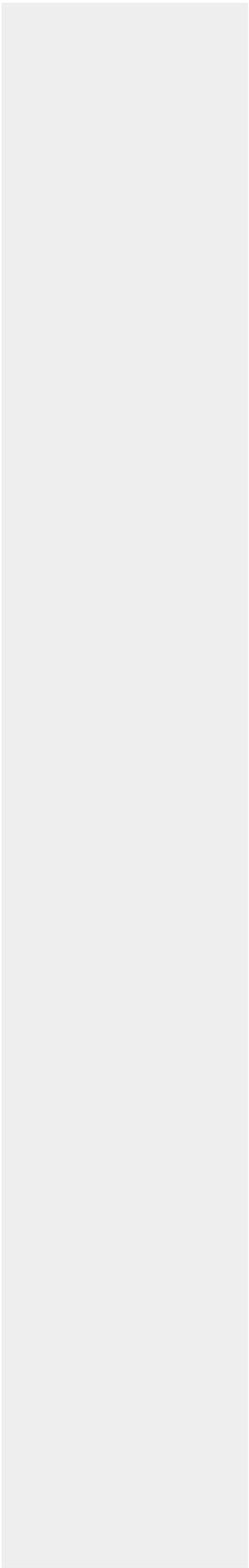


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ESPAÇOS PÚBLICOS DA ORLA MARÍTIMA DO CENTRO
HISTÓRICO DE FLORIANÓPOLIS:
O LUGAR DO MERCADO**

**Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção de Grau de Mestre em Geografia,
opção Desenvolvimento Regional e Urbano.
Orientador: Prof. Msc. Luís Fugazzola Pimenta**





Para Mirtô, Bruno, Mariana e Cecília

Agradecimentos

Ao orientador, prof. Luís Fugazzola Pimenta, pela dedicação e solidariedade com que sempre apoiou esse trabalho. Aos membros da banca, profs. César Floriano dos Santos, Ewerton Vieira Machado e Alicia Norma González de Castells pela valiosa contribuição crítica. A Norberto Depizzolatti, da Casa da Memória de Florianópolis (Fundação Franklin Cascaes), cujo profissionalismo em muito contribuiu para a parte iconográfica. Aos amigos André Augusto Manara e Carolina Sá Fortes Regis pelo apoio logístico inestimável. Aos colegas do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, que me substituíram nas atividades acadêmicas quando do afastamento para cursar o Mestrado. Por fim, à Ilha de Santa Catarina, que há vinte anos me acolheu e que foi a motivação dessa tentativa de estudo.

SUMÁRIO

A. LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	6
B. LISTA DE ILUSTRAÇÕES	7
C. RESUMO	10
D. ABSTRACT	11
1. INTRODUÇÃO	12
2. A ILHA DE SANTA CATARINA – DE DESTERRO A FLORIANÓPOLIS	13
2.1. OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	13
2.2. DESTERRO CIDADE	16
2.3. O CRESCIMENTO ECONÔMICO URBANO-PORTUÁRIO NO SÉCULO XIX	17
2.4. OS MELHORAMENTOS URBANOS	19
2.5. O INÍCIO DO SÉCULO XX E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS	20
3. A ÁREA CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS E SUA ORLA: ASPECTOS SIMBÓLICOS NAS ATIVIDADES HUMANAS	23
3.1. ASPECTOS SIMBÓLICOS	23
3.1.1. A Ilha e a Orla	23
3.1.2. Insularidade e Ilheidade	25
3.1.3. Contradições na Vivência da Orla Insular	26
3.2. VIVÊNCIAS URBANAS E TRANSFORMAÇÕES DE PAISAGEM	27
3.2.1. Aterros na Orla Insular Central	27
3.2.2. Vivências Urbanas na Antiga Orla Marítima Central	34
4. O MERCADO PÚBLICO: HISTÓRIA E MEMÓRIA	39
4.1. LUGARES URBANOS E MEMÓRIA COLETIVA	39
4.2. ESPAÇOS PÚBLICOS DE MERCADO AO LONGO DA HISTÓRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	42
4.3. O MERCADO PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS – ASPECTOS HISTÓRICOS	47
4.3.1. O Primeiro Mercado	47
4.3.2. O Mercado em novo local	49
4.3.3. A nova ala marítima	50
4.4. O MERCADO E A MEMÓRIA URBANA	51
4.4.1. O Mercado espaço identitário da cidade	52
4.4.2. O Mercado e a memória dos seus comerciantes	53
4.4.3. O Mercado e a perda do mar	55
5. O LUGAR DO MERCADO DE FLORIANÓPOLIS	57
5.1. (RE) VISITANDO CONCEITOS	57
5.1.1. Lugar e identidade	60
5.1.2. Lugar e não-lugar	63
5.2. O MERCADO PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS HOJE	66
5.2.1. Lugar de alimentação e lazer	67
5.2.2. Lugar das utilidades domésticas, vestuários e afins	68

5.2.3. Lugar da administração e serviços	70
5.2.4. Lugar de eventos	70
5.2.5. Lugar de Conflitos	76
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
7. BIBLIOGRAFIA	88
7.1. LIVROS	88
7.2. REVISTAS	93
7.3. JORNAIS	94
7.4. GUIAS E CATÁLOGOS	94
7.5. ENCICLOPÉDIAS	94
7.6. PLANOS	94
7.7. TESES E DISSERTAÇÕES	94
7.8. ENTREVISTAS REALIZADAS	95
7.9. ATAS	95
7.10. ANAIS	95

A. LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania.

COTESPHAN – Comissão Técnica do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Florianópolis.

IPIUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

MPB – Música Popular Brasileira.

PUC – Pontifícia Universidade Católica.

SEPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Florianópolis.

SESC – Serviço Social do Comércio.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

UNESP – Universidade do Estado de São Paulo.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

B. LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Plano da Villa de N. S. do Desterro da Ilha de Santa Catarina. Ano 1754. Autor: José Custódio de Sá e Faria. Fonte: REIS, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.

Figura 2- Planta da Villa Capital de Santa Catarina. Ano: 1774. Autor: Jaques Funck.. Fonte: REIS, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.

Figura 3- Parte da planta da cidade do Desterro. Ano: 1823. Autor: Tenente Coelho Paniche. Fonte: PELUSO JR, Victor: Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina .Florianópolis: UFSC: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

Figura 4- Fotografia- Portal Tríptico- Vista da Torre da Catedral. -Florianópolis- Década de 1920.

Figura 5- Fotografia- Praça Fernando Machado- Década de 1930.

Figura 6- Planta da Área Central de Florianópolis. Década de 1950.

Figura 7- Plano da Área Central com novo Aterro. Década de 1970.

Figura 8- Fotografia- Praça Fernando Machado . Ano 2001.

Figura 9- Fotografia- Praça Fernando Machado . Ano 2001.

Figura 10- Planta da Área Central com os limites da orla marítima. Florianópolis.

Figura 11- Planta de delimitação da área do Aterro Hidráulico da Baía Sul- Florianópolis. Ano: 1978.

Figura 12- Fotografia- Aterro Hidráulico Prainha (atual Assembleia Legislativa). Década de 1960.

Figura 13- Fotografia- Obras da Ponte Colombo Salles. Década de 1970.

Figura 14- Fotografia- Início do Aterro da Baía Sul- Década de 1970.

Figura 15- Planta do Projeto Paisagístico do Aterro da Baía Sul. Década de 1970 .

Figura 16- Fotografia- Cais Frederico Rolla com Miramar- Florianópolis- década de 1930.

Figura 17- Bico-de-pena- Miramar. Década de 1960.

Figura 18- Desenho- Alternativa de novo sistema viário para Florianópolis - Década de 1970.

Figura 19- Planta- Alternativa de Projeto para o Aterro da Baía Sul com espelho d'água. Década de 1970 .

Figura 20- Desenho- Alternativa de Novo Sistema Viário para Florianópolis. Década de 1970 .

Figura 21- Fotografia- Maquete do Projeto final para o Aterro da Baía Sul. Década de 1970.

Figura 22- Fotografia- Maquete do Projeto final do Aterro da Baía Sul. Década de 1970.

Figura 23- Fotografia- Miramar. Ao fundo Tribunal de Justiça. Década de 1970.

Figura 24- Fotografia- Aérea. Área Central de Florianópolis. Ano: 1996.

Figura 25- Fotografia- Orla marítima- Trapiches- Desfile Militar. Década de 1920.

Figura 26- Fotografia- Praça Fernando Machado e aspecto da orla sul da cidade. Ano: 1959.

Figura 27- Fotografia- Desfile militar- Antigo Miramar- Década de 1920.

Figura 28- Fotografia- Antiga Alfândega. Ao fundo cais Francisco Tolentino. Década de 1930.

Figura 29- Fotografia- Fábrica Hoepcke. Rita Maria. Década de 1960.

Figura 30- Fotografia- Orla Marítima, ao fundo Forte de Santa Bárbara. Década de 1950.

Figura 31- Fotografia- Competição de remo (cais hoje aterrado). Década de 1920.

Figura 32- Fotografia- Cena do Mercado. Ano: 1999.

Figura 33- Fotografia. Vão central do Mercado Público . Ano: 1997.

Figura 34- Fotografia- Praça Fernando Machado com barracas de feira. Década de 1990.

Figura 35- Fotografia- Mercado Velho - Final da Praça XV. Fim século XIX.

Figura 36- Fotografia- Mercado Novo. Postal de 1907.

Figura 37- Fotografia- Cais Frederico Rolla, vendo-se ao fundo o Mercado Municipal. Ano: 1959.

Figura 38- Fotografia- Serviços e comércios situados no interior do Mercado Público. Ano: 2001.

Figura 39- Fotografia- Rua Francisco Tolentino (ao fundo, Mercado Público Municipal). Ano: 2001.

Figura 40- Fotografia- Serviços e comércios situados no interior do Mercado Público. Ano: 2001.

Figura 41- Fotografia- Vista do Mercado Público desde o Aterro. Ano :2001.

Figura 42- Fotografia- Permanência do Mercado- Aterro da Baía Sul. Década de 1980.

Figura 43- Fotografia- Permanência do Mercado- Aterro da Baía Sul. Década de 1990.

Figura 44- Fotografia- Permanência do Mercado- Aterro da Baía Sul. Década de 1990.

Figura 45- Fotografia- Catedral Metropolitana. Ano: 2001 .

Figura 46- Fotografia- Orla do Centro de Florianópolis. Postal. Ano: 1904.

Figura 47- Fotografia- Vista superior do vão central do Mercado Público. Ano: 2001.

Figura 48- Fotografia. Vista do Mercado Público e seu vão central. Ano: 2001.

Figura 49- Fotografia- Vista do Mercado Público desde a rua Conselheiro Mafra . Ano :2001.

Figura 50- Fotografia- Vista do Mercado Público desde o Aterro. Ano: 2001.

Figura 51- Fotografia- Mercado Público em obras. Ano: 1985.

Figura 52- Fotografia- Mercado Público- vão central . Década

da de 1950.

Figura 53- Fotografia-Vista do Mercado Público desde o Aterro. Ano: 2001.

Figura 54- Fotografia- Serviços e comércio situados no interior do Mercado Público. Ano: 2001.

Figura 55- Fotografia- Serviços e comércio situados no interior do Mercado Público. Ano: 2001.

Figura 56- Fotografia- Lojas do Mercado Público localizadas à rua Conselheiro Mafra. Ano: 2001.

Figura 57- Fotografia- Serviços e comércio situados no interior do Mercado Público. Ano: 2001.

Figura 58- Fotografia-Vista do Mercado Público e seu vão central. Ano: 2001.

Figura 59- Fotografia- Aterro Baía Sul . Ano:1985 .

Figura 60- Fotografia -Aterro Baía Sul . Ano:1985 .

Figura 61. Papel em Bobina - Box 12. Ano:2001.

Figura 62- Fotografia- Jogo de Capoeira no vão do mercado Público.Ano: 2000.

Figura 63- Fotografia- Pintura sobre o Mercado.Ano: 1999.

Figura 64- Fotografia- Pintura de Onildo Borba. Ano: 2000.

Figura 65- Fotografia- Fratura Exposta 2 - Releitura do Mercado.Ano: 2000.

Figura 66- Fotografia- Fratura Exposta 2 - Releitura do Mercado.Ano: 2000.

Figura 67- Fotografia- Catálogo da Exposição-Fratura Exposta 2 - Releitura do Mercado.Ano: 2000.

Figura 68- Reprodução- Capa do Catálogo da Exposição-Fratura Exposta 2 - Releitura do Mercado.Ano: 2000.

Figura 69- Fotografia- Exposição de arte no Mercado.Ano:1999.

Figura 70- Fotografia- Exposição de arte no Mercado.Ano:1999.

Figura 71- Ilustração- Planta- Baixa de usos do Mercado.

Figura 72- Ilustração- Planta- Baixa - Usos do Mercado- 2º pavimento-Torre Oeste.

Figura 73- Ilustração- Fachada Oeste Mercado.

Figura 74- Fotografia- Ocupação do Largo por camelôs. Década de 1980.

Figura 75- Fotografia- Ocupação do Largo por camelôs. Década de 1980.

Figura 76- Fotografia- Maquete da proposta de cobertura do vão central do Mercado Público. Ano: 2001.

Figura 77- Fotografia- Reprodução de postal. Trapiche da Baía Sul.

C. RESUMO

O trabalho aborda a questão dos espaços públicos urbanos, aqueles de livre acessibilidade, da orla marítima do Centro Histórico de Florianópolis, SC. Referenciado nas ferramentas teóricas da memória coletiva e do conceito de lugar antropológico, o estudo aborda as transformações de paisagem da orla, os usos, atividades e vivências desses espaços ligados às práticas marítimas, conectados com a vida urbana de Desterro, hoje Florianópolis. É dada ênfase ao lugar do Mercado Público, como espaço identitário da Ilha de Santa Catarina, para os cidadãos e visitantes que vivenciam, ou simplesmente passam por esse trecho da cidade. A História do Mercado, e de sua ambiência, é abordada para reforçar a presença desse espaço- patrimônio cultural da Ilha - ainda hoje (embora afastado do mar em virtude do aterramento da orla central), nos níveis simbólico e vivencial da cidade. É defendida a idéia da manutenção do caráter público desse espaço, de suas atividades ligadas à cultura local- do cotidiano e das festas- da diversidade de suas ofertas, tanto de trocas comerciais quanto vivenciais. O trabalho conclui que o lugar do Mercado, seu caráter de praça pública, se contrapõe, como exemplo, aos não- lugares, aos espaços segregadores, ligados às práticas comerciais, mercadológicas, de uma sociedade de consumo, cada vez mais presente e exclusionista.

C. ABSTRACT

Public Spaces in the Seafront of the Historic Centre of Florianópolis: the Place of the Market.

The research addresses the issue of urban public spaces, those of free accessibility, in the seafront of the Historic Centre of Florianópolis, SC. The investigation addresses, with reference to the theoretic tools of collective memory and to the concept of anthropological place, the landscape transformations of the seafront, the uses, activities, and experiences of these spaces linked to sea practices, connected to the urban life of the former Desterro, now Florianópolis. The emphasis is focused on the place of the Public Market, as an identity-giving place for the Island of Santa Catarina, for citizens and visitors that experience or simply pass by this part of the city. The history of the Market, and of its ambience, is addressed to reinforce the presence of this space- a cultural inheritance of the Island- still today (although far from the sea due to the landfill of the central seafront), at the symbolic and urban experience levels of the city. The argument defendes is based on the idea of keeping the public character of this space, its activities linked to the local culture- of daily life and parties- and the diversity it offers in terms of commercial and life experiences exchanges. The research concludes that the place of the Market, and its character of public square, can be contrasted, as an example, to non-places, to segregating spaces, associated with the commercial and market practices of an increasingly present and excluding consumers society.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre espaço público¹ no Brasil é relativamente recente e surge da necessidade de serem entendidas as relações entre a sociedade, suas demandas urbanas e o poder para que, com bases reais, se discuta a qualificação de áreas urbanas públicas, para funções simbólicas e de uso.

Este trabalho se propõe a estudar a evolução urbana e a memória de uma das mais importantes áreas públicas da cidade de Florianópolis, Santa Catarina: é o Centro Histórico, em particular sua antiga orla marítima insular e morfologia contemporânea, com ênfase em um espaço emblemático para a cidade, o Mercado Público.

As relações de troca (o comércio), do encontro, do lazer urbano (valores de uso) se explicitam nessa área urbana, plena de centralidade e valor simbólico, lugar significativo na memória dos cidadãos.

Em uma rápida revisão histórica das últimas décadas do século XX, vemos que as transformações ocorridas no centro de Florianópolis, a partir de intervenções estatais nos anos 1970, alteraram radicalmente a morfologia da Ilha de Santa Catarina, com a criação de novo sistema de ligação viária com o continente. Esse sistema concebido na época do regime político totalitário, dentro de uma ótica das grandes obras rodoviárias, veio a desenhar, no seu resultado físico, novas áreas aterradas, roubadas ao mar, gerando, entre outras, a área conhecida como Aterro da Baía Sul, além da Avenida Beira Mar Norte.

Isso foi acompanhado, na época, por uma depreciação imobiliária de grande parte da área histórica central, e também de processo de verticalização de alguns bairros centrais, como é o caso da área da avenida Hercílio Luz.

O trabalho pretende também analisar o espaço do Mercado Público e suas adjacências, como um lugar, onde as transformações de paisagem e usos em seu entorno, como, por exemplo, o afastamento do mar, contrastam com a permanência do espaço urbano em referência.

Essa permanência se dá ainda no plano simbólico, como um palimpsesto, documento vivo do passado, onde as trocas comerciais se dão (embora as mercadorias tenham, muitas delas, mudado) bem como as trocas existenciais, essas tão importantes quanto aquelas.

No capítulo 2 são estudados os aspectos evolutivos da ocupação da Ilha de Santa Catarina ao longo do tempo e as transformações espaciais ocorridas em função dessa ocupação.

A questão simbólica e as atividades urbanas relativas à área urbana central são abordadas no capítulo 3, onde as transformações de paisagem são enfatizadas.

No capítulo 4 o Mercado Público de Florianópolis é o tema

¹ Espaços públicos ou espaços exteriores são considerados pelo arranjo de lugares abertos a todos. Estão geralmente sob a responsabilidade de coletividades públicas ou algumas vezes de direito privado. A maioria está ao ar livre mas podem estar parcial ou totalmente cobertos (SABLET, 1991).

central de abordagem, onde se faz uma breve análise histórica da evolução espacial desse tipo de espaço público na cultura ocidental e nas particularidades quanto à Ilha de Santa Catarina.

Por fim no capítulo 5, o Mercado como lugar, do ponto de vista antropológico- urbano, é abordado em suas especificidades e contradições; tentando se afirmar a importância desse espaço público como identitário da área central de Florianópolis.

2. A ILHA DE SANTA CATARINA – DE DESTERRO A FLORIANÓPOLIS

A Ilha de Santa Catarina se situa entre as latitudes 27°25' e 27°50', na direção geral NE/SW, tendo uma área aproximada de 423 km², com uma população de aproximadamente 280.000 habitantes. As baías norte e sul a separam do continente e são divididos por um estreito de 500m de largura.

O ambiente natural da Ilha é delineado por cerca de 100 praias definidas por costões, promontórios, restingas, manguezais e dunas.

Dois maciços montanhosos e planícies costeiras se associam caracterizando um relevo descontínuo. Tais maciços cortam a Ilha originando uma dorsal central orientada no sentido N_NE/S-SW, cuja altitude máxima chega a 532m, formando um divisor de águas, e ramificando-se lateralmente em esporões que se alongam submersas, emergindo eventualmente e com isso formando algumas ilhas costeiras².

2.1 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

A situação geográfica da Ilha de Santa Catarina, a meio caminho entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata contextualiza a importância de sua ocupação pela Coroa Portuguesa.

Um porto tranquilo, o último até Buenos Aires, de boa parada para abastecimento de água e víveres, muitos deles comerciados com os índios, atraía, muito antes da ocupação portuguesa, navegantes de várias origens: espanhóis, ingleses, holandeses, etc³. . .

“O porto foi o elemento de formação de Nossa Senhora do Desterro. A Baía Sul, entre a ilha de Santa Catarina e o continente, oferecia abrigo às embarcações, constituindo o porto que Francisco Dias Velho utilizou

² FRUGOLI, Marcos. OROFINO, Paulo. BICCA, Vera: Plano de Referência para um Turismo Sustentável no Sul da Ilha de Santa Catarina – Instituto Ambiente Sul, Florianópolis, 1999 (p. 19).

³ Como o navegador Juan de Solis que teria aportado em 1516 na Ilha, chamada então de Meimbipe. In: LUZ, Aujor A: Santa Catarina – Quatro Séculos de História (XVI ao XIX). Florianópolis: Insular, 2000, p. 21,).



Figura1.Plano da Villa de N. S. Do Desterro da Ilha de S. Catherina. Ano: 1754. Autor: José Custódio de Sá e Faria. Fonte: REIS, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial.São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.. Escala Gráfica.

para chegar ao sítio que escolhera, e com o qual contava para manter relações com a comunidade de que se destacava para lançar as bases de sua fundação”⁴.

Como muitas outras cidades e vilas litorâneas do Brasil na América Portuguesa, a póvoa nomeada de Nossa Senhora do Desterro “teve seus fundamentos em torno da ermida que, no alto da pequena colina, o fundador construíra”⁵.

A ocupação portuguesa da Ilha de Santa Catarina ocorreu depois da criação da Vila de São Francisco do Sul (1660) por iniciativa do bandeirante Vicentista Francisco Dias Velho que na Ilha estivera por volta de 1662 e depois permanecendo entre 1675 e 1678, solicitando inclusive semarias na Ilha, afirmando que “já tinha a Igreja Nossa Senhora do Desterro”⁶.

Motivos políticos, como a disputa com os espanhóis e a posição geográfica da Ilha fizeram com que D. João V, em 1638 formar uma Capitania (de Santa Catharina) com 300 léguas de extensão, indo do sul de Paranaguá em direção ao Rio da Prata.

O povoado foi crescendo em volta da capela cujo nome depois seria atribuído à póvoa⁷. No começo do século XVIII algumas famílias se agrupavam em torno da referida capela e da área aberta, depois praça.

Ao contrário de teses defendidas em tempos passados por intelectuais do quilate de Sérgio Buarque de Hollanda, os portugueses tinham preocupação com o desenho de planos urbanos, reguladores do início e crescimento de povoações brasileiras.

Depois de 1747, Desterro vai ter sua praça central com dimensões de 107,8m de lado, correspondendo a “um quadrado de 500 palmos de face” formando portanto “praça quadrada, com implantação central no conjunto urbano, geradora e envolvida por uma retícula de quarteirões edificadas, separados por arruamentos de medida constante”⁸.

Tais planos e dimensões correspondem a determinações de Previsão Real, de nove de agosto de 1747 após Carta Régia de 1746 que prevê e regulamenta a migração açoriana, destinada a povoar o Sul do Brasil.

⁴PELUSO JR, Victor A: Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina – Florianópolis: Ed. Da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991, p. 312.

⁵ CABRAL, Oswaldo R.; Nossa Senhora do Desterro vol. 1. Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 17.

⁶ CABRAL, Oswaldo, R: Notícia Histórica, Authentica, Sincera, Pictoresca e Sentimental da Velha, depois Cidade de Santa Catharina dos Casos Raros Alcunhadas. Florianópolis, s.e. 1971.

⁷ Há controvérsias em torno da data de fundação de N.Sra do Desterro. Em PAULI, Evaldo. A Fundação de Florianópolis. 2º ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987 (p. 19), é dado o registro de 23 de março de 1726.

⁸cf FERNANDES, José M. Índia e Sul do Brasil: Planos do Urbanismo Português no Século XVIII. In: Universo Urbanístico Português 1415-1822. Lisboa, Portugal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses 1998, p. 249.

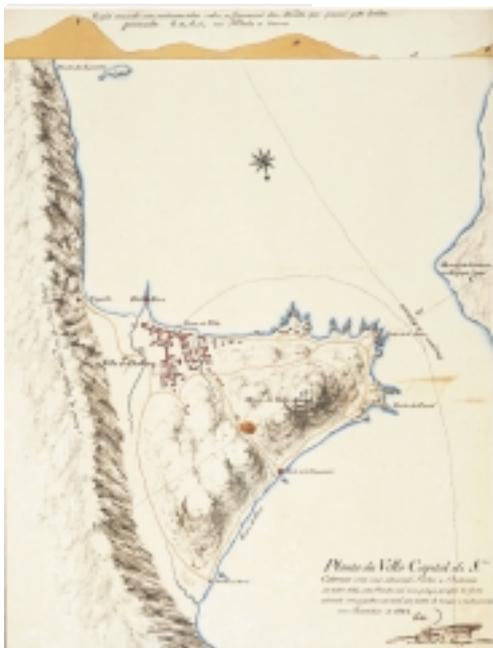


Figura2. Planta da Villa Capital de Santa Catarina. Ano: 1774. Autor: Jaques Funck.. Fonte: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.. Escala Gráfica.

Para PELUSO JR, o traçado do “plano urbano na povoação de pescadores que, em 1726, foi elevada à vila”⁹ teria sido também “traçado de acordo com a herança que os lusos receberam dos acampamentos romanos”¹⁰.

Essa influência romana na expansão do Segundo Império, marcando quase toda a Europa com seus acampamentos em desenho xadrez – excelente alternativa espacial para controle do território – vingou e determinou, inclusive, o desenho dos planos urbanos que a Companhia das Índias implantou na América Hispânica.

Em Desterro, uma proposta mais modesta em termos de dimensões do plano urbano determinou um desenho de quadros regulares ao redor da praça. Entendemos que a topografia modificou o traçado posterior, dos caminhos que levavam ao interior da Ilha, em busca d’água e alimentos.

Para atender a defesa da Ilha e de suas águas estratégicas, contendo o avanço espanhol e tentando a posse das terras ao sul da colônia (tendo em vista o tratado de Tordesilhas) uma Carta Régia (11 de agosto de 1738) cria o Governo Militar de Santa Catarina, “instalando-o em Desterro, onde o Brigadeiro Silva Paes dele tomou posse em 1739”¹¹.

Silva Paes, que depois vai ser o Governador da Capitania de Santa Catarina, era formado pela Aula de Arquitetura Militar de Lisboa. Assim usando seu talento vai projetar e iniciar as obras da Igreja Matriz (hoje Catedral), da Casa do Governo (depois Palácio Cruz e Souza) e quatro fortalezas.

Essas fortificações são as de (Santa Cruz na Ilha e Anhatomirim - 1739/1744 - , São José da Ponta Grossa – 1740 -, Santo Antônio na Ilha de Ratoes Grande – 1740, e a fortaleza de N. Sra da Conceição na Ilha de Araçatuba – Naufragados)¹².

Tais obras de grande porte e “foco de atração de núcleos permanentes de população”¹³ vão ajudar a consolidar o adensamento de Desterro, que vai receber também a contribuição populacional da migração açoriana (1748 a 1756).

Antes disso segundo PAULI (1987) em 1721, Desterro possuía 27 casas e “mais de 130 pessoas de confissão”¹⁴.

A migração açoriana que veio povoar o sul da Colônia trouxe seis mil pessoas, das quais 1500 desceram mais ao sul, indo povoar ao longo do litoral, por exemplo, o Porto dos Casais, hoje Porto Alegre (RS).

⁹ PELUSO JR, op. cit. p. 315.

¹⁰ Op. cit, p. 315.

¹¹ Op. cit. p. 314.

¹² Cf VEIGA, Eliane V. de: *As Fortificações Catarinenses no Brasil Colonial – introdução ao seu estudo*. Florianópolis, s. e., 1988, p. 15.

¹³ REIS, Nestor Goulart: *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000, p. 382.

¹⁴ PAULI, op. cit., p. 158.

Esses imigrantes foram de grande importância para a ocupação inicial da Ilha. Com o crescimento populacional nas décadas seguintes foram desmembradas várias freguesias no interior da Ilha, tais como a da Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha, Trindade, Santo Antônio de Lisboa e depois Canasvieiras.

A migração açoriana criou fortes raízes na cultura ilhoa, na agricultura, na pesca e conseqüentemente no modo de viver ligado a essas práticas.

Ainda sobre o cenário urbano de Desterro, por volta de 1812, o cientista-viajante Von Langsdorff, descreve a Vila como “uma pequena cidadezinha (...) sobre uma faixa de terra acidentada de declividade suave e que conta com 400 a 500 casas; dizem que o número de habitantes da ilha chega a 10 mil e o da província de 5 a 30 mil almas. (...) As casas são de pedra e barro batido a seco, as ruas geralmente regulares”¹⁵.

PELUSO JR, comenta visita de Saint Hilaire à Desterro em 1820, o qual comenta que “a praça tem a forma de um quadrado longo, é gramada e mede cerca de noventa passos de largura por trezentos de comprimento, da praia à Igreja Paroquial, onde termina”¹⁶.

É muito grande a importância da praça central: pela sua regularidade, pelo espaço que media entre o porto (chegada e saída da Ilha) e a igreja (lugar de encontros não só religiosos mas sociais) e pelo lugar que é, dos encontros entre diferentes e cenário da vida cotidiana.

Quanto à economia da época, até a consolidação do porto para exportação de madeira e farinha de mandioca, que vai acontecer mais tarde, ela se dá principalmente com base na agricultura, na criação de poucos animais e na pesca. PELUSO JR (1991) afirma, com base em relato do viajante Saint-Hilaire, que havia também um “comércio varejista e atacadista” em Desterro que atraía, inclusive, os moradores próximos do Continente¹⁷.

2.2 DESTERRO CIDADE

Após a Independência do Brasil, Desterro é promovida a cidade. Com o movimento comercial causado pelo porto é que se dá uma aceleração no crescimento da capital “(...) assobradando-se o centro urbano (...)”¹⁸

A planta de 1823, da Câmara do Desterro, mostra o plano da cidade. A praça central, situada no eixo da enseada, vai orientar as ruas próximas: as longitudinais são paralelas a ela e as transversais são perpendiculares.

¹⁵ Apud BERGER, Paulo (org). Ilha de Santa Catarina; relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. 2ª ed.. Florianópolis: UFSC: Assembléia Legislativa, 1984, p. 163.

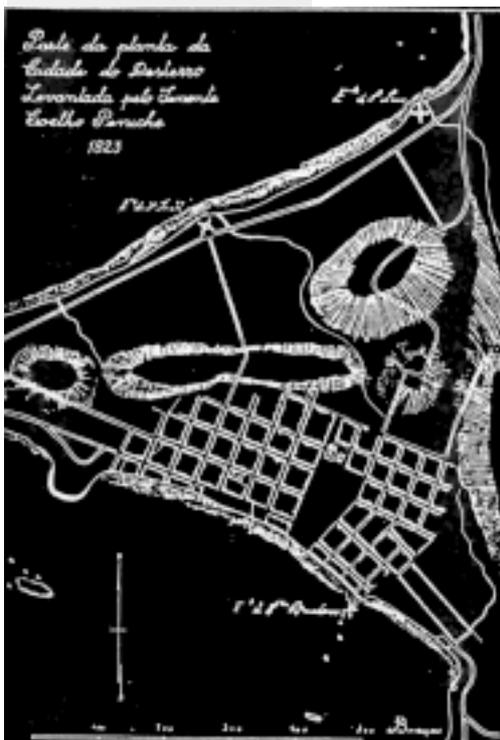
¹⁶ PELUSO JR., op. cit., p. 316.

¹⁷ PELUSO JR., op. cit., p. 326.

¹⁸ CABRAL, op. Cit., p. 233.

Figura3. Parte da planta da cidade do Desterro. Ano: 1823.

Autor: Tenente Coelho Paniche. Fonte: PELUSO JR, Victor: Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina .Florianópolis: UFSC: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1991. Escala Gráfica.



O restante das vias eram caminhos que alcançaram os fortes de Santana, São Francisco e o de São Luiz. Na baía norte entre o Morro do Antão e o mar, para a freguesia da Trindade, a leste para o Saco dos Limões, entre outros caminhos menos importantes.¹⁹

Na área central a Travessa que vai para o Forte depois Travessa João Pinto concentrava grande parte do comércio, já desde o século XVIII. CABRAL (1979) indica que nesta região, “das 18 lojas de fazenda existentes no Desterro, em 1797, a maioria aí se localizava e, das 44 ‘tavernas de molhado’ que então havia, 30 ficavam nesse bairro, as restantes 14 do outro lado da Praça”.²⁰

Conforme CABRAL nos ensina, até 1843, as ruas não tinham indicação do nome. Quanto a pavimentação só começou a ser feito, na área central somente após 1816, quando se iniciou o calçamento do acesso ao hoje Hospital de Caridade.²¹

A urbanização se inicia. Em 1831, o governo municipal ordenava a limitação dos terrenos e antes em 1829 já proibía a Câmara “(...) que fosse feita qualquer construção sem as necessárias licenças (...)”.²²

As irregularidades na construção de edificações, prática até hoje existente em Florianópolis, já tinha sido motivo de legislação normatizadora, no fim do século XVIII.²³

Segundo CABRAL, em 1791 o governador Manoel Soares de Coimbra “ficou de enviar à Câmara (...) um plano ou prospecto para servir de modelo às casas que viessem a ser construídas”²⁴ evitando as improvisações que caracterizavam o cenário urbano.

2.3 O CRESCIMENTO ECONÔMICO URBANO-PORTUÁRIO NO SÉCULO XIX

Até a metade do século XIX, Desterro continuava uma cidade pequena, de crescimento lento.

O viajante Krüsenstern que esteve na cidade entre 1803 e 1804, relatou que “a cidade está construída em um local muito agradável, consiste de cerca de 100 casas mal-construídas, e é habitada por dois ou três mil portugueses, pobres e escravos negros”.²⁵

Os dados são controversos, pois outro viajante, Lisiansky, em 1814, registrou que “por uma estimativa do governo, a população soma, no presente, a 10.142 almas, das quais umas quatro mil são negras”.²⁶

Com o advento das imigrações, depois da açoriana, outras etnias aqui aportaram alemães, italianos, sírios, libaneses e gregos, além de brasileiros de outros lugares. Vieram essas pessoas trabalhar, principalmente, no comércio, “bastante dinâmico por causa do crescimento da atividade portuária”.²⁷

¹⁹ PELUSO JR., op. cit., p. 316.²⁰CABRAL, op. cit., p. 124.

²¹ Idem, Op. cit., p. 146.

²² Op. cit., p. 148.

²³ Op. cit., p. 211.

²⁴ Op. cit., p. 211.

²⁵ BERGER, op. cit., p. 150.

²⁶ Idem, Op. cit., p. 162.

²⁷ CECA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania. Uma Cidade Numa Ilha – CECA, Florianópolis: Insular, 1996, p. 55.

Após um período onde a economia era de subsistência, no século XVIII, com a chegada dos militares de carreira que vieram para a defesa da região sul, “a economia de sustento familiar transformou-se em uma economia voltada para um pequeno mercado”.²⁸

Esse mercado era voltado basicamente à população local, a qual era “não-produtiva, mas sem dúvida, consumidora: militares, sacerdotes, funcionários, cujo consumo exigiu a abertura de casas comerciais”.²⁹

No início do século XIX, começam a haver mudanças no quadro das elites da época. Os militares passam o comando do governo para os civis, “escolhidos entre os elementos mais expressivos da sociedade local”.³⁰ Esses eram os comerciantes, que se constituíram então em um grupo social mais importante que os demais. Seu enriquecimento, via de regra, advinha do fato de serem eles “proprietários de embarcações que efetuavam o comércio de pequena cabotagem entre os diversos pontos do litoral catarinense”.³¹

O fato do Porto de Desterro ser ponto importante da rota Norte-Sul da qual faziam parte os portos de, por exemplo, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Rio Grande, Montevidéu e Buenos Aires, tomava maior o lucro com os negócios.

A propósito disso, HÜBENER dá conta que entre 1872 e 1873, 563 barcos de pequena e grande cabotagem aqui aportaram.³²

Podemos constatar então que ao contrário do século XVIII quando o principal produto exportado, a farinha de mandioca, sofria embargo por parte do governo português (que muitas vezes não pagava os comerciantes), agora no século XIX começa a ser diversificada a oferta de produtos com grande movimento portuário, principalmente da década de 1860 em diante.

Como HÜBENER (1981) salienta o principal comércio era de cabotagem, embora houvesse algum comércio com a Europa, predominando aquele efetuado com a Inglaterra. O comércio exportador era basicamente feito com Argentina e Uruguai.³³

Não houve acumulação acentuada de capital. Os comerciantes investiam o lucro em seu consumo próprio, e a situação da província era de pouca dinâmica.

Sobre a movimentação do porto, VÁRZEA (1985) relata que esse é animado “por um movimento marítimo que não existe em nenhum dos outros portos do Estado”. Havia frequência semanal de embarcações que iam do Rio de Janeiro ao Prata, além dos de pequeno percurso como “lanchões, botes, lanchas, baleeiras, canoas de voga e outras”.

VÁRZEA salienta que o movimento é maior, atingindo “pro-

²⁸ HÜBENER, Laura M. O Comércio da Cidade do Desterro no Século XIX. Florianópolis: UFSC, 1981, p. 16.

²⁹ Op. cit., p. 17.

³⁰ Op. cit., p. 17.

³¹ Op. cit., p. 17.

³² Op. cit., p. 37.

³³ Op. cit., p. 95.

porções extraordinárias, como por ocasião da safra de certos produtos do Estado, ou quando a feira bissemanal dos colonos alemães coincide com a estada no porto de navios de Guerra (...)”³⁴

Grupos de comerciantes notáveis da cidade exigiram melhoramentos no calado e navegabilidade do porto. Promessas feitas pelo Governo Central e não cumpridas, além do desenvolvimento de embarcações maiores, novidades a vapor acabariam por iniciar em processo de decadência do movimento portuário.

HÜBENER (1981) conclui seu trabalho anotando que as atividades administrativas e de serviços cresciam no Desterro, e o comércio e a agricultura não davam conta de satisfazer toda a demanda.

As atividades fabris na primeira metade do século XIX eram incipientes havendo “a existência de algumas serrarias (...) alguns en-



Figura 4. Fotografia- Portal Tríptico- Vista da Torre da Catedral. -Florianópolis- Década de 1920.

te (...) curtumes”³⁵ e alguns outros empreendimentos de pouca monta. Para Peluso Jr (1991) isso se devia à “lentidão de todos os processos econômicos e sociais que acompanhavam a vida da Capital”.³⁶

2.4 OS MELHORAMENTOS URBANOS

Por ocasião da visita do Casal Imperial, em 1845, foi montado um cenário urbano para que autoridades tão ilustres não vissem a situação precária em que se encontrava a capital.

Efetivamente, muitos dos melhoramentos urbanos que foram iniciados no século XIX só foram ser consolidados no final daquele período.

A iluminação pública, por exemplo, começou a ser instalada em 1837 com 50 candeeiros, número que aumentaria somente mais tarde.³⁷ Por volta de 1880, Desterro recebeu iluminação a gás com a instalação de aproximadamente 150 lâmpadas francesas.

O transporte coletivo, como tal, vai ser instalado com carros de aluguel, por volta de 1871 e já em 1880 se inauguram diversas linhas de bondes, puxados a burro. CABRAL relata que tal serviço vai ser suspenso devido ao mau funcionamento sendo retomado somente em 1907.³⁸

³⁴ VÁRZEA, Virgílio. Santa Catarina, a Ilha. 2ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

³⁵ HÜBENER, op. cit., p. 96.

³⁶ PELUSO JR, op. cit, p. 329.

³⁷ CABRAL, op. cit, p. 154.

³⁸ CABRAL, op. cit., p. 164-165.

Quanto ao calçamento, era feito de forma lenta, e somente o perímetro central, por volta da década de 1840 era beneficiado com tal embelezamento. CABRAL salienta a precariedade da pavimentação feita com pedras irregulares, com muitas falhas, gerando alagamento nas ruas menos inclinadas.³⁹

O final do século XIX vai assistir a grandes transformações políticas no Brasil, como a abolição da escravatura e a proclamação da República.

Os efeitos vão se sentir em Santa Catarina: a Revolução Federalista vai ser duramente reprimida, seus partidários fuzilados em Anhatomirim, e a capital, Desterro, vai ter seu nome alterado para Florianópolis (1894), em uma irônica homenagem ao marechal mandante da execução.

2.5 O INÍCIO DO SÉCULO XX E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS

O governo de Hercílio Luz (1894-1898) foi responsável por uma série de obras modernizadoras em Florianópolis.

Algumas delas foram de efeito político, com a reforma do Palácio do Governo, velho prédio colonial que sofreu uma ação esteticizante, com a introdução de adornos, ampliações e as armas da República, numa representação do novo poder político.⁴⁰

Outras obras foram efetivamente modernizantes. A implantação, por exemplo, em 1913, do sistema de coleta de esgotos da área central de Florianópolis (governo Gustavo Richard), a construção do forno de incineração do lixo, em 1914, são alguns dos empreendimentos que efetivamente tiveram impacto na capital.

Urbanismo, à época, implicava em sanitarismo. A repercussão dessa política, em nível nacional, vai chegar a Florianópolis. Assim, no segundo mandato, Hercílio Luz (1918-1922) vai tornar, através da lei nº 1178 (1917) obrigatório “o serviço de esgoto das casas e demais providências de natureza sanitária quando a isso se opuserem os respectivos proprietários ou seus representantes”.

⁴¹

Outra lei, datada de 1920, vai canalizar o rio da Bulha, construindo-se o canal da Avenida do Saneamento, a qual recebe posteriormente o nome definitivo de Avenida Hercílio Luz.

Antes disso, em 1910, é inaugurada a primeira adutora de água, havendo em 1915, em torno de 2800 casas ligadas a rede d'água.

Mas a grande obra do segundo governo de Hercílio Luz é, sem dúvida, em 1926, a ponte metálica ligando definitivamente a capital ao continente. Antes disso a travessia era precária, dependendo das condições climáticas para ser efetuada.

³⁹ Op. cit., p. 150.

⁴⁰ Conforme Catálogo do Palácio Cruz e Souza – Publicação da Fundação Catarinense de Cultura – Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: IOESC, s.d.

⁴¹ Conforme RAMOS, Átila: Memória do Saneamento Desterrense. Florianópolis, CASAN, 1986, p. 25.

Figura 5. Florianópolis-Praça Fernando Machado-Década de 1930.

Fonte: Banco de Imagens/ Fundação Franklin Cascaes

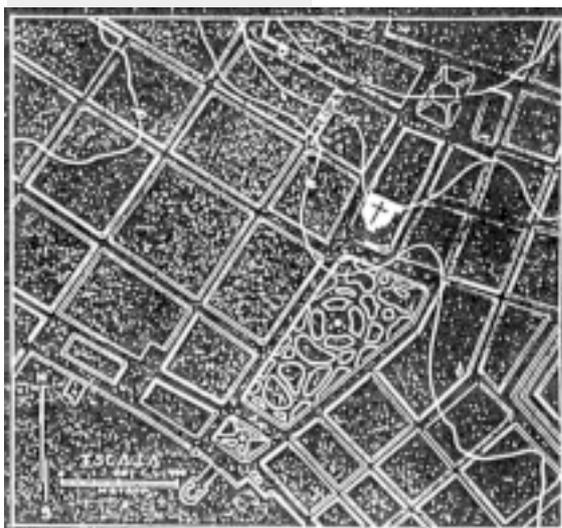


Figura 6. Planta da Área Central de Florianópolis. Década de 1950.

Fonte: PELUSO JR, Victor: Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina .Florianópolis: UFSC: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1991. Escala Gráfica.

Para PELUSO JR. (1991), essa obra veio alterar profundamente o sistema viário de Florianópolis: “As ruas Felipe Schmidt e Conselheiro Mafra bem como a avenida Rio Branco tiveram que ser adaptadas à nova função”.⁴²

A chegada de pessoas pela ponte, ao invés de, nas travessias ilha-continente, por balsas na praça central, veio a determinar a alteração dessa hierarquia do sistema viário. A colina do cemitério (transferido para o Itacorubi em 1925) vai ser fundamental nesse processo.

Essa obra de infraestrutura viária (a ponte pênsil), vai introduzir também valor imobiliário nos bairros centrais – as chácaras – criando novos espaços urbanos para construções.

Se, anteriormente, as famílias abastadas, proprietárias dessas chácaras conseguiam, por força política, impedir o avanço dos arruamentos sobre essas famílias – vão começar a ser seduzidas pela inédita valorização da terra.

Assim a cidade começou a avançar sobre as antigas áreas de lazer das classes ricas, dando início a um processo de adensamento da área central, com novos loteamentos.

Para VAZ (1991), se esse período, por um lado, vai marcar a integração da capital com o interior, através da malha rodoviária recém criada, vai escoar sua produção diretamente aos outros centros, particularmente para São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba.

Assim, “Florianópolis – com a decadência progressiva do porto – deixou de ser o entreposto exportador (...) porque esta função era garantida apenas por sua condição de porto marítimo, vendo-se prejudicada pela excentricidade de sua posição geográfica”.⁴³

A expansão do plano urbano de Florianópolis vai acontecer impulsionada no período 1930/1950 pela Revolução de 1930 que acelerou a importância da capital com sede do governo estadual, onde eram centralizadas as funções de recolhimento de impostos, ordem pública, instrução e assistencial.⁴⁴

PELUSO JR. (1991) assinala que do início do século XX até 1940 a população tem um crescimento de 1,56% - sendo em 1940 de 25014 habitantes.⁴⁵

⁴²PELUSO JR., op. cit. (p. 318).

⁴³ VAZ, Nelson Popini. O Centro Histórico de Florianópolis. Espaço Público do Ritual. Florianópolis: FCC: UFSC, 1991. p. 50.

⁴⁴ Op. cit., p. 51.

⁴⁵ PELUSO JR. Op. cit. (p. 318).

Figura 7. Plano da Área Central com novo Aterro. Década de 1970. Fonte: Governo Konder Reis .Sem escala.



Para esse crescimento urbano contribuíram além dos loteamentos das chácaras, também a abertura da avenida Mauro Ramos, seguida nos anos 1950 pela construção da avenida Osmar Cunha. Essas novas vias, mais largas, vão unir trechos centrais da cidade fazendo seu adensamento.

Mudanças de legislação – alterações de gabarito, subdivisões de áreas na Ilha e no Estreito fizeram desenvolver a construção civil e seu braço do capital, a especulação imobiliária.

Na década de 1960, a implantação da BR-101, e a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (no bairro da Trindade) vão contribuir para o crescimento da cidade e de seus problemas de infra-estrutura, atingindo as regiões continentais vizinhas.

Na década de 1970 se dá grande explosão imobiliária da capital: maciços investimentos do Estado com, entre outros, a construção da segunda ponte (Colombo Salles), o aterro da Baía sul e nele a construção de prédios estatais, a avenida Beira Mar Norte, o fortalecimento da cidade com sede administrativa, vão ser os principais fatores do crescimento urbano.

A cidade se expande em quase todas as direções da Ilha. O centro histórico é violentamente agredido pela demolição de seus prédios históricos, que dão lugar a edifícios altos, sede de empresas. O centro da capital passa a ser, via de regra, ocupado no período diurno e abandonado à noite.

Figura 8 e 9. Praça Fernando Machado . Ano 2001
Fotos: Carlos Jardim Pereira



O final do século XX vai encontrar em Florianópolis, espaço para uma atividade econômica, típica da pós-modernidade capitalista, o turismo. Defendido por setores do capital como sendo a única grande alternativa para Florianópolis, o turismo vai fazer crescer sem controle, áreas insulares antes pouco ocupadas. Entre elas salientamos os balneários do Norte da Ilha e a Lagoa da Conceição.

Cabe salientar que hoje o turismo serve de apanágio para uma valorização cenográfica do Centro Histórico, com tentativas de preservação de seu casario e, com mais força, investimentos municipais nas áreas públicas, da antiga orla. Exemplos disso são as recentes intervenções paisagísticas no largo da Alfândega e a recentíssima recriação da portada do Miramar, já alcunhada com ironia pela população de “Miraterro”.

São ações de superfície, de embelezamento, que lembram algumas atitudes estatais do início do século, no Brasil de um urbanismo cenográfico, que não toca a fundo os reais problemas urbanos.

Entendemos que a valorização do Centro Histórico passa não só por suas fachadas e pisos, mas, principalmente por incentivo a novos usos,

que voltam a dar vida – também noturna – ao núcleo urbano inicial. Em recente trabalho de HUYSSSEN (2000), este autor alerta para a musealização desenfreada no mundo:

“(...) Desde a década de 1970, pode-se observar, na Europa e nos Estados Unidos, a restauração historicizante de velhos centros urbanos, cidades-museus e paisagens inteiras, empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais, (...), a comercialização em massa da nostalgia (...) não há dúvida de que o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos os nossos papéis neste processo.”⁴⁶

3. A ÁREA CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS E SUA ORLA: ASPECTOS SIMBÓLICOS NAS ATIVIDADES URBANAS

A área central de Florianópolis está inserida espacialmente no Centro Histórico⁴⁷, núcleo urbano fundador, tombado como Patrimônio Histórico Municipal, por decreto nº 270/86 de 30 de dezembro de 1986.

O conjunto das edificações de interesse histórico, existentes na orla, que se estende parte a leste da praça central – XV de Novembro – e avança a oeste por oito quadras pelas ruas Conde de Mafra e Francisco Tolentino (antiga linha do cais), juntamente com os prédios monumentais (situados ao redor da mesma praça)⁴⁸ e os espaços públicos – vias da orla, Mercado Público e Largo da Alfândega – constituem o chamado Conjunto Urbano 1, das Áreas de Proteção Cultural, da referida lei municipal de tombamento.

3.1 ASPECTOS SIMBÓLICOS

3.1.1 A Ilha e a Orla

As ilhas oceânicas guardam, para muitos autores, no imaginário ocidental, significados e simbologias muito fortes, ligados a fantasias e temores atávicos.

Conforme DIEGUES, “(...) a ilha, perdida no oceano e abrigo, em alguns casos, sociedades muitas vezes em diversos graus de afastamento das sociedades globais, é ao mesmo tempo um espaço simbólico para os não-ilhéus e espaço onde as sociedades insulares criam e recriam seus mitos fundadores (...)”⁴⁹

⁴⁶ HUYSSSEN, Andréas. Seduzidos pela Memória. Arquitetura, Monumentos, Mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes; Museu de Arte Moderna, 2000 (p. 14-15).

⁴⁷ Conceituado pelo SEPHAN/IPUF como sendo: “o núcleo inicial da antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro, que se ergueu segundo os moldes expressos nas ordenações portuguesas de 1747, e cujos traços sobrevivem até hoje”. Fonte: www.ipuf.sc.gov.br/pages/sephan/resenha/conjuntos

⁴⁸ “(. . .) a primeira capela (hoje substituída pela Catedral Metropolitana), as primeiras edificações oficiais (Casa de Câmara e Cadeia, Palácio do Governo) e as primeiras moradas de alvenaria (. . .)”. fonte: citada (p. 1/3).

⁴⁹ DIEGUES, Antônio C. Ilhas e Mares – Simbolismo e Imaginário. São Paulo: HUCITEC, 1998 (p. 33).

As ilhas além de serem, do ponto de vista geográfico, ecossistemas singulares, são também lugares formadores de sistemas culturais restritos, tendo o mar como relação de afastamento e proximidade com as culturas continentais.

Para DIEGUES “a ilha, com seus múltiplos significados é, sem dúvida, uma dessas imagens primitivas universais que atravessam os tempos, sendo recriadas nos vários momentos históricos por inúmeras sociedades”.⁵⁰

Várias formas de expressão cultural, particularmente a literatura, manifestam a importância desses espaços geográficos singulares, indo desde o mito edênico da Ilha paradisíaca até a, por exemplo a Ilha-utopia de Tomás Morus.

A orla⁵¹, é espaço limítrofe, encontro entre terra e água, linha perimetral, lugar do encontro e do afastamento.

BACHELARD se refere a esse espaço como associado à dor da separação.

“(…) o adeus à beira-mar é simultaneamente o mais dilacerante e o mais literário dos adeuses (…)⁵²

Mas a orla marítima é também lugar de encontros, de chegadas das informações, pessoas e mercadorias.

Há então uma ambiência singular nesse espaço limítrofe.

Afirma CORBIN (1989) que :

“o passeio pelo cais e quebra-mares, que se perpetuará sob formas renovadas, traduz a fascinação exercida por um cenário onde se manifestam, com particular evidência o ardor, a atividade, o heroísmo e a infelicidade”.⁵³

Para esse autor, o porto é um espaço público onde acontece a representação da vida cotidiana ligada ao mar, lugar onde “aos olhos do visitante, o pitoresco do porto é acentuado pela mistura dos personagens e pela recapitulação das diferenças sociais”.⁵⁴

CORBIN acentua esse caráter público da orla afirmando que “(…) o cais faz parte do itinerário das mulheres do povo; as crianças parecem divertir-se livremente – assim como os animais domésticos – nesse espaço que prolonga a rua popular e multiplica seus atrativos (…)⁵⁵

Nos parece haver então uma grande importância desse tipo de espaço público, a orla marítima central, nas atividades urbanas ligadas às trocas existenciais, ao encontro com o outro, ao aprendizado e enriquecimento vivencial.

⁵⁰ Op. cit., p. 37.

⁵¹ A praia, o cais . . .

⁵² BACHELARD, Gaston. A área e os sonhos. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 78.

⁵³ CORBIN, Alain. O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 201.

⁵⁴ Op. cit., p. 204.

⁵⁵ Op. cit., p. 204.

3.1.2 Insularidade e Ilheidade

A construção da identidade cultural dos ilhéus pode ser entendida pelo estudo de dois conceitos complementares, derivados de análises antropológicas.

DIEGUES faz uma leitura própria desses conceitos, desenvolvidos entre outros por Moles: o da insularidade e o da ilheidade.⁵⁶

Insularidade se define como o “conjunto de fenômenos sociais resultantes do relativo isolamento dos espaços insulares, que podem ser quantificados” tais como, distância do continente, dimensões físicas, e outros.

A insularidade não deve ser considerada como um determinismo geográfico, pois ela atua na construção da identidade ilhoa em associação com outras formas de análise.

Para DIEGUES não se deve confundir insularidade com isolamento. As ilhas, mesmo que estejam “parcialmente isoladas, não se desenvolvem em sistemas fechados; vivem, ao contrário, em ritmo de abertura e fechamento”⁵⁷ de acordo com a maneira pela qual estão ligadas à sociedade e à cultura continental.

Já a noção de **ilheidade** passa pela compreensão das “formas de representação simbólicas e imagens decorrentes da insularidade, que se expressam por mitos fundadores da ilha e de sua sociedade”.⁵⁸

A particularidade então, da natureza insular induziria comportamentos específicos aos ilhéus.

DIEGUES segue afirmando que o mar seria o “elemento fundador” da insularidade e da ilheidade, sendo ele visto “por algumas sociedades insulares como obstáculo ao contrato com o exterior e por outras como meio de comunicação”.⁵⁹

Cabe colocarmos que o autor defende existir uma diferença conceitual entre sociedades insulares oceânicas e outras de ilhas próximas ao continente. Seria interessante, ao nosso ver, um estudo mais aprofundado, do caso da Ilha de Santa Catarina, parte geomorfológica do continente, tendo em vista que a origem dos principais povoadores dessa ilha é de açorianos, vindos de uma comunidade extremamente isolada no Atlântico, guardando por isso, características das sociedades insulares oceânicas.⁶⁰

Isso talvez explique algumas características comportamentais de comunidades do interior da Ilha, como a manutenção de antigos costumes e rituais.⁶¹

Parece também estar havendo um processo de manipulação midiática dessa “identidade” com fins turísticos.

Vários autores e pesquisas alertam para a folclorização de aspectos dessa cultura interiorana com o objetivo de acentuar um “marketing” diferenciado para a atividade turística.

⁵⁶ DIEGUES, op. cit., p. 93.

⁵⁷ Op. cit., p. 94.

⁵⁸ Op. cit., p. 94.

⁵⁹ Op. cit., p. 93.

⁶⁰ Os falares e os fazeres, na expressão de Michel de Certeau.

⁶¹ Como é o caso de festas religiosas (Divino Espírito Santo, por exemplo) e o da controvérsia farra-do-boi.

3.1.3 Contradições na Vivência da Orla Insular

No viver cotidiano da orla marítima encontramos também algumas contradições. Uma delas diz respeito a uma repulsa ao mar, seja por fatores representativos, como o dos mitos de monstruosidades marinhas, dos perigos da navegação, das forças da natureza incontrolável do mar, seja por questões ligadas objetivamente ao contato diário com esse espaço limite.

Uma questão importante geradora dessa repulsa são os odores emanados pela água do mar.

Conforme CORBIN (1989), “o próprio mar putrefaz (...). os vapores mefíticos que exalam do mar tornam as costas mal cheirosas. Esse odor das praias, composto de emanações (...) resulta do apodrecimento dos depósitos marinhos.”⁶²

Prosseguindo, esse autor reforça o caráter histórico desse sentimento de repulsa: “o temor da infecção das praias está relacionado com o que provocam então os abatedouros, os curtumes ou cemitérios, capazes de devastar a saúde da cidade (...).”⁶³

A salubridade do litoral é ameaçada já na sociedade do século XVIII, na Europa, pelo despejo de lixo no mar, que consiste então numa prática tradicional, bastante tolerada”.⁶⁴

CORBIN relata, a propósito de Marselha, a promulgação de um artigo de lei em 1726, que visava “evitar o envenenamento das costas” denunciado por um médico, afirmando que “os próprios pescadores (...) têm por hábito lançar dejetos e imundícies sobre as ostreiras, infectando-as desse modo (...)”⁶⁵

Esse costume não se limitou à Europa senão vejamos o que CABRAL (1979) noticia a respeito do Desterro:

“Praia era lugar de despejo, de cachorro morto, de lixo, lugar onde se derramavam as vasilhas de matéria fecal, para que tudo se diluísse na maré, para que tudo desaparecesse no refluxo”.⁶⁶

Esse costume ilhéu, continuaria, segundo CABRAL, por muitos anos⁶⁷ relatando ele, a propósito de posturas municipais de saúde editadas após 1850:

“Anos depois, junto à praia em que abicavam (sic) as canoas com gêneros alimentícios, na praia do Largo da matriz, e onde diariamente se fazia a feira deles, **ainda se faziam os despejos**”.⁶⁸ (grifo nosso)

Essa atitude ajudaria a explicar o porque de outra aparente contradição: a colocação das casas e outras edificações de fundo

⁶² CARBIN, op. cit., p. 26.

⁶³ Op. cit., p. 216.

⁶⁴ Op. cit., p. 216.

⁶⁵ Op. cit., p. 316.

⁶⁶ CABRAL, Oswaldo R. Nossa Senhora do Desterro. Vol. 1 – Notícia – Florianópolis: Lunardelli, 1979, p. 169.

⁶⁷ Seguindo até hoje, haja vista as condições de salubridade da Baía Sul, da Lagoa da Conceição – para citar alguns exemplos – em função dos dejetos ali lançados.

⁶⁸ CABRAL, op. cit., p. 175.

para o mar.⁶⁹

Para CABRAL, tal atitude tem suas razões, pois os ilhéus ‘não poderiam – lógico e intuitivo, ter suas casas, suas frentes, suas fachadas abertas a tantos “miasmas” – o terror do século. Por isso voltavam para eles os fundos dessas casas, de cujas janelas os moradores também ajudavam a emporcalhar as praias”.

⁷⁰

A construção de trapiches, por volta de 1860, no Desterro, para que carroças despejassem o lixo das casas no mar, não impediu que a população preguiçosa se desse ao “trabalho de jogar as sobras no mar. Ia deixando mesmo em cima dos trapiches (...)”.⁷¹

Essas contradições, do uso impróprio do mar, haja vista que dele se tirava o sustento (seja pela pesca, seja pela chegada das embarcações) acompanham a vida da Ilha até nossos dias. O Centro Histórico tem hoje, como reforço para a atitude de ter o mar como fundos da cidade, a construção, no final do século XX, de uma Estação de Tratamento de Esgoto, na beira do mar (após conveniente aterro), justamente no eixo (histórico) da Praça XV de Novembro, no sentido Norte-Sul, lugar da fundação.

Figura 10. Planta da Área Central com os limites da orla marítima. Florianópolis. Fonte: Planta Cadastral IPUF. Sem escala.



3.2 VIVÊNCIAS URBANAS E TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM

3.2.1 Aterros na Orla Insular Central

As políticas de urbanização da segunda metade do século XIX, no Brasil, particularmente advindas de um viés sanitarista tiveram como origem o Rio de Janeiro, então Capital Federal.

Essas políticas sanitaristas, vieram repercutir em Desterro. Em 1864, o Dr. João Ribeiro de Almeida publica um ensaio sobre salubridade onde discorre sobre as péssimas condições de higiene e conforto ambiental das casas, ruas e praças do Desterro.

Nesse ensaio o autor enfatiza particularmente, na orla central, “3 bairros de triste aparência” que eram os bairros da Tóca, Pedreira e a “famosa” Figueira, pois “encontrão-se nestes bairros casinhas bem

inferiores às senzalas de pretos de certas fazendas; tão peque-

⁶⁹ Como é possível perceber à oeste do Mercado Público, nos lotes que tem frente para a rua Conselheiro Mafra e fundos para a Francisco Tolentino – antiga linha do mar.

⁷⁰ CABRAL, op. cit., p. 177.

⁷¹ Notícia publicada no jornal O Argos de 09 de janeiro de 1862. conforme CABRAL, op. cit., p. 180.

nas, imundas, esburacadas e esfumaçadas são ellas”.⁷²

Relata, além disso, o médico:

“Na praia (da Toca) vê-se a cada passo, imundícies, como nos outros dois bairros, accrescendo (sic) detritos de peixes e também de plantas marinhas, que vêm presas às rêdes e atiradas depois à praia. Este bairro habitado por gente dada ao trabalho, mas pouco amiga do asseio, é dizimado por todas as epidemias que aqui aparecem”.⁷³

Descreve também sobre “uma valla ou canal” que deságua na ponta de praia onde termina a do Menino Deus, hoje acesso ao Hospital de Caridade. Esse canal tem, “apezar de seu curto trajecto, graças às lavagens, despejos e reprezas, as suas águas immundas, verdes-negras e fétidas”.⁷⁴

Em função dessa constatação e de pressões políticas que visavam também o “embelezamento” da área central, foi executado o aterro da praia da Boa Vista, “que se estendia do Forte de Santa Bárbara até a Ladeira do Menino Deus”, junto ao atual muro do Instituto de Educação⁷⁵. Esse aterro, talvez o primeiro registrado no Desterro, foi executado em 1884, depois de “iniciativas que não passaram de jogar todo o lixo à praia e ir, assim, fazendo-o recuar”.⁷⁶

Esse ato, por lei do Governo Provincial fez história e fez escola, pois ao tomar a si a iniciativa de aterrar o lugar o fez “com o direito de posteriormente aforar os terrenos, ganhos ao mar a particulares, a fim de ressarcir-se das despesas”.⁷⁷

Dupla vantagem essa: de um lado livrar-se da indesejável população do bairro, em um processo seminal de exclusão urbana, e de outro, ganhar espaço ao mar, revendendo-o.

Segundo CABRAL (1979), mais tarde, a área do aterro foi ampliada, e com a canalização do rio da Bulha (hoje sob o canal da avenida Hercílio Luz) acabou de se “fechar em círculo um recinto” pantanoso. Esse último acabou também por ser aterrado, com lixo (em pelo menos 50%).

CABRAL(1979) conclui dizendo que “lá estão, ocupando a área do antigo pantanal, várias edificações destinadas ao serviço público”⁷⁸, como, por exemplo, o Instituto Estadual de Educação.

A ilha, particularmente na sua orla central, continuou a receber aterramentos, modificando sua paisagem e introduzindo novos usos a novos terrenos, ganhos ao mar.

Para o lado oeste da Praça Central, foram sendo aterradas “partes da praia que acompanhava a Rua do Príncipe” hoje rua Conselheiro Mafra, até a rua da Figueira, hoje Francisco Tolentino.

⁷² ALMEIDA, Dr. João Ribeiro de. Ensaio sobre a salubridade estatísticas e patologia da Ilha de Santa Catarina e em particular da cidade de Desterro. Desterro: Typografia Lopes, 1864, p. 43. In: CARNEIRO, Enciclopédia de Santa Catarina, vol 13.

⁷³ Op. cit., p. 44.

⁷⁴ Op. cit., p. 44.

⁷⁵ CABRAL, op. cit., p. 127.

⁷⁶ Op. cit. p. 127.

⁷⁷ Op. cit. p. 127.

⁷⁸ Op. cit. p. 128.

Dali até a praia do Arataca, onde hoje estão as estruturas insulares da Ponte Hercílio Luz, “um molhe de pedra havia sido erguido, dentro do mar, paralelo à terra, para servir de quebra-mar e ancoradouro abrigado do vento sul”.⁷⁹

Em 1846 é apresentado à Câmara Municipal de Florianópolis um projeto, concebido na ótica do embelezamento urbano. A idéia, apresentada pelo presidente da província, Antero de Brito, era da construção de “um grande aterro, três novas praças, duas novas ruas e cais com gradil de ferro ao longo de quase toda a extensão do mar na Baía Sul”.⁸⁰

O documento, antecedendo a grande cirurgia urbana da década de 1970 na Baía Sul, propõe entre outros melhoramentos, uma grande praça, perto do forte Santa Bárbara, e a construção de uma rua paralela à existente do lado leste da Praça Central, e de um cais com cancelas de ferro na então rua do Príncipe, a oeste da Praça (hoje Conselheiro Mafra).

Segundo MAMIGONIAN (1999), essas “preocupações estéticas possivelmente abarcaram a questão social: tratava-se de ordenar o espaço para torna-lo mais “civilizado” e atraente aos viajantes”.⁸¹

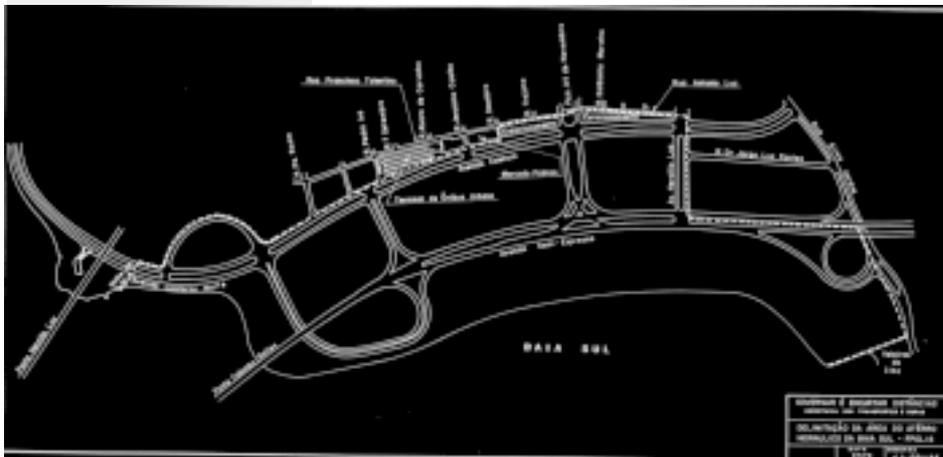
Uma série de aterros, trapiches e quebra-mares foram sendo executados na orla marítima central. O dinamismo da economia ligada à movimentação do cais, à chegada de embarcações com pescado, gêneros agrícolas e pessoas, explica essas invasões do mar.

Já no século XX, é feito um aterro para a construção de uma nova ala para o Mercado Público que havia sido transferido do largo da Praça Central – hoje Praça Fernando Machado - e inaugurada em 1899.

Assim em 1931 é inaugurada, sobre esse aterro, e nova ala do Mercado, para atender às exigências de um público cada vez maior.⁸²

Mas é na segunda metade do século XX, que os grandes aterros vão modificar radicalmente a paisagem da orla central.

Figura 11. Planta de delimitação da área do Aterro Hidráulico da Baía Sul- Florianópolis. Ano: 1978. Fonte: Secretaria dos Transporte e Obras. (SC) Sem escala.



⁷⁹ CECA. Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina – Florianópolis: Insular, 1996, p. 57. Trabalho produzido com autorias indefinidas.

⁸⁰ MAMIGONIAN, Beatriz G. Em nome da beleza, comodidade e benefício de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX. In revista GEOSUL < Florianópolis, v. 14., n. 28, p. 179, jul/dez 1999.

⁸¹ Op. cit. p. 182.

⁸² SILVA, Nivaldo J. da A descoberta do Mercado Público. Florianópolis: Associação dos Comerciantes e Varejista do Mercado Público de Florianópolis, 1996.



Figura 12. Florianópolis- Aterro Hidráulico Prainha (atual Assembléia Legislativa). Década de 1960. Fonte: Banco de Imagens/ Fundação Franklin Cascaes



Figura 13. Florianópolis- Obras da Ponte Colombo Salles. Década de 1970. Fonte: Banco de Imagens/ Fundação Franklin Cascaes



Figura 14. Florianópolis- Início do Aterro da Baía Sul- Década de 1970. Fonte: Banco de Imagens/ Fundação Franklin Cascaes

Na década de 1960 é feito o aterramento da área onde hoje a Assembléia Legislativa Estadual, e o Tribunal de Justiça. Como consequência da expansão urbana da capital e por exigência da dinâmica rodoviária e da imagem de Estado forte e nas representações, vai ser feito, na década de 1970, mais um aterro na Baía Sul.

Trata-se de um aterro de seis quilômetros quadrados que é executado, como parte de um novo sistema viário, afastando então de forma radical a cidade do mar. Pistas de velocidade unindo através da ponte Colombo Sales a ilha ao continente e ocupando grande parte desse aterro, vão servir de anteparo físico ao contato com as águas.

A inspiração no modelo carioca do Aterro do Flamengo levou à contratação do paisagista Roberto Burle Marx que desenhou uma paisagem modernista, com sua lógica pictórica própria, hoje desfigurada totalmente pelo próprio Estado (esferas municipal e estadual), por várias edificações e alterações no sistema viário original.

O aterro escoia o tráfego das duas novas pontes (Colombo Sales e Pedro Ivo Campos)⁸³ na ligação com o continente, interligando-se à Beira Mar Norte, a qual soterrou a Praia de Fora.

Para o Centro de Estudos Cultura e Cidadania, entidade que reuniu vários estudiosos em relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha, atualmente, embora a cidade esteja em seu Centro Histórico, definitivamente afastada do contato com o mar e com as atividades a ele relacionadas, “os empresários e os políticos relaciona-

dos ao setor, (. . .) vêm clamando por novos aterros, estradas, duplicações, viadutos e túneis para alcançar a modernidade turística”.⁸⁴

Segundo o CECA, “a pseudomodernidade, entretanto não é recente. Em seu nome, ainda em 1935, uma manifestação popular destruiu e ativou os últimos bondinhos ao mar, ao lado do antigo Miramar”.

O Miramar desapareceria em 1974, e “nem mesmo um canal ou um remanso seria deixado em respeito à secular intimidade que o mar tinha com a vida da cidade”.⁸⁵

Cabe lembrar, a propósito dessa afirmação, que, à época do projeto de engenharia do aterro da Baía Sul, foram estudadas várias alternativas de projeto físico ao sistema viário a ser proposto.

Uma delas, do escritório de arquitetura Croce, Aflalo e Gasperini, de São Paulo, previa a execu-

⁸³ Essa última ponte foi construída na década de 1990.

⁸⁴ CECA, op. cit., p. 60.

⁸⁵ Op. cit., p. 60.

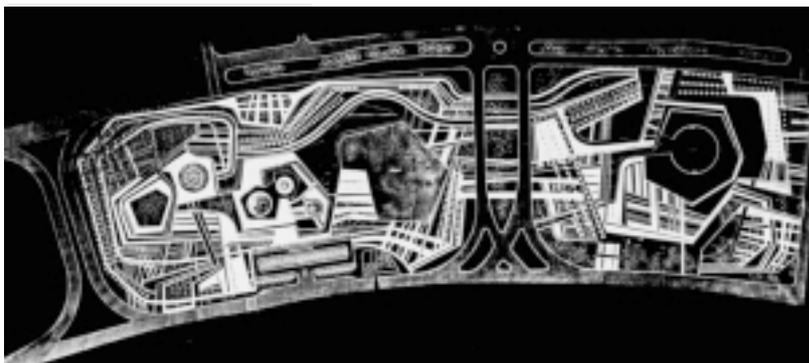


Figura 15. Planta do Projeto Paisagístico do Aterro da Baía Sul. Autor: Roberto Burle Max. Década de 1970. Sem escala.



Figura 16. Cais Frederico Rolla com Miramar-Florianópolis- década de 1930. Fonte: Banco de Imagens/ Fundação Franklin Cascaes



Figura 17. Bico-de-pena. Florianópolis-Miramar. Autor: Aldo Beck. Década de 1960.

Colombo Salles, ex-governador do Estado (1970-1975), e responsável pela execução do Aterro da Baía Sul, “o que se previa para o aterro, no projeto elaborado por engenheiros paulistas e catarinenses, era um centro comercial, o centro administrativo do Estado, mais um prédio de escritórios e outro residencial”.

Como afirma ainda Colombo Salles, “esse projeto foi aprovado por decreto federal e pela Assembleia Legislativa, mas acabou rejeitado pela Câmara Municipal”.⁸⁷

O projeto previa assim a comercialização para uso privado de área pública, resultante de aterro do mar. Podemos perceber então que, passados muitos anos e governos, a atitude do Estado pouco mudou: do aterro do Menino Deus, que alijou os excluídos para venda de lotes aterrados, ao aterro da Baía Sul, a intenção era a mesma: a privatização do espaço público.

Uma última investida, nesse sentido, transparece da proposta vencedora de concurso de idéias (paisagens e arquitetura) promovido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, na década de 1990. (Governo Sérgio Grando). Dos três projetos finalistas, o vencedor⁸⁸ previa entre outros ‘espaços’ uma marina e um lago, no eixo central da Praça XV, mas, por outro lado, idealizava a execução de edificações para fins privados, o que, segundo os autores, viabilizaria economicamente a concretização do Parque Dias Velho.

O projeto não foi adiante, mas hoje o Aterro sofre novas interferências que aviltaram o conceito de espaço público (embora ausente o mar).

Já lembramos nesse estudo da construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto, na área. Agravando esse tipo de ocu-

⁸⁶ Conforme depoimento do arquiteto Luiz Felipe Gama D’Eça em outubro de 2000.

⁸⁷ Conforme entrevista ao jornal A Notícia—caderno AN Capital de 25/3/2001, p. 6.

⁸⁸ A equipe vencedora era coordenada pelos arquitetos André Schmidt e Nelson S. da Silva.

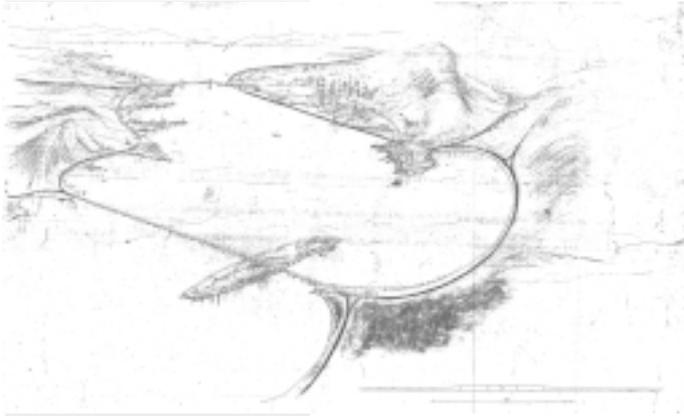


Figura 18. Alternativa de novo sistema viário para Florianópolis - Década de 1970 - Projeto de Gama Lobo D'Eça. Desenho: Aldo Beck

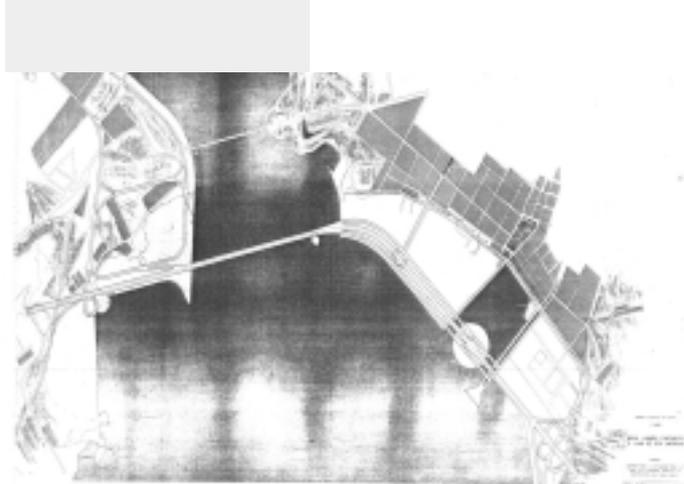


Figura 19. Alternativa de Projeto para o Aterro da Baía Sul com espelho d'água. Autor: Croce, Aflalo e Gasperini. Década de 1970. S/ escala.

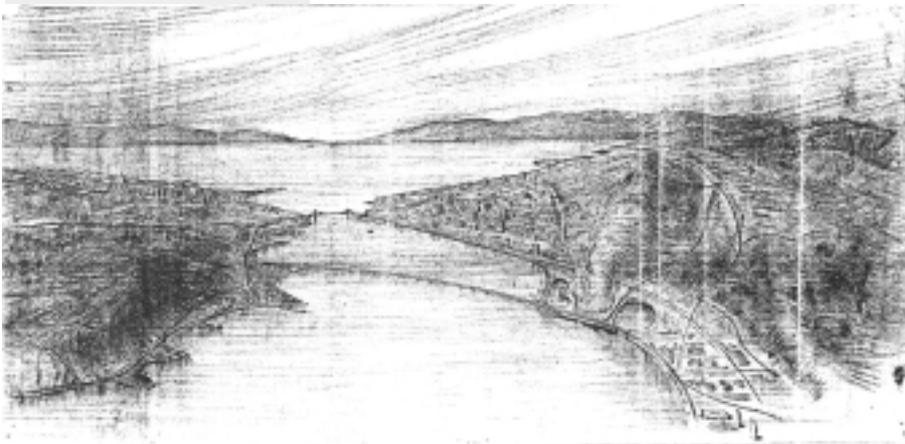


Figura 20. Alternativa de Novo Sistema Viário para Florianópolis. Década de 1970. Projeto de Gama Lobo D'Eça. Desenho: Aldo Beck.



Figura 21. Foto da maquete do Projeto final para o Aterro da Baía Sul (executado parcialmente)- Década de 1970. Arquivo: Gama D'Eça.

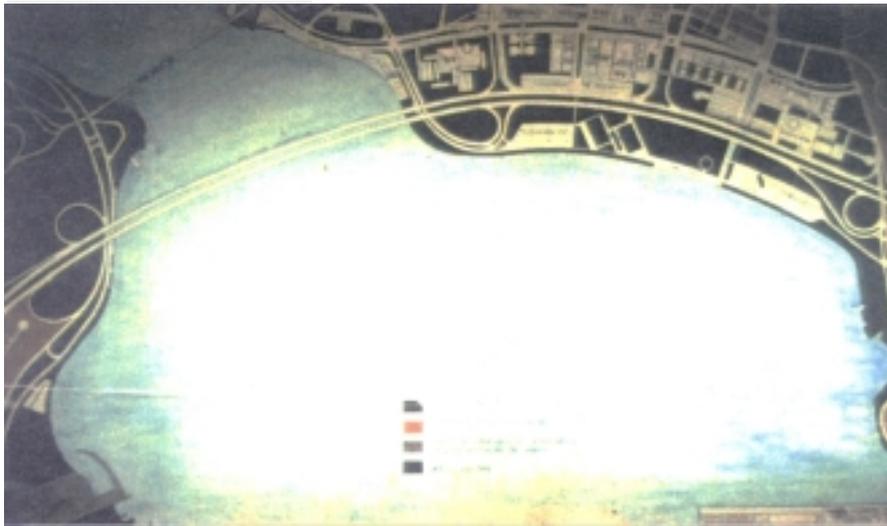


Figura 22. Foto da maquete do Projeto final do Aterro da Baía Sul (executado parcialmente)- Década de 1970. Arquivo: Gama D'Eça.



Figura 23. Miramar. Ao fundo Tribunal de Justiça. Década de 1970. Florianópolis. Fonte: Banco de Imagens/ Fundação Franklin Cascaes



Figura 24. Foto Área Central de Florianópolis. Ano:1996 Fonte: IPUF Sem escala.

pação, ao nosso ver inadequada, foi perda do mar é, pelo visto, um fato irreversível para Florianópolis, em sua área insular.

3.2.2 Vivências Urbanas na Antiga Orla Marítima Central

No item anterior tentamos enfatizar alguns aspectos do uso e significado de espaços públicos na Ilha, na área central e insular de Florianópolis.

Alguns autores, como SENNET (1998) contextualizam dois conceitos. Para ele, “perto do século XVIII a oposição entre “público” e “privado” era mobilizada de modo mais semelhante ao de seu uso atual. “Público” significava aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto “privado” significava uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos”.⁹⁰

Para esse autor, a convivência entre pessoas de diferentes classes, categorias, mentalidades em um espaço público, como a rua, a praça, é fundamental para o enriquecimento das experiências inter- pessoais e vivências urbanas. Nossa sociedade, por sua própria conformação, estimula a criação de guetos sociais, espaciais. Essa “celebração do gueto”, no dizer de SENNET é uma perda, pois implica na ênfase de uma sociedade segregacionista:

“Aquilo que precisamente se perde com essa celebração é a idéia de que as pessoas só podem crescer através de processos de encontro com o desconhecido (. . .) o terreno não familiar tem uma função positiva na vida de um ser humano”.⁹¹

O autor discorre também contra a especialização radical das funções (“a função única”) urbanas em um lugar público, o que define como “atomização da cidade”.

Assim “a atomização da cidade colocou um fim prático num componente essencial do espaço público: a superposição de funções dentro de um mesmo território, o que cria complexidades de experiência naquele determinado espaço”.⁹²

A convivência entre pessoas diferentes não implica, necessariamente, em se conhecerem. ARENDT (1993) afirma assim, que “(...) a presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que vimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos (...)”⁹³

Há necessidade, no convívio em um espaço público, de um certo isolamento. “O imaginário das multidões hoje predominante, é de certo modo a extensão dessa idéia de isolamento, do século XIX”⁹⁴. Para SENNET existem certos rituais urbanos “com os quais

⁸⁹ Conforme artigo de Cíntia C. Chames. Jornal A Notícia. Caderno ANCapital 19/4/1999, p. 2.

⁹⁰ SENNET, Richard. O Declínio do homem público. A tirania da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 30.

⁹¹ Op. cit., p. 359.

⁹² Op. cit., p. 362.

⁹³ ARENDT, Hannah. A condição humana. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993, p. 60.

⁹⁴ SENNET, op. cit., p. 364.

os estranhos que estão em ruas apinhadas se fornecem mutuamente pistas de afirmação que deixam cada pessoa, ao mesmo tempo, em isolamento”⁹⁵.

As pessoas evitam cruzar olhares, pedem desculpas ao abordar um estranho, enfim “este comportamento pode ser observado até mesmo nas multidões mais descontraídas, como nos acontecimentos esportivos ou nas reuniões políticas”⁹⁶.

ARENDT (1993) alerta também para a necessidade de “se ter um lugar privado”, uma privacidade:

“Assim, não é realmente exato dizer que a propriedade privada, antes da era moderna, era vista como condição axiomática para admissão a esfera pública; ela era muito mais que isso. A privacidade era como que o outro lado escuro e oculto da esfera pública; ser político significava atingir a mais alta possibilidade da existência humana; mas não possuir um lugar próprio e privado (como no caso do escravo) significava deixar de ser humano”⁹⁷.

A propósito das agruras sociais contemporâneas, que se refletem, em nosso caso, no uso do espaço público como, por exemplo, moradia precária dos sem-teto, essa autora é incisiva: “A pobreza força o homem livre a agir como escravo”⁹⁸.

Ao concluir seu trabalho, SENNET(1988) deixa algumas afirmações muito importantes, ao nosso ver, sobre a qualidade dos encontros interpessoais no espaço público:

“A extensão em que as pessoas podem aprender a perseguir agressivamente seus interesses em sociedade é a extensão em que elas aprendem a agir de modo impessoal. A cidade deveria ser mestra nesse modo de agir, o fórum no qual se torna significativo unir-se a outras pessoas sem a compulsão de conhece-las enquanto pessoas”⁹⁹.

Exemplificando algumas atividades urbanas, levadas a termo na antiga orla

marítima do Centro Histórico, tentaremos contribuir para uma discussão sobre a público e privado, no caso de Florianópolis.

A cidade tinha, até o fim da década de 1960 uma vida típica de lugar calmo, interiorano (embora fosse capital do Estado).

Os jornais da época davam vários testemunhos do dia-a-dia pacato da cidade. Por exemplo, o assim chamado “footing”, o passear em volta da Praça XV de Novembro depois da sessão de cinema vespertina, no domingo era, para os jovens, um acontecimento imperdível¹⁰⁰.

⁹⁵ Op. cit., p. 364.

⁹⁶ Op. cit., p. 364.

⁹⁷ ARENDT, op. cit, p. 74.

⁹⁸ Op. cit., p. 74.

⁹⁹ SENNET, op. cit., p. 414.

¹⁰⁰ Diário Catarinense, 11/9/2000, p. 3.



Figura 25. Florianópolis- Orla marítima- Trapiches- Desfile Militar. Década de 1920.
Fonte: Banco de Imagens/ Fundação Franklin Cascaes



Figura 26. Praça Fernando Machado e aspecto da orla sul da cidade
Fonte: IBGE, Encicl. dos Munic. Bras. Volume XXXII - ano 1959

A população se utilizava, da década de 1920, até os anos 1960, de carros de aluguel, de tração animal que tinham seu ponto na praça Fernando Machado, na calçada fronteira ao cais. Segundo relato registrado pela imprensa, esses carros ficavam “alinhados á espera da freguesia, que era grande aos domingos e feriados”¹⁰⁵.

Mas alguns eventos sacudiam a calma Florianópolis, levando as pessoas em massa ao centro em momentos expressivos da história do lugar:

Nas eleições de 1950, por exemplo, foi registrado o clássico aceno do candidato Getúlio Vargas, do balcão do Palácio do governo (hoje Museu Cruz e Souza) a uma multidão apinhada¹⁰⁶.

Também um insólito desfile em carro aberto, do não menos insólito jogador de futebol, Garrincha, causou espanto à população presente no então ponto do ônibus Agrônômica (em frente ao já demolido Hotel La Porta) na Praça Fernando Machado (década de 1960)¹⁰⁷. Esse ponto de ônibus, em frente ao Miramar (o decantado Mi-

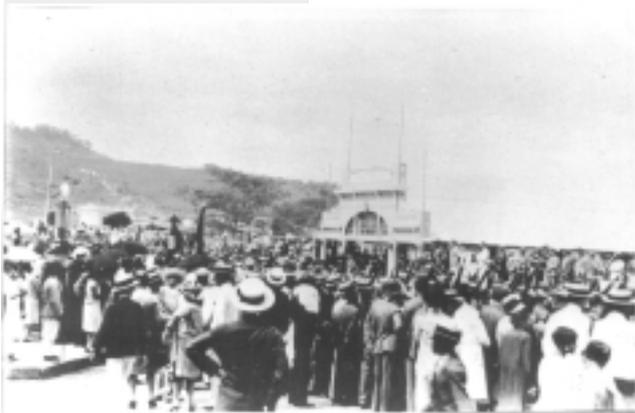


Figura 27. Florianópolis- Desfile militar- Antigo Miramar-Década de 1920.
Fonte: Banco de Imagens/ Fundação Franklin Cascaes

¹⁰¹ A Notícia, caderno ANCapital, 24/4/1999, p. 3.

¹⁰² A Notícia, caderno ANCapital 28/3/2000, p. 40.

¹⁰³ A Notícia, caderno ANCapital, 28/3/2000, p. 4.

¹⁰⁴ Diário Catarinense, 2/2/2000, p. 3.

¹⁰⁵ Diário Catarinense, 30/5/1999, p. 46.

¹⁰⁶ Diário Catarinense, 4/4/2000, p. 3.

¹⁰⁷ Arquivo Beto Stodieck, Diário Catarinense 23/10/1999, p. 35.



Figura 28. Florianópolis- Antiga Alfândega. Ao fundo cais Francisco Tolentino. Década de 1930. Fonte: Banco de Imagens/ Fundação Franklin Cascaes

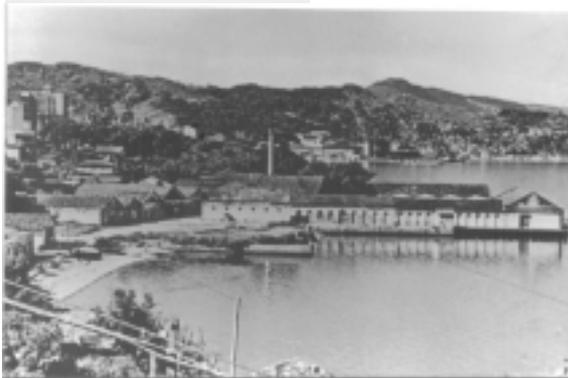


Figura 29. Florianópolis- Fábrica Hoepcke. Rita Maria. Década de 1960. Fonte: Banco de Imagens/ Fundação Franklin Cascaes

ramar), no cais Frederico Rolla demonstrava a centralidade da orla insular, ponto de convergência da quase totalidade dos ilhéus¹⁰⁸ na década de 1960.

As atividades comerciais até os anos 1960 eram praticamente centralizadas na área do Centro Histórico. Além do Mercado Público, objeto de nosso estudo e análise do próximo capítulo, as ruas centrais Felipe Schmidt, Conselheiro Mafra, Francisco Tolentino, João Pinto entre outras eram especializadas nessa função urbana.

Cabe registrar da importância, por exemplo, dos migrantes gregos (que aqui aportavam desde 1883) e que se estabeleceram, muitos deles, na rua Francisco Tolentino e Conselheiro Mafra.

No térreo dos sobrados funcionava o seu comércio e no pavimento superior habitavam “com vistas para o mar, propositada ou inconscientemente, sempre nos pontos que mais se pareciam com os de sua origem”¹⁰⁹.

Na Francisco Tolentino, por exemplo – houve por muito tempo, às quartas-feiras, uma feira livre. Também era comum, isso desde o início do século XX até meados dos anos 1950, a venda de produtos por ambulantes, sendo um exemplo disso, o “pregão” – o chamado – dos vendedores de leite¹¹⁰.

Outras atividades e eventos, relacionados ao mar, eram parte da vida cotidiana de Florianópolis, até o cais ser aterrado nos anos 1970.

Como relata o proprietário do então Bar Motorista, situado no térreo do antigo Hotel Metropol (Francisco Tolentino) prédio então decadente: “Se pescava com caniço e muitos atravessavam a rua para aqui vender ou trocar o peixe por algum trago de cachaça”¹¹¹.

E continua o relato:

“Aqui tinha muito bagre, cocoroca, e até robalos e linguados”. Segundo a mesma reportagem, esses pescados “eram recebidos com a mesma festa com que se esperava o “Max”, “Hoepcke” ou o “Ana”, os três navios (da Cia Hoepcke de Navegação) “que iam buscar o necessário para o abastecimento da cidade no Rio de Janeiro”¹¹².

A movimentação dos barcos mercantes era fato festivo para o centro de Florianópolis. Até a década de 1950, tinham como atracadouro, navios como os acima mencionados, no trapiche Rita Maria, hoje também aterrado, por ocasião das obras da Ponte Colombo Salles¹¹³.

¹⁰⁸ Diário catarinense 24/8/200, p. 3.

¹⁰⁹ O Estado, 22/4/1984, p. 17.

¹¹⁰ Diário Catarinense, 29/2/2000, p. 3.

¹¹¹ O Estado, 22/4/1984, p. 17.

¹¹² Fonte citada, p. 17.

¹¹³ Diário Catarinense, 2/11/1999, p. 3.

Figura 30. Florianópolis-Orla Marítima, ao fundo Forte de Santa Bárbara. Década de 1950. Fonte: Banco de Imagens/ Fundação Franklin Cascaes



Figura 31. Florianópolis-Competição de remo (cais hoje aterrado). Década de 1920. Fonte: Banco de Imagens/ Fundação Franklin Cascaes

Outra reportagem registra a multidão esperando para ver o vapor Carl Hoepcke voltar ao porto de Florianópolis, depois de sofrer o incêndio no porto de Santos, havendo assim grande expectativa de sua chegada, que se deu em setembro de 1956¹¹⁴.

A importância, no cenário urbano, do espetáculo do porto é salientada em relatos como por exemplo o de uma antiga moradora do Morro do Mocotó, próximo à área central. Conforme publicado em reportagem sobre a memória de idosos de Florianópolis, “uma das diversões de sua adolescência era ver os navios Hoepcke e Ana encostarem no porto da cidade”¹¹⁵.

Cabe registrar também a presença no cais central, fronteiro à rua Francisco Tolentino, dos hidroaviões que, na década de 1930, voavam pela Varig e aqui aportavam. Os passageiros desciam em um dos trapiches e se hospedavam nos hotéis existentes naquela área¹¹⁶.

Também competições de remo e de vela embora concernentes às classes mais abastadas, movimentavam a população, que se apinhava no cais central para assistir e vibrar com esses eventos.

A propósito dos usos do mar, PELUSO JR. afirma que “o porto de Florianópolis animava-se com as pequenas embarcações à vela. Com as más estradas da época, era mais vantajoso trazer mercadorias em lanchões do que pagar frete rodoviário”¹¹⁷.

Mas o Governo Federal regulamentando, nos anos 1930, as atividades da navegação inviabilizou a atividade costeira de pequeno porte. “As velas brancas nas baías de Florianópolis voltaram a animar a cidade somente quando pessoas de condições econômicas folgadas iniciaram o esporte do iatismo”¹¹⁸.

Segundo matéria publicada em jornal, a primeira regata que se tem notícia ocorreu entre a então praia do Menino Deus (rua do Menino Deus) e a ponte do Vinagre (onde hoje está a avenida Hercílio Luz), no final do século XIX. Os participantes tripulavam escaleres da Marinha de Guerra e reuniram uma pequena multidão entu-

siasta¹¹⁹.

O esporte do remo tem ainda hoje seu campeão, o Clube Martinelli (que ocupa o Estádio Náutico Sérgio Motta, embaixo das pontes, Pedro Ivo e Colombo Salles). Seu primeiro título foi conquistado em 1950 e desde lá tem arrebanhado praticantes e admiradores¹²⁰.

¹¹⁴ Diário Catarinense, 26/6/2000, p. 3.

¹¹⁵ A Notícia, caderno ANCapital, 10/3/2002, p. 8.

¹¹⁶ Diário Catarinense, 7/9/2000, p. 3.

¹¹⁷ PELUSO JR., op. cit., p. 332.

¹¹⁸ Op. cit., p. 333.

¹¹⁹ A Notícia, caderno ANCapital 13/11/1997, p. 7.

¹²⁰ A Notícia, caderno ANCapital, 5/11/1998, p. 4.

Também as regatas, que junto com o remo, são as únicas atividades náuticas importantes que se dão na faixa de mar da orla central da Ilha, foram atividades que conseguiam reunir a população (do alto do Belvedere insular da Ponte Hercílio Luz) para apreciá-las.

Um bom exemplo, registrado em jornal, foi o da regata Buceo (Buenos Aires) – Florianópolis em 1952¹²¹.

Essas são somente algumas das muitas atividades, cotidianas ou eventuais que davam vazão à festa urbana, conforme define LEFEBVRE

“O problema é acabar com as separações: ‘quotidianidade-lazer’ ou ‘vida cotidiana-festa’. O problema é restituir a festa transformando-a em vida cotidiana”¹²².

Esse autor sintetiza essa efervescência urbana: “A cidade foi um espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras, pelas festas. Que ela reencontre essa função para além das funções, na sociedade urbana metamorfoseada”¹²³.

4. O MERCADO PÚBLICO: HISTÓRIA E MEMÓRIA

4.1 LUGARES URBANOS E MEMÓRIA COLETIVA

Em nosso trabalho pretendemos estudar o Mercado Público de Florianópolis como um lugar urbano, monumento à memória coletiva da cidade.

Monumento é uma palavra derivada do latim *monere*, que significa **advertir, lembrar**. Para CHOAY (2001), “a natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva”¹²⁴.

Correntes atuais de historiadores, da chamada nova história colocam as bases conceituais de seus trabalhos na ênfase da história da vida cotidiana, da memória.

LE GOFF (1996) ressalta a importância da memória que:

“como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”¹²⁵.

Para esse autor a memória coletiva é uma mudança de viés na pesquisa histórica pois:

“Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, busca dessa memória mais

¹²¹ Diário Catarinense, 15/4/2000, p. 3.

¹²² LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991, p. 128.

¹²³ Op. cit., p. 129.

¹²⁴ CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade. UNESP, 2001, p.17.

¹²⁵ LE GOFF, Jacques. História e Memória. 4ª ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1996, p. 423.

nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e suas festas; é uma conversão do olhar histórico (. . .)”¹²⁶.

Nesse sentido, Maurice Halbwachs foi pioneiro, ao publicar, em 1950 um trabalho original sobre memória coletiva, aquela dos grupos sociais.

Toda história é uma construção e a construção feita pela memória coletiva se dá pelo contraste de idéias e lembranças – sobre um determinado fato ou período – entre pessoas diferentes, de classes distintas, de grupos sociais diferenciados.

Pierre Nora, segundo Le Goff, define memória coletiva como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”¹²⁷.

Falando da importância dos espaços identitários em uma cidade, como parte primordial da memória coletiva, LEPETIT (2001), a partir de HALBAWCS, afirma que:

“A memória coletiva apóia-se em imagens espaciais” pois “apenas a imagem do espaço, graças à sua estabilidade, é que nos dá a ilusão de não mudar através do tempo e de reencontrar o passado no presente, e é exatamente assim que se pode definir a memória”¹²⁸.

Para NORA (1993) há oposição entre memória e história:

“Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra”¹²⁹. O autor coloca que a memória é viva, sempre em evolução “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. Já a história “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”¹³⁰. Finaliza NORA: “A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo”¹³¹.

Outro conceito importante, o dos lugares da memória, nos interessa para o estudo da cidade e de seus monumentos, presentes no imaginário dos cidadãos:

“Os lugares da memória são, antes de tudo, restos”. Eles “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea” que há necessidade de se ter arquivos, celebrar datas, perpetuar ritos, “porque essas operações não são naturais”¹³².

LE GOFF confirma NORA e complementa:

“Lugares fotográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; **lugares monumentais** (grifo nosso) como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicas como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funci-

¹²⁶ Op. cit., p. 472.

¹²⁷ Op. cit., p. 472.

¹²⁸ LE PETIT, Bernard. Por uma nova história urbana. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 149.

¹²⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoiry in Projeto História – Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC/SP. Nº 10 – dezembro 1993, p. 9.

¹³⁰ Op. cit. p. 9.

¹³¹ Op. cit. p. 9.

¹³² Op. cit., p. 12/13.

onais como os manuais, as autobiografias ou as associações: essas memórias têm a sua história”¹³³.

Assim na tentativa de entender o papel do Mercado Público no imaginário da cidade e de seus habitantes o papel conceitual que tem a memória, é a parte de ferramenta de pesquisa.

Para isso nos valem também do trabalho do FREIRE (1997), que salienta a importância das construções, das arquiteturas, que permanecem no tempo é no espaço como documentos vivos e identitários de um espaço urbano. Para essa autora, “(...) as cidades não podem ser diferenciadas por suas pontes, viadutos, praças ou museus, mas sim, pela memória com que essas construções se reapresentam no imaginário de seus habitantes (...)”¹³⁴.

Figura 32. Cena do Mercado. Foto: Cláudio Silva
Fonte: Capa Diário Catarinense 3/2/1999.



Assim, a preservação dessas construções como algo que garanta a vida desses espaços identitários como entendemos ser o caso do Mercado Público – da sua permanência, simbólica e funcional (em meio a tantas e radicais transformações da paisagem que o cerca) – é extremamente importante.

Espaço vivo, reflete as contradições do seu uso – como tentaremos ver no capítulo seguinte – sempre recriado no imaginário da população de Florianópolis é referência também – em tempos da supermodernidade, como quer AUGÉ (1994) – para o visitante e para o turista.

Lugar apropriado pela população, parte do trajeto diário de grande parcela dessa. Ele traz, como afirma HARVEY (1996), a característica de ser um espaço particular da cidade, criado “por uma miríade de ações, todas elas trazendo a marca da intenção humana”¹³⁵.

Em tempo de incertezas, geradas em grande parte, pela velocidade das renovações tecnológicas, da instantaneidade da veiculação de informações (o “tempo-real”), da compreensão espaço-tempo, esses lugares identitários são como que âncoras de segurança para o cidadão.

¹³³ LE GOFF, op. cit, p. 473.

¹³⁴ FREIRE, Cristina. Além dos mapas, os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC: Annablume, 1997, p. 111.

¹³⁵ HARVEY, David. Condição pós-moderna.

Enfatizando a importância da memória nos dias de hoje, LE GOFF(1996) afirma:

“A memória é um elemento essencial de que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”¹³⁶.

São esses conceitos, o da memória e o da história que utilizaremos para embasar nosso estudo sobre Mercado Público na paisagem central de Florianópolis.

4.2 ESPAÇOS PÚBLICOS DE MERCADO AO LONGO DA HISTÓRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os registros mais antigos de assentamentos humanos de caráter urbano reportam, segundo Benevolo¹³⁷ a uma aldeia neolítica, de Auchbühlim Federseemor, na atual Alemanha, datando de mais ou menos 2000 a.C. Nessa aldeia é clara a presença de uma praça e de arruamentos unindo as diversas cabanas. A sedentarização em curso, na época, levou à criação desse assentamento, onde certamente trocas de objetos e comida se davam no espaço público incipiente.

A formação das cidades, em geral, vai se dar na confluência de um rio, ou no cruzamento de estradas, facilitando assim o intercâmbio com outros lugares e o escoamento das mercadorias.

Segundo Munford (1982), “a estrutura embrionária da cidade já existia na aldeia. Casa, oratório, poço, via pública, ágora – a qual não era ainda um mercado especializado - , tudo isso tomou forma primeiro na aldeia”¹³⁸.

A necessidade das trocas levou à criação de um sistema de comunicações: “o registro permanente parece ser, a princípio, um subproduto das transações de mercado e a maior invenção, após as notações lingüísticas e numéricas, foi a invenção do alfabeto, obra dos comerciantes fenícios”¹³⁹. O comércio, assim facilitado, vai sofrer um grande impulso e as trocas vivenciais, através do encontro com outras culturas, vão se dar em uma escala, até então, desconhecida.

Há uma ênfase, em Munford, na cidade como espaço de desenvolvimento das potencialidades do homem. Assim ele diz: “(...) a cidade multiplicou as oportunidades de choque e estímulo psicológico”¹⁴⁰. Esse lugar, criação do homem, vai se desenvolver, se tornar palco de experiências humanas, só nele possíveis. O mesmo Munford é categórico ao afirmar:” (...) o estrangeiro, o forasteiro, o viajante, o comerciante, o refugiado, o escravo e também até mesmo o inimigo invasor tiveram um papel especial no desenvolvimento

¹³⁶ LE GOFF, op. cit., p. 476.

¹³⁷ BENEVOLO, Leonardo: História da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1983, p. 17.

¹³⁸ MUNFORD, Lewis: A cidade na história – Suas origens, transformações e perspectivas. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982, p. 26.

¹³⁹ Op. cit., p. 85.

¹⁴⁰ Op. cit., p. 112.

urbano, em todas as fases”¹⁴¹.

A espacialização das trocas comerciais uma das atividades urbanas onde esses choques e estímulos são preponderantes, se dá no mercado. Ainda segundo aquele autor, “numa das traduções de S. N. Kramer, encontra-se uma referência à “rua do mercado de Ur”, e a luta de Enkidu com Gilgamesh¹⁴² teve lugar no “Mercado do País”¹⁴³. O equivalente sumeriano de notação para a palavra mercado é, inclusive, a letra Y indicando, ainda segundo Munford, o mercado como lugar de encontro de rotas comerciais.

Por volta de 2000 a.C., o mercado é encontrado em suas duas formas usuais: a praça descoberta e a edificação coberta. Anteriormente a isso, com o mercado situado no interior do templo ele constituía “um monopólio do deus e seus sacerdotes, e não uma corporação destinada a ganhar dinheiro”¹⁴⁴. Nesse caso, os bens, agrícolas ou não, sofriam tributação do poder religioso (e político) antes de serem redistribuídos.

Porém, o espaço público, tal como é concebido hoje, na sua heterogeneidade, é uma idéia, segundo Berman¹⁴⁵, que remonta ao quinto e sexto século a.C., na Grécia clássica e está ligado, esse conceito, ao desenvolvimento da cultura democrática grega. Na implantação da cidade de Atenas, na montanha entre o porto e a Acrópole, ficava uma espécie de platô: a Ágora. Esse lugar tinha como atividade primordial “servir de espaço para o mercado da cidade”¹⁴⁶.

O mercado grego, além de lugar de compras de alimentos e outros objetos, pela natureza do convívio de pessoas de diferentes procedências e classes, era um espaço público pleno de vida. manifestações artísticas, discussão dos problemas da população, conflitos urbanos, enfim toda a sorte de acontecimentos eram, - lembremos as incursões socráticas em meio às pessoas – o dia-a-dia do mercado.

A Ágora era o centro nevrálgico da cidade grega. Separado fisicamente do templo, sua importância como lugar urbano é retratada por Homero na *Ilíada*. “A Ágora é ali um “local de assembléia” onde “a gente da cidade ia se reunir”¹⁴⁷. Munford reforça a idéia da Ágora como “um lugar destinado à palavra”¹⁴⁸, afirmando, inclusive, que, pelo menos no passado, não teria havido um lugar onde a troca de experiências e idéias fosse tão importante quanto à troca de mercadorias.

A Ágora era o centro nevrálgico da cidade grega. Separado fisicamente do templo, sua importância como lugar urbano é retratada por Homero na *Ilíada*. “A Ágora é ali um “local de assembléia” onde “a gente da cidade ia se reunir”¹⁴⁷. Munford reforça a idéia da Ágora como “um lugar destinado à palavra”¹⁴⁸, afirmando, inclusive, que, pelo menos no passado, não teria havido um lugar onde a troca de experiências e idéias fosse tão importante quanto à troca de mercadorias.

Figura 33. Vão central do Mercado Público - Ano 1997 Fonte: Cartão calendário (Box 30-31)



¹⁴¹ Op. cit., p. 112.

¹⁴² Entidades mitológicas numerárias.

¹⁴³ Op. cit., p. 85.

¹⁴⁴ Op. cit., p. 85.

¹⁴⁵ BERMAN, Marshall em Revista *tântalo*, nov/dez 1993- jan 1994, p. 14.

¹⁴⁶ Op. cit., p. 15.

¹⁴⁷ MUNFORD, op. cit., p. 166.

¹⁴⁸ Op. cit., p. 167.

Figura 34. Florianópolis-
Praça Fernando Machado
com barracas de feira.
Década de 1990.
Fonte: Banco de Imagens/
Fundação Franklin
Cascaes



Há portanto aqui um contraponto entre o mundo público (a troca de experiências) e o privado (a interiorização das experiências), categorias explicitadas na Grécia e transmutadas para a nossa cultura pelo Direito Romano: a "res pública".

Nessa linha de raciocínio, a ágora é, como espaço público, a precursora de todos os espaços equivalentes, na cidade de hoje, principalmente, segundo Munford nos países latinos. Em suas palavras: "Plaza, campo, piazza, grand-place, descendem diretamente da ágora; pois é no espaço aberto, com seus cafés e restaurantes em volta, que os encontros, conversas, discussões face-a-face, bem como os encontros fortuitos, tem lugar (. . .)"¹⁴⁹.

A ágora medieval, a praça do mercado, cede lugar também a esportes, como os torneios de cavalaria, a exibições dramáticas dos grupos itinerantes, quando na ocasião das feiras, ou seja, a toda sorte de atividades humanas resultantes, nessa época, do encontro entre o público e o privado.

Para o historiador da economia, Robert Lopez, apud Sennet¹⁵⁰, as feiras maiores eram organizadas em "salões especialmente destinados ao comércio de diversos ramos ou especialidades, pátios cobertos e aléias arcadas". A comida, a bebida e as conversações comerciais se davam de forma simultânea. Essas feiras – e aí Sennet distingue-as dos mercados permanentes – eram eventuais, em geral coincidindo com comemorações e festas religiosas.

PIRENNE (1977) afirma que :

"o grande número de mercados (mercata, mercatus) que se atribui ao século IX em nada contradiz essa informação.

Com efeito são pequenos mercados, instituídos para o abastecimento semanal das populações, mediante a venda a retalho dos gêneros alimentícios do campo"¹⁵¹.

Sennet é enfático ao diferenciar os termos mercado e feira, citando o clérigo Humbert de Romans – meados do século XII – quando esse último afirma que os mercados que abundam em Paris, se davam semanalmente, alojados até em barracas simples, onde ocorriam desde o comércio de objetos de couro e metal, até transações financeiras, envolvendo ouro e capitais. Esses mercados acabavam "transbordando dos espaços permeáveis para os pátios e os numerosos pequenos cemitérios da cidade"¹⁵².

O autor enfoca, nesse trabalho – onde a premissa é estudar

¹⁴⁹ Op. cit., p. 168.

¹⁵⁰ SENNET, Richard: Carne e pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 168.

¹⁵¹ PIRENNE, Henri. As Cidades da Idade Média. 4º ed. Lisboa, Portugal: Europa- América, 1997, p.33.

¹⁵² SENNET, op. cit., p. 168/169.

as relações entre a cidade e o corpo humano, ou seja, entre o espaço criado pelo homem e ele mesmo corporificado – da dificuldade do Estado da Alta Idade Média de regulamentar e fiscalizar essas relações do capital, que desrespeitavam os dias santificados, e onde “a usura florescia”¹⁵³. Volta a citar o clérigo de Romans, ao reforçar as diferenças, inclusive morais, entre mercado e feira, afirmando: “Eles acontecem em dias de celebrações, e por esse motivo os homens são obrigados a perder o ofício divino”¹⁵⁴.

Sennet aborda a peculiaridade histórica como exemplo da devastação que o capital descontrolado pode provocar, ao ser danoso, inclusive para quem dele se vale, como no caso da Idade Média, com a desmontagem das feiras (causadas pela evolução não-controlada das operações financeiras) até então “instituições estáveis”¹⁵⁵. A expressão “cada homem é um demônio para si”, por ele citada e atribuída a de Romans, é sintomática ao desvendar o processo da autodestruição do homem pela cobiça, naquela época, ainda em um estágio de pré-capitalismo.

Com a 2ª Revolução Industrial, principalmente a partir da segunda metade do século XIX vão acontecer profundas modificações na estrutura social, com a criação de novas classes sociais e vai se alterar radicalmente a concepção de cidade.

Os espaços arquitetônicos de trocas – os mercados – vão sofrer esses impactos em relação principalmente à formalização construtiva de sua espacialização.

O avanço tecnológico, com o advento do uso do ferro, em escala industrial, de estruturas leves, pré-moldadas, vai possibilitar o uso de grandes vãos entre pilares, dando caráter monumental a essas obras.

O mercado de Les Halles, em Paris, projetado por Victor Baltard¹⁵⁶ e construído a partir de 1851, aponta para uma modificação dos usos e da natureza desse espaço público.

SENNET (1988) afirma: “o que motivou mudanças no século XIX eram os termos sociais em que se comprava e vendia comida.”¹⁵⁷

Conforme esse autor:

“Até o final do século XVII, o mercado central da cidade era uma fonte, para os parisienses, de todas as mercadorias agrícolas e feitas a mão. Por volta da morte de Luís XIV, Les Halles começavam a se tornar mais especializado, um mercado para gêneros alimentícios.”¹⁵⁸

A segunda metade do século XIX assiste ao início das lojas de departamentos¹⁵⁹, onde uma pessoa podia comprar um objeto industrializado qualquer, como um vestido ou uma utilidade domés-

¹⁵³ Op. cit., p. 169.

¹⁵⁴ Op. cit., p. 169.

¹⁵⁵ Op. cit., p. 170.

¹⁵⁶ VARGAS, Heliana C. Espaço Terciário. O lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: SENAC, 2001, p. 165.

¹⁵⁷ SENNET, Op. cit., p. 187.

¹⁵⁸ Op. cit., p. 187.

¹⁵⁹ Como, por exemplo, o Magazine Bon Marché (1876), edifício com vários pavimentos.

tica, produzido em massa e carregado do que Marx iria chamar de “fetiche da mercadoria”. Sennet reforça essa afirmação exemplificando que “em 1860, ela – a pessoa – é estimulada a comprar uma caçarola em ferro fundido(...) porque a caçarola é mostrada na vitrina como suporte da “misteriosa e sedutora cozinha oriental”¹⁶⁰.

Essa mistificação do objeto- mercadoria, tão comum na propaganda dos dias de hoje, inicia-se com a industrialização. Outros tipos de espaços comerciais, semi- públicos (já que muitos deles implicavam em ingresso controlado socialmente) aparecem como: as galerias urbanas, unindo ruas por circulação de pedestres, (como a galeria Havre- 1845- em Paris), as lojas e os bazaars.

No Brasil, a modernidade importada, em um país ainda rural, é expressa em edificações que ainda se encontram em uso no país, como “os pavilhões do pátio do Mercado da Carne, em Belém, o chamado Pavilhão das Tartarugas, os dois pavilhões laterais e os pequenos café e botequim do Mercado de Manaus”¹⁶¹ entre outros.

O ciclo econômico brasileiro, do final do século XIX, ligado a monoculturas, como a borracha e o café, vai procurar representações de modernidade – inclusive nesses espaços de mercado – cuja arquitetura expressará essa modernização.

No século XX, acontece um relativo declínio das lojas de departamentos, cuja “localização, primeiramente central em relação às redes de ferrovias, ficava agora distante da população suburbana, principalmente nos EUA”.¹⁶²

Abre-se espaço para uma inovação do capital varejista, as múltiplas ou cadeias de lojas.

Após a 2º Guerra Mundial, com evoluções tecnológicas na produção e conservação de alimentos, a inclusão gradativa da mulher no mercado de trabalho, o processo de urbanização crescente, outro tipo de comércio varejista vai ser introduzido, expandindo-se até os dias de hoje: os supermercados, com um novo sistema de atendimento; o auto-serviço.

Hoje as grandes redes de supermercados se disseminam territorialmente- também no caso do Brasil- tomando o espaço dos mercados públicos, das mercearias de bairro e das feiras.

Os shopping- centers, fenômeno comercial oriundo nos anos 1960, vão ser, certamente, o grande símbolo de expansão do capitalismo comercial.

HARVEY(1996) a propósito da sociedade de consumo- à qual está ligado intimamente o shopping- center- afirma:

“A produção e consumo do que Bourdieu chama de “capital simbólico” pode ser definido como “o acúmulo de bens de consumo suntuoso que atestam o gosto e a distinção de quem os possui”¹⁶³.

¹⁶⁰ SENNET, op. cit., p. 186.

¹⁶¹ COSTA, Cacciola T. da O sonho e a técnica: a arquitetura de ferro no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 16.

¹⁶² VARGAS, op. cit., p. 234.

¹⁶³ HARVEY, David. Condição Pós- Moderna. 6º ed. São Paulo: Loyola, 1996, p. 80.

A arquitetura dos shopping- centers enfatiza isso, a fetichização do espaço e da mercadoria nele exposta, ou seja, “a preocupação direta com as aparências superficiais que ocultam significados subjacentes”¹⁶⁴.

A produção do capital simbólico serve, segundo Harvey, “a funções ideológicas” ou para “a reprodução da ordem estabelecida e para a perpetuação da dominação permanecerem ocultos”¹⁶⁵.

Não é por acaso que a idéia de panóptico, ou seja, do espaço projetado para ser controlado de vários ângulos visuais, esteja permanentemente presente nesses espaços de segregação.

A circulação é pensada para obedecer a um fluxo de compras possíveis, em um cenário exótico, pontuado por praças de alimentação, fontes artificiais, escadas rolantes e outros equipamentos, aparentemente sofisticados.

Não há barreiras visíveis nas entradas, mas o aparato de segurança vigia comportamentos, mantendo uma “normalidade” artificial.

Milton Santos, em um dos seus últimos trabalhos, retrata o crescimento desse tipo de espaço comercial no Brasil.

Segundo ele, “são 155 shopping- centers(...) em 1999”. A expansão desses centros de distribuição e consumo é recente, “sendo que em 1975 havia apenas 7 deles, distribuídos por São Paulo, Paraná, Bahia e Brasília”¹⁶⁶.

Grandes grupos econômicos constroem e administram esses “grandes objetos geográficos”, provocando, em seu avanço territorial uma interiorização- entrando nas cidades de menor porte- caracterizando o que Milton Santos chama de razão de imitação das capitais.

Figura 35. Florianópolis- Mercado Velho - Final da Praça XV. Fim século XIX. Fonte: Banco de Imagens/ Fundação Franklin Cascaes



4.3 O MERCADO PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS – ASPECTOS HISTÓRICOS

4.3.1 O Primeiro Mercado

O primeiro espaço urbano no Desterro, onde se concentravam os vendedores de gêneros alimentícios se deu na praia em frente à praça – largo fundador da cidade – hoje Praça XV de Novembro. Ali, desde o final do século XVIII foram construídas barracas e até bancas para vender o pescado (o qual era vendido também nas próprias canoas). Aí também chegavam mais tarde, depois de abertos os cami-

¹⁶⁴ HARVEY, op. cit, P. 81.

¹⁶⁵ op. cit, p. 81.

¹⁶⁶ SANTOS, Milton- SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: Território e Sociedade no Início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 151/152.

nhos para o interior da Ilha de Santa Catarina, os produtos tirados da “terra boa”: as frutas e verduras. Segundo CABRAL (1979), em 1791, em ofício dirigido à Câmara, o Secretário de Governo, Antônio José da Costa, pediu que fosse mudado o lugar de tal feira” (...) “atendendo às irregularidades do terreno em que se acham estabelecidas as bancas de peixe que se vende ao povo (...)”¹⁶⁷.

Assim no espaço mais central da Vila, se aglomeravam as barraquinhas, construídas pela Câmara e alugadas por feirantes, que daquele espaço se apropriavam. CABRAL (1979) afirma que a população da Capital começou a se ressentir da presença dessas construções, “inestéticas barraquinhas que não faziam juz ao status da Vila do Desterro, capital da província”.

Em ofício da época, início do século XIX, a Câmara solicita ao Presidente Miguel de Souza Alvim que fosse permitida a demolição das barracas “alegadas a pessoas imorais e até a escravos, e que desde a sua origem tem sido receptáculo de roubos e lugar de todo o gênero de prostituição”¹⁶⁸.

Como podemos ver o discurso da ordem e da moralidade já se fazia notar.

OLIVEIRA (1990) coloca, a propósito dessa atitude, que o discurso higienista escondia uma luta importante sobre o controle do espaço urbano e do uso da mão-de-obra de reserva”¹⁶⁹.

Mais adiante em 25 de junho de 1834, “a Regência determinava o arrasamento das barraquinhas, mas só em 1838 foi autorizada, pela Assembléia Provincial a construção de um mercado” no terreno da marinha “(. . .) justamente onde depois viria a ser construída a Alfândega”¹⁷⁰.

CABRAL enfatiza que foi retardada a construção do dito Mercado em função do interesse de proprietários de lojas comerciais que não desejavam ter afastado de seus negócios “a freguesia, o público comprante, que freqüentava as barraquinhas todas as manhãs”¹⁷¹.

A Praça somente foi limpa das barracas, com o anúncio da visita do imperador D. Pedro II em 1845. A idéia era por parte de alguns grupos políticos, de voltar ao antigo lugar assim que acabasse a visita do Imperador.

Da discussão surgiram, ou se fortaleceram duas correntes de opinião, de um lado “os barraquistas”, como eram chamados os que desejavam a volta das barraquinhas à principal praça da cidade”, e do outro “os vinagristas” que desejavam a permanências das barraquinhas nas cercanias da ponte do Vinagre – onde

¹⁶⁷ CABRAL, Oswaldo R. Nossa Senhora do desterro. Vol 1 Notícia Florianópolis: Lunardelli, 1979, p. 86.

¹⁶⁸ Op. cit., p. 87/88.

¹⁶⁹ OLIVEIRA, Henrique L. Pereira – Os filhos da falha. Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro. 1828-1887. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC, 1990, p. 194.

¹⁷⁰ CABRAL, op. cit., p. 89.

¹⁷¹ Op. cit., p. 98.

hoje está o forte Santa Bárbara¹⁷².

Os barraquistas formaram um grupo político que foi chamado de “cristão”, os outros, os vinagristas “eram, por oposição, os judeus”¹⁷³.

Em 1851 era construído o primeiro Mercado, com projeto do Engenheiro João de Souza Melo e Alvim, no local da atual Praça Fernando Machado. Esse prédio seria demolido em 1896.

As lutas políticas porém continuaram, envolvendo os atores sociais mais influentes de então: os comerciantes. Barraquistas e vinagristas vão ser a gênese dos dois primeiros partidos políticos de Santa Catarina.

Além das lutas pelo domínio do cenário político, havia a questão do controle social do espaço envolta, como já comentamos, via um discurso higienista.

A propósito disso, SILVA (1996) fala da existência de um regulamento interno do Mercado, com 74 artigos, que dispunha sobre a ordem sanitária do estabelecimento.

Em um dos artigos ficava proibida a reunião de escravos e execução de danças e jogos, como um “policimento dos costumes”¹⁷⁴.

Outros artigos visavam a regulamentação do comércio de gêneros e diversas mercadorias.

Após proclamada a República, em 1891, foi construído mais uma edificação, o Galpão do Peixe, depois derrubado na mesma época da demolição do primeiro Mercado.

Com isso foi limpo o local e “o Largo deixado pela demolição do Velho Mercado, foi plantado e suas árvores permaneceram até 1917, quando se abriu a pracinha”¹⁷⁵ que levou o nome de Fernando Machado.

Figura 36. Mercado Novo.
Reprodução de postal de 1907
Fonte: Arquivo Gilberto Gerlach - São José/SC
Outubro/1986



4.3.2 O Mercado em novo local

Com a Proclamação da República, um discurso modernizante se impõem. Desterro passa a ser Florianópolis, o velho Palácio do Governo é reformado, expressando nas suas fachadas, recém adornadas ao gosto eclético europeu, - que aqui chegou como símbolo dessa modernidade -, a representação da centralização imposta pelo novo poder republicano.

¹⁷² SILVA, Nivaldo J. da. A descoberta do mercado público. Florianópolis: Associação dos comerciantes e varejistas do Mercado Público de Florianópolis, 1996, p. 21.

¹⁷³ CABRAL, op. cit. p. 95.

¹⁷⁴ SILVA, op. cit. p. 27.

¹⁷⁵ CABRAL, op. cit. p. 96.

Também, como já comentamos em passagens anteriores, a capital recebe melhoramentos: calçamento de ruas centrais e depois, já no início do século XX, as instalações de rede de água encanada, esgotos e luz elétrica. O Mercado novo é construído sob essa égide da modernidade: é ele que vai receber a novíssima iluminação a acetileno.

Projeto aprovado, o Mercado é construído, na antiga rua do Príncipe, que, sinal dos tempos, muda o nome para rua do Comércio, e depois passa à designação atual de Conselheiro Mafra¹⁷⁶.

A inauguração do Mercado – de sua primeira ala -, após três anos de construção se deu em 5 de fevereiro de 1889, chamando a atenção do centro do país, com a presença de representantes dos maiores jornais da época¹⁷⁷.

SILVA (1996) diz que, a propósito da inauguração do novo Mercado, um novo regulamento – Lei Municipal nº 56 de 28/4/1989 – é editado e, em seu artigo 1º, reza:

“A praça do Mercado servirá de centro à compra de gêneros alimentícios: a carne verde, toda a qualidade de pescado, aves, ovos, frutas, hortaliças, legumes, cereais, produto da lavoura e de quitanda para alimentação”¹⁷⁸.

Outros artigos diziam respeito a quem poderia alugar os compartimentos – pessoas “de bons costumes” -, que deveria ser nomeado um administrador, os horários de funcionamento, e outros atos.

No que diz respeito às normas de conduta, o controle social era evidente. Nos dizeres do Capítulo III, do referido regulamento, que em muito se assemelhava às do Mercado anterior, ficava, entre outras coisas, proibido qualquer tipo de jogo ou divertimento ruidoso, assim como a circulação e permanência de “ébrios e mendigos”¹⁷⁹.

Esse tipo de controle, através de ato policial, visava, nos parece evidente, atender a uma “estética” urbana, da classe dominante, da “higienização do espaço”¹⁸⁰.

O novo Mercado, em 1912, vai receber melhoramentos como rampas, mais galpões e um alpendre visando facilitar a chegada pelo mar do pescado e outros gêneros.

4.3.3 A nova ala marítima

Quando da construção da ponte Hercílio Luz vários técnicos vieram trabalhar na moderna construção. Alguns deles aqui se fixaram, abrindo escritórios de engenharia e participando ativamente

¹⁷⁶ Op. cit , p.133.

¹⁷⁷ SILVA, op. cit., p.35.

¹⁷⁸ Op. cit. p. 38.

¹⁷⁹ Op. cit., p.38.

¹⁸⁰ Esses regulamentos existiram em outros Mercados do Brasil. De teor semelhante encontram-se algumas placas em bronze (com artigos de regulamento) afixadas no segundo pavimento do Mercado Público de Porto Alegre – RS. Datadas do século XIX, lá permanecem a título histórico, após restauração do referido Mercado.



Figura 37. Cais Frederico Rolla, vendo-se ao fundo o Mercado Municipal e à direita a Alfândega. Fonte: IBGE, Encicl. dos Munic. Bras. Volume XXXII - ano 1959. Fonte: IBGE, Encicl. dos Munic. Bras. Volume XXXII - ano 1959

do novo surto modernizante, da década de 1930.

Entre eles Tom Wildi, engenheiro de origem suíça e os irmãos Ormano e Remo Corsini, italianos (vindos de São Paulo). Coube a esses dois irmãos a tarefa de projetar e dirigir a construção da nova ala (sobre aterro do mar) do Mercado. Além disso, foram esses dois técnicos que reformaram (sempre ao gosto da época) as fachadas e acrescentaram as duas pontes, unindo as duas alas e guarnecidas por torreões.

Os irmãos Corsini, conforme depoimento da neta de

um deles, sra. Patrícia Corsini¹⁸¹, também participaram de outros empreendimentos importantes para a capital. Entre eles podemos destacar: o hotel La Porta (Praça XV de Novembro), o Miramar, a primeira ponte de Canasvieiras e o Belvedere Hercílio Luz, na cabeceira insular da ponte metálica.

A inauguração da nova ala se deu em 25 de janeiro de 1931. Assim o Mercado Público recebeu instalações exclusivas para açougues, venda de pescado (lado marítimo) e frutas e verduras (lado oposto). Com a instalação de uma câmara frigorífica em 1939, abandonou-se a conservação dos frutos do mar em sal, acabando (ou amenizando) com o odor característico do pescado em decomposição.

Como veremos, no capítulo seguinte, não aconteceram mais grandes alterações no Mercado. A não ser o fechamento do vão central ao tráfego de automóveis na década de 1980, e a restauração (1983-1988), nada alterou visivelmente a edificação do Mercado Público.

4.4 O MERCADO E A MEMÓRIA URBANA

¹⁸¹ Também foi consultada reportagem – “Entrevista com dois grandes engenheiros” – publicada na revista Santa Catarina Filatélica – nº 1, ano II, de maio de 1951.

4.4.1 O Mercado como espaço identitário da cidade

As cidades brasileiras, principalmente as capitais litorâneas tem em seus Mercados, verdadeiros signos urbanos de sua identidade. Neles encontramos os produtos típicos da região, seus tipos humanos característicos, sua produção cultural. Como relata o comerciante do Mercado de Florianópolis, Roberto Barreiros:

“(...) Então eu lembrei do meu avô, um homem muito culto e viajado. Nós íamos todo domingo de manhã à missa na Catedral, depois nós passeávamos pelo Mercado e ele me dizia que, **em todas as viagens, devemos procurar os mercados.** Porque é onde podemos conhecer de verdade o povo, já que reúne gente de todos os segmentos sociais (...)”¹⁸². (grifo nosso)

Em outro depoimento, o jornalista Paulo Brito fala da volta de seu irmão à cidade, 20 anos depois:

“(...) A cidade que ele deixou mudou. Revia amigos, enquanto tentava recuperar sua identidade cultural. Em Barcelona onde viveu, estes últimos anos, buscava nos mercados, que existem em todos os bairros daquela cidade, algo que se perdera no convívio com a cultura catalã e espanhola. **Era no mercado do bairro onde morava que reencontrava um pouco daquela vida que deixara em Florianópolis,** quando decidiu emigrar (...)”¹⁸³. (grifo nosso)

Em uma visão mais intelectualizada, porém não menos confessional, o cronista Sérgio da Costa Ramos, assim iniciou um dos seus escritos diários:

“Vou hoje ao Mercado porque, como as tainhas, quero estar ao abrigo daquele telhado centenário, quero estar no tabuleiro daquela cidadela democrática, para onde confluem os pobres e os ricos, os simplórios e os ladinos e os sofisticados, os perdulários e os bordejadores – espécie de Ágora grega, onde se reúnem os do povo e os genuínos filósofos da rua, os Manezinhos açorianos e os Manezinhos urbanos, flores desse nosso folclórico relicário humano (...)”¹⁸⁴

Esses depoimentos, como memórias individuais, guardam um tom nostálgico, idealizador de um passado idílico. Confrontados entre si, porém, revelam como o Mercado está identificado com a cidade.

Vejamos o Mercado no texto de outro cronista, Paulo da Costa Ramos:

“Conheço o Mercado dos tempos do Periquito,

Figura 38. Serviços e comércio situados no interior do Mercado Público - Ano 2001
Foto: Carlos Jardim Pereira



¹⁸² Diário Catarinense, Cad. Diário de Verão 20/12/2001, p.5.

¹⁸³ A Notícia, cad. ANCapital, 04/01/1998, p.2.

¹⁸⁴ Diário Catarinense, Caderno Variedades, 11/05/2001, p. 2.

da D. Clara e do negro Benjamin, lá se vão quarenta e tantos anos. Naquela época o escritor Othon Gama D'Eça subia as escadas rangentes do "mais antigo" na Conselheiro Mafra e avisava aos brados: "Mataram um homem no Mercado!". Sempre havia um ou outro crédulo, como o repórter Fernando Souto Mayor, que saía às carreiras para fazer a cobertura do assassinato, que só acontecera na fértil imaginação do autor de "Homens e Algas"¹⁸⁶.

Outro jornalista, defensor dos valores culturais tradicionais da Ilha, Aldírio Simões nos fala, em uma de suas crônicas, sobre uma personagem do Mercado, já não existente, o pombeiro:

"Olha o camarom, olha o camarom"! Era assim que seo Aristides, um dos últimos pombeiros de Florianópolis anunciava diariamente o seu produto, camarão fresquinho capturado no bairro da Costeira, de onde caminhava a pé até o Mercado, com a freguesia certa em Saco dos Limões, José Mendes e ruas Menino Deus e Tiradentes. Tempos bandidos estes que liquidavam sumariamente a figura do pombeiro, o vendedor ambulante identificado com os costumes da cidade antiga (...)"¹⁸⁷

4.4.2 O Mercado e a memória dos seus comerciantes

As transformações de perfil de comerciantes pelas quais o Mercado passou, desde a década de 1970, não impediram a continuidade de muitos tipos de seu antigo comércio. A abertura das grandes redes de supermercados e principalmente, a instalação de dois "shopping centers"¹⁸⁸, a partir da década de 1980, na grande Florianópolis, tiravam do Mercado Público a exclusividade no fornecimento de gêneros alimentícios.

Mas muitos antigos comerciantes permaneceram lá no Mercado, e seus depoimentos mostram um pouco da vida cotidiana desse espaço urbano.

A propósito de sua aposentadoria, o comerciante de carnes, Aurino Manoel dos Santos nos diz:

"Este Mercado é a minha vida. Não dá pra gente abandonar essa convivência de todos os dias de mais de 40 anos. (...) Isso aqui é um luxo, um cartão de visitas da cidade (...). Quem vem a Florianópolis e não passeia pelo Mercado não conhece a cidade. Mas tenho saudades da época em que botes aportavam aqui ao lado para descarregar mercadorias. Tudo era mais humano (...) o mar, o trapiche do Hoepcke, o prédio da Associação Rural, a louça de barro, o posto Texaco, o Moinho

Figura 39. Rua Francisco Tolentino (ao fundo, Mercado Público Municipal) -Ano 2001
Foto: Carlos Jardim Pereira



¹⁸⁵ O cronista refere-se ao Jornal O Estado.

¹⁸⁶ O Estado, cad. Especial, 7 e 8/2/1998, p.16.

¹⁸⁷ SIMÕES, Aldírio. Fala mane. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1998, p. 27.

¹⁸⁸ O Shopping Center Itaguaçu (mar/1982) e o Beira Mar Shopping (out/1993)

¹⁸⁹ A Notícia, Cad. ANCapital, 12/10/1999, p.6.

Joinville, tudo isso compunha o cenário em volta do nosso Mercado (...)¹⁸⁹

A comida de influência açoriana, incrementada pela farinha de mandioca, legado indígena à Ilha, confere um sabor peculiar aos seus pratos típicos. O jornalista Aldírio Simões entrevistando o proprietário do Restaurante Goiano, considerado o mais antigo do Mercado, descreve um pouco dos locais onde se encontrava a boa comida ilhêa:

“Na parte externa do velho Mercado Público, na Conselheiro Mafra, existiam restaurantes famosos, conhecidos como cafés, como o do Motta, do Comércio e do Cruzeiro, vizinhos da farmácia do Nilo e da Alfaiataria Waldemar de Mello dias. No vão central pontificavam os restaurantes Monte Castelo e do Otávio, mas era o do Joça, com suas seis portas, o mais freqüentado, principalmente pelas pessoas que vinham do interior da Ilha que ali faziam as suas refeições. Entretanto o restaurante Goiano, da mesma época do Joca, que continua resistindo ao tempo e aos poucos moderniza o seu cardápio para atender a demanda de nossos clientes, porém sem perder as suas características (...)¹⁹⁰

O mais antigo comerciante do Mercado Público no século XX, Gedeão Mansur, a falecer aos 87 anos de idade, mereceu reportagem que descreve um pouco de suas atividades:

“A convivência – com o Mercado – começou em 1947, quando surgiu o Bazar Mansur, especializado em instrumentos de alumínio e mantido desde então no mesmo Box do vão central. (...) Quando Mansur abriu o Bazar, o Mercado carregava uma péssima fama. “Mulher de família não passava por aqui. Tinha muita prostituta e vagabundo. Cansei de chamar a polícia para tirar os bêbados da minha porta na hora de abrir a loja”, contava. Mas havia as compensações. O mar chegava a menos de dez metros da porta de entrada da loja. De lá vinham barcos carregados de peixes, razão para o alvoroço da clientela (...)¹⁹¹

Figura 40. Serviços e comércios situados no interior do Mercado Público - Ano 2001
Foto: Carlos Jardim Pereira



Em depoimento anterior (1997), o comerciante fala de seus bazares do Mercado:

“Mas nem sempre foi assim – referindo-se ao fato de vender somente utilidades domésticas de alumínio -, eu vendia de tudo, inclusive armarinho e fazenda. Mas o velho prédio não tinha manutenção, chovia muito aqui dentro (...)

Acompanhei os primeiros passos das famílias Koerich e Schappo – hoje dois fortes grupos comerciais da cidade – vendendo produtos

¹⁹⁰ A Notícia, cad. ANCapital, 25/1/1999, p.8.

¹⁹¹ A Notícia, cad. ANCapital, 18/11/1999, p.6.

¹⁹² A Notícia, cad. ANCapital, 18/11/1999, p.6.



Figura 41. Vista do Mercado Público desde o Aterro - Ano 2001
Foto: Carlos Jardim Pereira

coloniais nas grandes feiras das quartas-feiras no outro mercado (de artigos manufaturados). Os botes vindos da Pinheira e Ganchos atracavam aqui ao lado, carregados de farinha, louça de barro, charque, peixe seco e diversos gêneros alimentícios. O Mercado vendia basicamente peixe, carne e verduras (...)¹⁹²

Outro comerciante antigo, ainda atuante, e referência no Mercado, o Sr. José Isaltino da Rosa, o Zezinho, mantém hoje o Box 36, com salgadinhos e outros pratos típicos:

“(...) Estabelecido em 1953, com o posto de venda de pães, na entrada do Mercado próximo às peixarias, Zezinho é de uma antiga geração de comerciantes do Mercado, trabalhando anteriormente como empregado e comprando depois a banca do senhor Canuto, até sua transferência para o box atual, defronte ao camelódromo (...)

Lembra que vendia muitos pães “Ribeirão” e “Paulo Lopes” durante a safra de tainha, quando o Mercado tinha o seu movimento duplicado. “Quem conhecia o bom peixe, comprava tainha de corso nos meses de maio a julho, tainha ovada e com areia de praia” (...)¹⁹³

Os novos tempos mudaram o Mercado e o perfil de seus produtos como mostra trecho da reportagem a seguir:

“Com o seu Box 36 A, também conhecido como bar do Zezinho, há muito ele deixou de vender pães, sucumbiu à concorrência das padarias e supermercados e até mesmo os sacos de algodão foram substituídos por sacos de náilon (...)¹⁹⁴

4.4.3 O Mercado e a perda do mar

Quase que a unanimidade dos freqüentadores ilhéus do Mercado, em depoimentos registrados ou informais, relatam nostalgicamente da ausência do mar. Longe do Mercado, sua presença invisível permeia as lembranças e a ambiência daquele lugar urbano.

Uma leitora assim escreve ao jornal A Notícia – coluna “Fala Mané”:

“Quero aproveitar o seu espaço para homenagear o Mercado. E dele na década de 50, um pouco quero falar. Onde eu ali via as águas do mar, por ele querer passar. A água batia ao lado de sua fachada onde barco de pesca atracava. As pessoas mais carentes corriam em direção ao barco para alguns peixes ganhar. (...) Se eu pudesse fazer o passado voltar ao presente, gostaria de viver na década de 50 novamente. Quem não se lembra da tainha escalada ao sol? Do matuto que enchia o balaio de camarão? (...) Ou até mesmo da ressaca do mar que molhava o canteiro do Mercado? (...)¹⁹⁵

¹⁹³ A Notícia, cad. ANCapital, 09/12/2001, p.20.

¹⁹⁴ Op. cit., p.2.

¹⁹⁵ A Notícia, Caderno ANCapital, 24/3/2001, p.2.



Figura 42. Florianópolis-Permanência do Mercado-Aterro da Baía Sul.Década de 1980.
Fonte: Banco de Imagens/Fundação Franklin Cascaes



Figura 43. Florianópolis-Permanência do Mercado-Aterro da Baía Sul. Década de 1990.
Fonte: Banco de Imagens/Fundação Franklin Cascaes



Figura 44. Florianópolis-Permanência do Mercado-Aterro da Baía Sul.Década de 1990.
Fonte: Banco de Imagens/Fundação Franklin Cascaes

A pesca feita diretamente da orla central, no Mercado é lembrada com ênfase por Aldírio Simões:

“Quando o vento sul se anunciava nas Tipitingas e o mar açoitava o cais do Mercado Público, os pescadores da linha se encaminhavam para a grande mureta que ia do Miramar ao mercado. Vento sul era prenúncio de pescaria farta de bagres, alguns cabeçudos, que significa dizer enorme com cerca de dez quilos (...)”¹⁹⁶

Outro jornalista, por ocasião dos 101 anos do Mercado Público, assim se refere ao mar do passado:

“(…) O Mercado passou por duas guerras mundiais testemunhou a construção da ponte Hercílio Luz, viu a chegada dos turistas a partir da década de 60 (sic), lamentou o afastamento dos foliões de Momo e sobretudo do mar. Mas a memória continua sendo ativada pelo cheiro de peixe. Nenhum comerciante ou freqüentadores antigos do Mercado esquece que, não faz muito tempo, as ondas batiam ali atrás, no lugar ocupado hoje em dia por deselegantes caminhões. Onde foi parar o charme de outrora? Como seria bom rever os barcos chegando devagarinho, carregados de anchovas... (...)”¹⁹⁷

As lembranças – nostalgia de um tempo idealizado – fazem esquecer, por outro lado, que o progresso, um dia iconizado pelo aterro da Baía Sul, que iria modernizar a capital, foi desejado e acalentado por grande parte dessas pessoas, que hoje lamentam o ocorrido:

“Convenhamos, com a instalação do aterro hidráulico na baía sul, a cidade perdeu o que tinha de mais significativo: o mar. Todos os nossos caminhos levavam ao mar. Sem o mar a cidade enfeiou, perdeu a alma, o glamour, o cheiro de maresia, até o vento sul ficou desmoralizado, ele que se anunciava cortante, respingando os pés da gente, do Mercado Público, do Miramar, da Capitania dos Portos. Pergunto ao leitor: será que havia mesmo necessidade do aterro? Acho que sim. Diriam: o que seria desta cidade sem o aterro? Poderia sim, tenho a convicção de que tiveram preguiça de repensar a cidade para não dizer falta de zelo, de sensibilidade com a nossa história”¹⁹⁸.

¹⁹⁶ Coluna “Fala Mané” – A Notícia – Caderno ANCapital 25/1/1999, p.3.

¹⁹⁷ Reportagem de Maurício Oliveira – A Notícia cad. ANCapital, 05/02/1999, p.8.

¹⁹⁸ Aldírio Simões Coluna “Fala Mané”.A Notícia, cad.ANCapital,09/12/2001, p.2.

Figura 45. Catedral Metropolitana - Ano 2001 Foto: Carlos Jardim Pereira



Figura 46. Orla do Centro de Florianópolis. Reprodução de postal de 1904 - Fonte: Arquivo Gilberto Gerlach - out/1986



Figura 47. Vista superior do vão central do Mercado Público Ano 2001 Foto: Carlos Jardim Pereira



Dos depoimentos fica, em geral, a impressão de que o Mercado, sua permanência na cidade, aponta para contradição insular: o afastamento do mar, as alterações físicas, com a perda da paisagem original. Essa permanência do Mercado é o signo cultural mais forte talvez, da vida ilhoa, da Florianópolis antes Desterro, sempre uma Ilha, a de Santa Catarina.

5. O LUGAR DO MERCADO

“La música, los estados de felicidad, la mitología, las caras trabajadas por el tiempo, ciertos crepúsculos y ciertos lugares, quieren decirnos algo, o algo dijeron que no hubieramos debido perder, o están por decir algo (...)”¹⁹⁹

Jorge Luis Borges

5.1 (RE)VISITANDO CONCEITOS

Vamos empregar como categoria de análise, para definir o Centro Histórico e seus espaços públicos, o conceito antropológico de “lugar”. Esse conceito está ligado à territorialidade humana, no sentido de expressar um espaço identificado com grupos sociais definidos, contextualizando as atividades urbanas e dando significado territorial a elas.

Como coloca Milton Santos, “a cidade é ao mesmo tempo uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade”²⁰⁰.

O lugar do centro histórico urbano seria o repositório desses valores, do imaginário ao simbólico. Ele guarda em suas edificações, em seus espaços públicos – praças, largos e ruas – a referência ao lugar primeiro do assentamento urbano.

No caso de Florianópolis, cidade litorânea, a orla marítima se reveste dessa especificidade: ela desempenha um duplo papel, o de chegada ao território colonizado e o de saída dele, rumo à Metrópole. Assim o lugar específico do Centro Histórico de Desterro – Florianópolis é tam-

¹⁹⁹ A música, os estados de felicidade, a mitologia, as caras trabalhadas pelo tempo, certos crepúsculos e certos lugares, querem nos dizer algo, ou algo disseram que não deveríamos ter perdido, ou estão por dizer algo...

²⁰⁰ SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p.69.



Figura 48. Vista do Mercado Público e seu vão central - Ano 2001
Foto: Carlos Jardim Pereira

bém, uma fronteira, o encontro da terra com o mar.

Em uma revisão bibliográfica acerca de conceitos que tratam sobre lugar, Marc Augé caracteriza os lugares como “identitários, relacionais e históricos”²⁰¹.

O lugar é identitário pois identifica quem o frequenta. Conforme Augé, a identificação é individual – o indivíduo que nasce em um lugar, toma desse emprestado o nome. Isso é fácil constatar nos sobrenomes portugueses, por exemplo, de nossos antepassados, ou nos apelidos comuns aos brasileiros.

A segunda qualidade do lugar, a relacional, é explicada pela relação de compartilhamento de “elementos distintos e singulares”²⁰² em um mesmo espaço e as relações entre eles.

Podemos nos permitir em afirmar que o aspecto relacional do centro histórico se dá pelo encontro de diferentes pessoas e grupos sociais que mantêm vários níveis de troca entre si.

A terceira qualidade do lugar, para Augé, é a de ser histórico. Essa característica é de extremo interesse para o nosso trabalho. Definir o centro histórico como “esse lugar que os antepassados construíram, que os mortos recentes podem povoar de signos”²⁰³ é entender seu papel na história urbana²⁰⁴, onde “aqueles que nele vivem podem aí reconhecer marcos que não tem que ser objetos de conhecimento”²⁰⁵.

Outro estudioso francês, Michel De Certeau (1993), situa lugar como sendo a ordem conforme a qual os elementos são distribuídos em relações de coexistência. “Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar próprio e distinto que os define”²⁰⁶.

De Certeau define espaço urbano como “um lugar praticado”²⁰⁷. Assim, conforme exemplifica, uma rua se para tal concebida pode se transformar em espaço para pedestres.

Esse autor se vale de idéias fenomenológicas de Merleau-Ponty, para falar de um “espaço antropológico” (distinto de um espaço geométrico), onde se dão experiências existenciais diferenciadas que definem, caracterizam “tantos espaços quantas experiências espaciais distintas”²⁰⁸.

Para Augé, entretanto, o lugar antropológico (que, no nosso caso, podemos chamar de lugar urbano), “é, antes de mais nada

²⁰¹ AUGÉ, Marc. Não-lugares – Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994. p.52.

²⁰² Op. cit. p.53.

²⁰³ Op. cit., p.53.

²⁰⁴ Conforme propõe Milton Santos, op. cit. p.69.

²⁰⁵ Conforme AUGÉ, op. cit. p.53.

²⁰⁶ DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano, vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1994, p.201.

²⁰⁷ Op. cit. p.202.

²⁰⁸ MERLEAU-PONTY, Maurice. Phenomenologie de la Perception. Paris: Gallimard, 1976. p. 324 (344)



Figura 49. Vista do Mercado Público desde a rua Conselheiro Mafra - Ano 2001
Foto: Carlos Jardim Pereira

geométrico”²⁰⁹.

Essa geometria, euclidiana, das três formas básicas, foi aplicada a nossa realidade histórica via colonização portuguesa. Assim a já um tanto superada discussão sobre a regularidade ou irregularidade de traçados urbanos luso-brasileiros, encontra na praça litorânea, primeiro espaço de caráter público, aglutinador, e exemplo dessa geometrização regular²¹⁰.

É um lugar definido por uma geometria fruto de legislação colonizadora, que vai ter ati-

vidades, funções, rituais específicos dos homens, e vai dar vazão ao imaginário e ao simbólico dessa urbe. Os espaços edificados no seu perímetro, símbolos do poder político, econômico e religioso, vão afirmar esse lugar como espaço de centralidade.

Augé complementa suas proposições atestando que “poder-se-ia falar, por um lado em itinerários, eixos ou caminhos que conduzem de um lugar a outro e foram traçados por homens e, por outro lado, em cruzamentos e praças onde os homens se cruzam, se encontram e se reúnem.”²¹¹

Ainda sobre a polarização lugar-espaço, De Certeau enfatiza que em termos de experiências, em nível fenomenológico, haveria que distinguir duas faces:

1: uma, a do lugar como “estar-aí”²¹², ou a “lei de lugar”, onde na história ocidental sempre há a presença de um mineral ou corpo orgânico, inerte, “da pedra ao cadáver (...) para fundar um lugar”²¹³.

Isso nos remete à idéia histórica do “genius loci”²¹⁴, ou deus do lugar, ao qual era oferecido em sacrifício um animal, do qual se colhiam as vísceras. Essas eram examinadas por um sacerdote que, a partir dessa “leitura”, confirmaria o lugar ideal para fundar, por exemplo, uma cidade. Essa prática era, inclusive, adotada pelos romanos, ao marcar um acampamento em terras conquistadas.

2: A outra face da oposição lugar-espaço, ainda segundo De Certeau, se valeria de “operações que, atribuídas a uma pedra, a uma árvore ou a um ser humano especificam espaços pela ação de sujeitos históricos”²¹⁵. Esse autor associa os lugares à

²⁰⁹ ou seja, ligado a uma regularidade espacial (as linhas, a intersecção delas e os pontos de intersecção) conforme AUGÉ, op. cit. p.55.

²¹⁰ Conforme FERNANDES, José Manuel in: Índia e Sul do Brasil: Planos do urbanismo português no Século XVIII – p. 254. Coletânea de estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822. Lisboa, Portugal – Edição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1988.

²¹¹ Op. cit, p.55.

²¹² Conforme DE CERTEAU, op. cit., p.203.

²¹³ Op. cit. p.203.

²¹⁴ “A situação, o sítio, estava governado pelo genius loci, pela divindade local, uma divindade precisamente do tipo intermediário que presidia ao mesmo tempo em que se desenvolvia nesse mesmo lugar”. In Rossi, Aldo. La Arquitectura de la Ciudad, Barcelona, Espanha. Ed. Gustavo Gili, 1973.

²¹⁵ Conforme DE CERTEAU, op. cit., p.203.



Figura 50. Vista do Mercado Público desde o Aterro - Ano 2001
Foto: Carlos Jardim Pereira



Figura 51. Mercado Público em obras - Ano 1985 Foto: Luíz Eduardo Teixeira

idéia de movimento, o que, ainda no discurso antropológico, é confirmado por relatos, “descrições orais de lugares”²¹⁶ que resultam em percursos e mapas. Com ele concorda Augé ao definir lugares a partir de “itinerários, cruzamentos e centros”²¹⁷. Utiliza inclusive exemplos urbanos, da afirmação de uma cidade, locais estratégicos como “certos mercados que constituem pontos fixos num itinerário que elas sinalizam”²¹⁸. O autor afirma, a propósito da cidade antiga – do período clássico – (e, nos parece, aplicável ao período medieval),

que “se o mercado é, por si só, um centro de atração, a praça onde ele está pode abrigar um monumento (o altar de um deus, o palácio de um soberano), que figura o centro de um outro espaço social”²¹⁹.

5.1.1 Lugar e identidade

Na visão antropocêntrica da Geografia Cultural, Paul Claval coloca que “cada lugar se acha associado às experiências individuais irreduzíveis umas às outras, mas que esclarecem a mesma lógica”²²⁰.

Augé, por outro lado, ao se referir a investigações etnológicas com indígenas, concorda com Claval, ao afirmar que “o dispositivo espacial é, ao mesmo tempo, o que exprime a identidade do grupo (...) mas é a

identidade do lugar que o funda, congrega e une”²²¹.

No caso da vida urbana, Claval se refere aos vários papéis hoje desempenhados pelas pessoas em diferentes lugares: no trabalho, na casa, na rua. Para ele “o decór urbano serve pois de ambiente aos dramas e comédias onde é tecido o destino de cada um – as ruas e os edifícios não são apreciados por sua única “utilidade”²²².

O homem, o ator da cena urbana, “carrega” esses lugares com suas emoções, lembranças de experiências vividas, o que se repete e se modifica diariamente.

É importante salientar a relevância que, tanto Claval como De Certeau dão ao “caminhar” urbano, seja motorizado ou a pé. A

²¹⁶ Op. cit., p.56.

²¹⁷ Conforme AUGÉ, op. cit. p.56.

²¹⁸ Op. cit. p, 56.

²¹⁹ Op. Cit., p.56.

²²⁰ CLAVAL, Paul. In: Experiência vivida e sociedade urbana, p.3. Mimeo. Trad.: Luís F. Pimenta e Margareth Pimenta – Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano – Departamento de Geografia – CFH – UFSC.

²²¹ Conforme AUGÉ, op. cit., p.45.

²²² Conforme CLAVAL, op. cit. P.4.

percepção dos fatos e acontecimentos, seus lugares diversos, se dá de forma também diversa, conforme a opção desse caminhar. Nos parece relevante aqui diferenciar esse caminhar do “flanar baudelaireano”: enquanto o dândi de Baudelaire se sacia ao apreciar as paisagens da capital, “paisagens de pedra acariciadas pela bruma ou fustigadas pelos sopros do sol”²²³, aparentemente revelando um distanciamento dessa paisagem, se comportando como um observador, o ator urbano (relatado por Claval e De Certeau) está completamente envolvido com a trama de acontecimentos que se sucedem nesse caminhar.

Paul Claval deixa clara a questão da identidade do homem com o lugar ao dizer que: “Uma casa, uma praça, uma avenida não evocam as mesmas coisas para os turistas e para aqueles que a freqüentam todos os dias”²²⁴. Aí se assinala uma questão crucial para os defensores da preservação patrimonial dos centros históricos: lugares identificados com o cidadão, com sua história, ou lugares “exóticos”, cenários, para o turista? Quando for abordado, adiante, o conceito de centralidade, será obrigatório voltarmos a essa indagação.

Acerca da abordagem do valor identitário dos lugares – na expressão de Marc Augé – Claval reafirma que: “se o espaço deixa de ser um suporte neutro da vida social é porque ele desempenha um papel na estrutura das personalidades e se acha intimamente associado ao mundo dos valores e aos fatos da cultura: ele é elemento constitutivo do eu e seus grupos”²²⁵.

Quanto ao conceito de lugar como território, isto no campo do significado – não somente no geográfico – Claval é decisivo quando defende a idéia de que esse, “o território é para o homem bem mais que um abrigo que o protege das ameaças exteriores”²²⁶. O autor nos fala ainda de um “vínculo aos lugares” como identificados com os afetos, experiências gratificantes, onde o ser humano pode assumir “o sentimento de ser ele mesmo”²²⁷.

Nos parece claro que o território de domínio individual, a casa, é mais propício a esse encontro do “self”, do que o território coletivo, o lugar urbano. Assim podemos entender uma relação semelhante de descontração e conforto com esses lugares urbanos familiares, como a praça do bairro, a escola da infância, a visita ao mercado. Lugares cinestésicos, onde os cheiros, as cores, os ruídos, além das formas, remetem a lembranças significativas – é claro que nem sempre agradáveis – mas sempre relevantes no complexo da formação do ser.

Um outro autor contemporâneo, o geógrafo David Harvey (1996), propõe que “a nossa experiência subjetiva pode nos levar a domínios de percepção, de imaginação, de ficção e de fantasia que produzem espaços e mapas mentais como miragens da coi-

²²³ BAUDELAIRE, Charles: sobre a modernidade. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p.22.

²²⁴ Conforme CLAVAL, op. cit., p.4.

²²⁵ Op. cit., p.5.

²²⁶ Op. cit., p.5.

²²⁷ Op. cit., p.5.



Figura 52. Mercado Público-vão central década de 1950.
Fonte: calendário Lojas Ki-lojão / 2001

seria então variável, conforme testemunhos investigativos da antropologia, de acordo com as categorias dos diferentes grupos sociais, étnicos, de gênero, de faixas etárias, em inclusive, uma mesma “comunidade”²³⁰.

Para Harvey, tempo e espaço são então categorias “criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social”²³¹. Tempo e espaço (em nosso estudo entendido, esse último, como lugar) são então construções relativizadas por dimensões culturais.

O entendimento da noção de espaço, ao longo do tempo, sofre então de novas construções. O caso dos centros históricos, hoje objeto, inclusive, de uma hipervalorização, como quer ARANTES (1998) ao se referir ao fato que “nove entre dez secretários de cultura são desta opinião, a saber, a preservação do patrimônio é prioridade número um”²³². Harvey é mais claro ao sublinhar que “apropriamo-nos dos espaços antigos de maneiras bem modernas, tratando o tempo e a história como algo a ser criado, em vez de aceito”²³³.

Tentando agregar as questões de interesse de nosso trabalho: centro histórico como lugar, entendemos que há que analisar com muito cuidado esse novo e súbito interesse das chamadas autoridades constituídas para com o patrimônio ambiental urbano. A veia turística, hoje quase que apanágio de administrações em todos os níveis de abrangência territorial (municipal, estadual e fe-

²²⁸ HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1996, p.188.

²²⁹ Op. cit., p. 188.

²³⁰ Empregamos aqui esse termo ambíguo na falta de uma melhor definição para um grupo social complexo.

²³¹ Conforme HARVEY, op. cit., p. 189.

²³² ARANTES, Otília. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 148.

²³³ Conforme HARVEY, op. cit., p. 190.

deral) – como é o caso flagrante do Pelourinho, na Bahia²³⁴ - tende a desconsiderar o lugar urbano em troca de um cenário turístico. É LEFEBVRE (1991) quem alerta para isso, já há muito tempo, ao afirmar que: “os monumentos e os lugares (ágora, acrópole) que permitem encontrar a Grécia antiga não representam mais do que um local de peregrinação estética e de consumo turístico”²³⁵.

5.1.2 Lugar e não-lugar

Em oposição à ideia de “lugar”, Marc Augé (1994) propõe o termo “não-lugar”, aplicável a espaços típicos da atualidade pós-moderna, ou, como prefere, supermodernidade. Para ele, por não-lugar, se designariam “duas realidades complementares, porém distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transportes, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços”²³⁶.

Segundo Augé se “os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não-lugares criam tensão solitária”²³⁷.

Quanto a uma tipologia dos não-lugares, Augé afirma que eles “são tanto as instalações necessárias à circulação de pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais”²³⁸. Esse autor enfatiza, inclusive, os campos de refugiados (ainda atualíssimos – vide a guerra em Kosovo) nessa categoria. Indivíduos em trânsito, afastados de seus lugares, mergulhados em uma solidão “high tech” são os atores desse cenário supermoderno.

Isso nos remete à questão central desse trabalho: os lugares de troca, tanto de mercadorias quanto de vivências, como o mercado público, tem seu contraponto nos não-lugares, os “shopping centers”. Esses espaços contemporâneos são homogeneizados por um “lay-out” rígido, ancorados na lógica do caminhar, parar e consumir são também não-lugares onde por exemplo uma parcela da juventude perde suas horas, na ausência de lugares qualificados, para dispenderem de forma positiva e criativa suas energias.

O autor norte americano Lewis Mumford, já em 1961, alertava para o fato da dissolução urbana, causada ou reforçada por esses não-lugares: “cada nova loja de departamentos ou shopping center, implantado no meio do campo aberto, exige estacionamentos tão amplos que, aqueles que estacionam na orla tem que percorrer, a pé até a loja, um caminho maior do que aconteceria numa cidade densamente congestionada”²³⁹. Esse autor aponta aqui para os

²³⁴ Onde grande parte da população semimarginal, ali residente foi removida para a periferia da cidade.

²³⁵ LEFEBVRE, Henri. O Direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991, p. 9.

²³⁶ Conforme AUGÉ, op. cit., p.87.

²³⁷ Op. cit., p.87.

²³⁸ Op. cit., p.87.

²³⁹ MUMFORD, Lewis. A cidade na história. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982, p.547.

desperdícios de espaço e tempo, causados por uma visão mercantilista da sociedade de consumo, de um conceito extremamente reducionista de lazer. O sociólogo Jean Baudrillard (1996), mais tarde, vai reforçar essas afirmações, quando diz que:

“ao construir uma rodovia, um supermercado, uma supercidade, automaticamente se produz tudo o que está em volta. Ao se criar redes ultra-rápidas de circulação programada, transforma-se automaticamente em zona desértica o espaço tradicional dos intercâmbios”²⁴⁰.

Para AUGÉ (1994), a multiplicação dos não-lugares, associada às grandes concentrações populacionais e deslocamento de pessoas, é resultado de uma “superabundância espacial do presente”²⁴¹. A lógica de seu discurso se baseia na existência de um excesso na supermodernidade. Já BAUDRILLARD (1996), de forma contundente, afirma que “antigamente as coisas eram ameaçadas por seu “duplo”, hoje o são, de certa forma por sua “residência secundária”²⁴². O conceito ironizante como alusão ao excesso e duplicidade da era supermoderna, é compatível com o de não-lugar. Senão vejamos: “O museu é a residência secundária da obra de arte, as galerias e os “shoppings” da mercadoria e do poder de troca”²⁴³. Virtualidade fugaz, reprodução de vida, o “parecer” ao invés do “ser” são as características desses espaços.

Um outro autor, SICA (1977), citando conferência de Michel Foucault (“Des espaces autres) se utiliza de outro conceito relativo a lugar:

“ A heterotopia é o poder de justapor em um lugar real muitos espaços, muitos lugares, que em si mesmo são incompatíveis. É assim que o teatro faz aparecer sobre o retângulo da cena toda uma série de lugares alheios uns aos outros... Mas é possível, talvez, que o exemplo mais antigo dessa heterotopia, em forma de localizações contraditórias seja o jardim(...)”²⁴⁴

Podemos então, por exemplo, caracterizar o espaço dos shopping-centers como heterotópico, como enfatiza DOS SANTOS (1999):

“ Os centros comerciais e os parques temáticos tentam reproduzir a dinâmica da rua, com os movimentos de pedestres dentro de um contexto altamente controlado, no qual tudo está de antemão pré-determinado.

Novos espaços públicos de uso restrito, negação do concei-

²⁴⁰ BAUDRILLARD, Jean. A violência do objeto – In: Revista ;arquitetura e urbanismo. São Paulo: Pini. Nº 64 – fev./mar 1996, p.70.

²⁴¹ Conforme AUGÉ, op. cit., p.36.

²⁴² “ Casa de veraneio” na tradução consultada. Conforme BAUDRILLARD, op. cit., p.69.

²⁴³ Op. cit., p.69.

²⁴⁴ SICA, Paolo. La Imagen de la Ciudad. De Esparta a Las Vegas. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili, 1977, p. 107.



Figura 53. Vista do Mercado Público desde o Aterro - Ano 2001

Foto: Carlos Jardim Pereira



Figura 54. Serviços e comércio situados no interior do Mercado Público - Ano 2001
Foto: Carlos Jardim Pereira

to de lugar e afirmação de uma sociedade a-espacial”²⁴⁵.

LEFEBVRE (1999) tem, a nosso ver, outro entendimento para o conceito de heterotopia:

“ Isotopias: lugares do mesmo, mesmos lugares. Ordem próxima. Heterotopias: o outro lugar e o lugar do outro, ao mesmo tempo excluído e imbricado. Ordem distante. Entre eles, espaços neutros: cruzamentos, lugares de passagem, lugares que não são nulos, mas indiferentes(neutros)”²⁴⁶.

Esse autor enfatiza ainda que:

“ a diferença entre isotopia- heterotopia só pode ser concebida corretamente de uma maneira dinâmica. No espaço urbano, sempre acontece alguma coisa. As relações mudam, as diferenças e contrastes vão até o conflito; ou então se atenuam, são erodidas, ou corroídas.”²⁴⁷

Entendemos então que há, no espaço urbano contemporâneo uma existência simultânea das isotopias- heterotopias, dos lugares e não-lugares.

Mas algo nos parece claro:

Quanto a um confronto possível de análise entre os exemplos por nós citados – mercado público e “shopping center” – poderíamos acrescentar um outro conceito: o da segregação. O espaço do “shopping” exclui – e aí perdemos a obviedade – classes sociais alheias, não por sua vontade, ao consumo. A vigilância é aí atuante e atenta ao vestir e ao comportamento inadequados, à “ameaça” que o outro representa. Sem cair, conscientemente em um maniqueísmo fácil, afirmaríamos que em um mercado público, como é o caso de Florianópolis, ao contrário do “shopping”, é bem-vinda, ou natural, a diversidade social. Comerciantes e consumidores, cidadãos e turistas, circulam nos espaços de compra e degustação, de cheiros “inadequados” e outros, nem tanto, de comportamentos vários, de estímulos identificados com o lugar, fazendo parte da “festa urbana” que tanto queria Lefèbvre. Todos são atores de um espaço permeável, lugar de trocas e experiências, onde o encontro com o outro é imprescindível e condição “sine qua non” para a convivência urbana.

²⁴⁵ DOS SANTOS, Cesar Floriano. Campo de Produccion Paisajista de Roberto Burle Marx. Tese de Doutorado. Universidade Técnica Superior de Arquitectura. Madri, Espanha, 1999, p.22.

²⁴⁶ LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.109.

²⁴⁷ LEFEBVRE, op. cit., p.120.

5.2 O MERCADO PÚBLICO DE FLORIANÓPOLIS HOJE

“ A paisagem atual e o seu conteúdo humano, social e econômico exprimem, ao mesmo tempo, a evolução e o estado atual das funções urbanas. As funções antigas, presentes ou desaparecidas, marcam a paisagem atual pela presença de monumentos e velhas casas.”²⁴⁸

Milton Santos

Apesar do afastamento em relação ao mar, com a construção do Aterro da Baía Sul, o Mercado continua mantendo suas funções originais com o agregamento de novas, típicas da supermodernidade ou pós-modernidade.

Embora o Mercado não tenha se alterado em sua forma arquitetônica externa, alterações espaciais (como por exemplo, o uso do vão central para circulação de pedestres e realização de eventos) sempre têm acontecido.

Podemos constatar, no Mercado, que a função primeira, de abastecimento alimentar da população como um todo, foi prejudicada ou sofreu adaptação em função de vários fatores, ao longo de sua história na cidade.

A criação de novas centralidades, com a conseqüente decadência do Centro Histórico²⁴⁹ como único local de compras e convergência populacional, a concorrência das feiras de bairro,

supermercados (principalmente) e dos “sacolões” (feiras em pavilhões com produtos hortifrutigranjeiros a preços baixos) veio subtrair do Mercado seu atrativo inicial.

Hoje, por exemplo, conforme levantamento²⁵⁰, somente um dos 148 “boxes” oferece frutas e verduras, mesmo assim com preços mais altos do que os dos concorrentes externos mencionados. Esse único “box” oferece, a nosso ver, tais produtos mais como item adicional de compras das visitas, que ali encontram produtos típicos, (ou aparentemente típicos) da Ilha e região.

Figura 55. Serviços e comércio situados no interior do Mercado Público -Ano 2001
Foto: Carlos Jardim Pereira



²⁴⁸ () in SANTOS, Milton. O Centro da Cidade de Salvador. Salvador: Universidade da Bahia, 1959, p. 97.

²⁴⁹ A importância do Centro Histórico é enfatizada por Milton Santos quando afirma que: “ O centro(...) constitui uma verdadeira síntese, pois reflete ao mesmo tempo as formas atuais da vida da região e da cidade e o passado, seja pela evolução histórica da cidade e da região, seja pelo sítio escolhido inicialmente para instalar o organismo urbano.”

SANTOS, Milton. O Centro da Cidade de Salvador. Salvador: Universidade da Bahia, 1959,p.22.

²⁵⁰ Levantamento in loco efetuado entre 13 e 21 de agosto de 2001.

Todavia existem ainda, e talvez aí esteja garantida a identidade do Mercado como lugar de abastecimento, alguns locais, em um total de onze, que vendem pescados frescos e outros frutos do mar. A população ilhoa, do continente e os visitantes, aí acorre para compra desses produtos frescos, oriundos hoje de várias procedências, nacionais e até internacionais.

Estes frutos do mar vem hoje, não mais unicamente do mar próximo à Ilha, em função da decadência da pesca artesanal. É comum, então, a oferta de produtos do mar, vindos da Laguna (SC), do Rio Grande (RS), e do exterior, além de poucos outros (como o berbigão e as ostras) oriundos da Ilha e proximidades.²⁵¹

Essas vendas se intensificam em datas festivas, religiosas (como a Páscoa, Natal) ou profanas (fins de semanas, comemorações), mantendo o costume urbano de se ir ao Mercado.

Outros “boxes” trabalham com a venda de carnes e fiambres, em um total de quatro, entre açougues, fiambreiras e mercearias.²⁵² No total essas atividades representam 10,81% dos locais do Mercado.

A dinâmica desse tipo de comércio é grande e, como já havíamos mencionado no início, existe uma forte concorrência de outros estabelecimentos na cidade e outros locais urbanos que atraem a população para compras desses tipos de alimentos.

5.2.1 Lugar de alimentação e lazer

O Mercado Público incorporou, historicamente, à sua função inicial de simples local de venda de pescado fresco e hortifrutigranjeiros, outras atividades.

Uma das mais antigas é a da alimentação. Boxes, restaurantes, lanchonetes e padarias convivem com outras atividades agregando funções conexas à da alimentação como, por exemplo, a do lazer.

Até o dado dos levantamentos efetuados, 16 “boxes” de vários tipos oferecem comidas típicas, bebidas e lanches, tanto na ala mais nova (contígua a Av. Paulo Fontes) quanto no vão central. Há, inclusive, a ocupação da Torre Leste por um restaurante implantado e dirigido para ser frequentado pelas classes mais abastadas. Esses locais, ao todo, somam 11,46% total do Mercado.

O turismo, hoje intenso na Ilha, em relação a épocas anteriores, marca como atividade econômica boa parte desses empreendimentos. Um dos locais mais conhecidos, o Box 32 onde inclusive nos anos

Figura 56. Lojas do Mercado Público localizadas à rua Conselheiro Mafra - Ano 2001
Foto: Carlos Jardim Pereira



²⁵¹ A assim chamada maricultura (cultivo de frutos do mar) está hoje se desenvolvendo na Ilha e na região.

²⁵² Conforme levantamento citado.



Figura 57. Serviços e comércio situados no interior do Mercado Público -Ano 2001
Foto: Carlos Jardim Pereira



Figura 58. Vista do Mercado Público e seu vão central - Ano 2001
Foto: Carlos Jardim Pereira

1980 era feito um programa de televisão aos sábados, foi formado a partir da compra de dois “pontos” comerciais e hoje é freqüentado, em sua ampla maioria por turistas, profissionais liberais e outras pessoas de maior poder aquisitivo.

Cabe salientar que, sinal dos “tempos globalizados”, esse “box” oferece ao invés dos alimentos tradicionais da culinária ilhoa, iguarias de origem estrangeira, aqui incorporados sob um valor exótico, de fluxos turísticos de nível nacional e/ou internacional.²⁵³

É interessante notar que, ao lado desse tipo de estabelecimento comercial, que, inclusive, provocou (após resistência inicial e protestos de comerciantes mais antigos) a abertura de outros “boxes” similares em conteúdo e aparência, convivem (ou resistem ainda às modas da sociedade de consumo) outros tipos de locais de lazer.

Em função da expansão dessas novas atividades atendendo, por um lado, aos fluxos turísticos e, por outro, a circuitos culturais locais, no vão central do Mercado existem hoje, vários estabelecimentos que oferecem diariamente música ao vivo (antes restrita às sextas-feiras à noite) inclusive ao meio-dia, assim atraindo um público mais diversificado, de várias classes sociais, das mais populares às mais abastadas, bem como turistas estrangeiros.

Ao lado dos lugares acima mencionados, encontramos também restaurantes populares, de comida-por-peso, demonstrando que o Mercado, apesar de toda a mudança produzida na paisagem e usos em sua volta, e dos conflitos então gerados, se mantém freqüentado por camadas sociais mais populares, no atual cotidiano.

5.2.2 Lugar das utilidades domésticas, vestuários e afins

Na pesquisa efetuada, foi constatado que, principalmente na ala mais antiga, próxima à rua Conselheiro Mafra, há uma predominância de pontos de venda de confecções e vestuário (22 locais) e calçados (40 locais). Isso em termos do todo do Mercado, mostra a grande presença desse tipo de comércio, voltado, principalmente, às camadas mais populares, representando 41,89% dos locais, em relação ao todo do Mercado, notando-se que, em tempos recentes esse

²⁵³ Sendo inclusive a ele conferido pela mídia, o prêmio “Top de Marketing” como também objeto de reportagens em várias publicações (ver suplemento Micro Empresa – Jornal A Notícia – 23/11/1999, p.E7)

Figura 59. Aterro Baía Sul
Ano 1985
Foto: Luíz Eduardo Teixeira



Figura 60. Aterro Baía Sul
Ano 1985
Foto: Luíz Eduardo Teixeira



Figura 61. Papel em Bobina -
Box 12



“tipo de comércio existente começou em 1970, quando a prefeitura construiu os boxes e ofereceu aos comerciantes das barraquinhas que vendiam confecções e artigos de armarinhos na frente do prédio da Alfândega. O objetivo do incentivo municipal era dar uma ocupação para a área interna do velho Mercado, esvaziada após a construção da nova ala”²⁵⁴.

Segundo a reportagem acima mencionada, o local estava desativado antes dessa iniciativa, visto que:

“As portas abriam apenas duas vezes por semana para a feira dos colonos”²⁵⁵.

Essa dinâmica do capital comercial se mantém renovada até hoje, quando constatamos que a venda de confecções e calçados de baixo preço continua com vigor.

Um dado interessante, e sinal dos tempos, é a existência de um “box” destinado a venda de telefones celulares, o que mostra a penetração- fetichização desse novo objeto de consumo, por parte do capital, junto às classes populares.

Outras ofertas acontecem, como, por exemplo, uma única loja de artigos agropecuários e uma floricultura, mostrando a progressiva decadência dessas atividades no centro.

Do comércio tradicional, mencionado por vários freqüentadores é a persistência da venda em 14 locais de artigos domésticos, papelaria, material para festas e outros.

Essas atividades no seu todo, representam 13,51% do conjunto de locais do Mercado.

Essa diversidade reforça o caráter público do Mercado, como os antigos mercados, local de afluência da população em seu trajeto diário, da saída do trabalho, das pequenas compras e do dia-a-dia da vida cotidiana enfim, marcando esse espaço público como lugar de passagem, vinculado ao transporte coletivo, com seus terminais urbanos, em volta dele localizados.

²⁵⁴ Diário Catarinense, 2/02/1999, p.20.

²⁵⁵ Diário Catarinense, 2/02/1999, p.20.

5.2.3. Lugar da administração e serviços

O restante dos locais fechados do Mercado Público é destinado à administração (Torre Oeste) e a dois sanitários públicos que funcionam de forma precária.

Em relação ao todo das atividades ali existentes, essas funções representam 22,99% em termos de espaço físico.

A administração é exercida por um presidente da Associação dos Comerciantes e Varejistas do Mercado Público Municipal, eleito em assembléia. O último administrador eleito por seis vezes consecutivas, exerceu esse cargo por mais de 18 anos.²⁵⁶

Como veremos mais adiante, tal cargo é, em geral, atribuído a quem tenha bons relacionamentos com o poder público. Isso porque, muitas vezes, as irregularidades existentes são resolvidas com base em acordos não escritos, de discutível natureza político-partidária.

5.2.4. Lugar de eventos

Em se tratando de uma estrutura espacial urbana, com caráter de praça (nesse sentido comparável, em termos à ágora grega), o Mercado Público tem sido palco de muitos e variados eventos.

Essa ênfase na espacialização ali, de acontecimentos culturais, faz-nos lembrar que hoje a cultura é também uma mercadoria. Como quer DEBORD (1997), vivemos hoje em uma sociedade do espetáculo. Este “não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada (...) o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade”²⁵⁷. Para esse autor, hoje, o parecer substitui o ser, o assistir substitui o participar.

A maioria dos acontecimentos culturais, que se passam no Mercado, particularmente no seu vão central, são sintomas dessa espetacularização da sociedade.

Nesse espaço e/ou em outros da área central, da antiga orla marítima (como, por exemplo, o Largo da Alfândega²⁵⁸), ao lado de situações culturalmente legítimas, porque é parte da vida urbana cotidiana²⁵⁹, vamos encontrar a folclorização, para fins turísticos, de alguns ritos, antes ligados ao passado da imigração²⁶⁰.

Isso é parte, a nosso ver, de entendimentos às vezes equivocados da questão cultural, hoje apanágio de muitas administra-

²⁵⁶ Conforme reportagem veiculada no jornal A Notícia – caderno ANCapital – 1/10/1998, p.6.

²⁵⁷ DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p.14.

²⁵⁸ O Largo da Alfândega recebeu na década de 1990, uma ambientação cenográfica, com coreto, fonte ornamental – hoje desativada e quiosques – Projeto IPUF/PMF.

²⁵⁹ Como, por exemplo, o encontro das pessoas, o confronto dos contrários, as manifestações públicas e outros acontecimentos.

²⁶⁰ Lembramos aqui da banalização do ritual do “boi-de-mamão”.

ções. Podemos citar, a título de exemplo, a manifestação da prefeita Ângela Amin, então em seu primeiro mandato, quando consultada sobre seus planos para o Mercado:

“Os meus planos são os mesmos da comunidade. Devemos transformá-lo em um centro de lazer, um centro cultural, um ponto de encontro. O Mercado é a alma da cidade e é nisso que temos de investir.”²⁶¹

Isso demonstra, aparentemente, uma coerência do gestar da coisa pública, com os objetivos da administração, voltados para os mais diferenciados interesses privados.

São muitos os eventos que acontecem no Mercado, registrados pela imprensa e assistidos por moradores da cidade e visitantes.

Podemos, como exemplo, registrar alguns, como a promoção “Patrimônio Cultural da Gente”, promovida pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Fundação Franklin Cascaes e de uma empresa de telefonia celular. Conforme registra o jornal A Notícia:

“O objetivo, de acordo com os organizadores, é mostrar as diversas formas culturais da ilha, resgatando a história e a tradição da comunidade açoriana de Florianópolis”²⁶².

Alguns estudos revelam as contradições no uso desse espaço público. Uma festa oferecida pela Associação dos Comerciantes do Mercado Público, no final de 2000, onde foi oferecido aos passantes um peixe assado de 190 quilos, recebeu a seguinte reação registrada em um periódico:

“A festa só não mereceu mais elogios pelo descaso dos promotores, que ainda não recolocaram os paralelepípedos retirados para fixação da assadeira no solo. As pedras continuam lá soltas”²⁶³.

São realizadas também, no vão central, promoções de “valorização” do Mercado Público. Essa aparente valorização traz em si, ao nosso ver, valores de marketing, associados à imagem da administração municipal atual, conforme “slogan” por ela adotado.

Entre elas, cabe citar a realização de eventos, que durante o ano de 2000 aconteceram de 15 em 15 dias, durante alguns meses. A programação levava o nome de “Mercado Público – Patrimônio Cultural da Gente” e, em uma em particular, foi feita exposição sobre o sistema de fortalezas da Ilha de Santa Catarina, com “fotos e maquetes das Fortalezas e quatro guias uniformizados que distribuíram folhetos sobre as Fortalezas”²⁶⁴.

O Mercado também é palco de eventos destinados a homenagear pessoas e entidades que, de alguma forma, se salientaram como figuras/ personagens da cidade. Podemos citar, por exemplo, a entrega do troféu a um ex-jogador de futebol, que se deu em meio às mesas armadas pelos bares no vão central²⁶⁵,

²⁶¹ Entrevista publicada em “O peixe fresco” – publicação mensal do Mercado Público – Ano 1, nº 8 – Dezembro 1996, p.8.

²⁶² A Notícia, caderno ANCapital, 24/6/2000, p.4.

²⁶³ A Notícia, caderno ANCapital, 5/6/2000, p.2.

²⁶⁴ A Notícia, caderno ANCapital, 20/7/2000, p.6.

²⁶⁵ Diário Catarinense, 06/03/2000, p.34.

Figura 62. Jogo de Capoeira no vão do mercado Público. Fonte: AN Capital- 22/8/2000-p.2.



Figura 63. Pintura sobre o Mercado. Fonte: AN Capital. "Anexo". 24/11/1999.p.3.



Figura 64. Pintura de Onildo Borba. Fonte: A Notícia. 05/6/2000.p.5.



mostrando o caráter de palco urbano desse espaço público.

Os eventos musicais ocorrem, nas sextas-feiras à tarde e nos sábados, pela manhã. Com o predomínio de espetáculos um tanto informais, de música popular que oscila entre vários tipos, do "pagode" à chamada "MPB", tais manifestações tem se popularizado e se expandindo para espaços públicos contíguos, como a calçada da rua Francisco Tolentino.

Se geralmente são as camadas sociais mais populares, e dentro destas, os jovens que tem aprovado e participado de tais acontecimentos, uma parcela dos freqüentadores tem restrições, como a crítica registrada abaixo:

"O pagode das sextas-feiras, com concentração de pessoas estranhas ao meio, e de procedência desconhecida, está provocando a retirada de clientes tradicionais e também de turistas, aqueles que efetivamente gastam nos restaurantes. O som, extremamente alto, impede as pessoas de conversar. Por isso, alguns restaurantes começam a desistir de participar da quota que paga aos pagodeiros"²⁶⁶.

Esse comentário, ao nosso ver, é revelador. Ele faz alusão a uma seleção "necessária" de freqüentadores posto que existem alguns "estranhos ao meio". Revela o conflito entre público e privado, onde o espaço público por excelência é privatizado tanto por alguns bares, ao colocar as mesas no vão central e pagar os músicos, quanto por segmentos da população que vêm ali espaço privativo de sua classe.

Esse procedimento reproduz atitudes de controle social existentes desde a velha Desterro – na exclusão e tentativa de regulamentar procedimentos das camadas pobres da população – quanto da Florianópolis dos anos 1920, conforme relata ARAÚJO (1989):

"Este convívio forçado das ruas da cidade com a população pobre e com seus expedientes cotidianos, provocava encontros julgados desagradáveis às famílias locais (...) o que ensejava manifestações em favor de medidas disciplinadoras."²⁶⁷

A aceitação de algumas práticas sociais varia com a evolução da sociedade. Dando um exemplo atual, a prática da capoeira e seus rituais, hoje adotada pelos jovens e até das classes médias, e que acontece esporadicamente no vão central do

²⁶⁶ A Notícia, caderno ANCapital, 16/12/1998, p.3. coluna "Fala Mané", assinado por Aldirio Simões.

²⁶⁷ In ARAÚJO, Hermes Reis de. A invenção do litoral: Reformas urbanas em Florianópolis na Primeira República. Dissertação de Mestrado – PUC/SP, 1989, p.56.

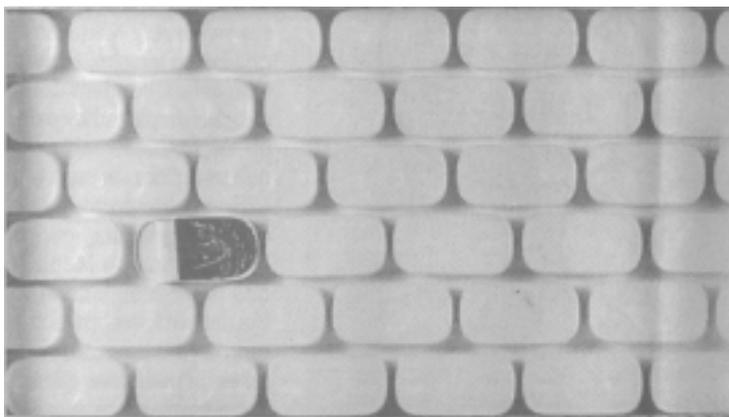


Figura 65 e 66. Exposição Fratura Exposta 2 - Releitura do Mercado Fonte: AN Capital 13/6/2000, p.4

Mercado²⁶⁸ era condenada no início do século XX e atribuída, pelas classes burguesas locais, à marginalidade:

“(...) Justamente quando maior é a aglomeração de famílias, é que eles – (...) os vagabundos, na sua maioria rapazes vendedores de bala, amendoim e “tuti quanti” há de peraltas (...) – se exercitam na detestável prática dos doestos, de insultos e da capoeiragem (...)”²⁶⁹.



Figura 67. Fonte: Catálogo da Exposição Fratura Exposta 2 - Releitura do Mercado

Outras manifestações da população ocorrem no Mercado, típicas da cultura brasileira. Uma delas, a dionisíaca festa do Carnaval, que encontra naquele lugar, espaço para a folia ou para um intervalo de descanso. Outros eventos mais ligados à práticas religiosas, como a comemoração da Páscoa católica, vai encontrar no Mercado, os frutos do mar para a dieta alusiva ao período que acontece a semana santa.²⁷⁰

Outro aspecto, ligado à imagem do Mercado Público, ao imaginário da cidade, ao valor simbólico da sua permanência em meio as transformações urbanas da paisagem que o cercam é, sem dúvida, a inspiração que ele provoca nos artistas plásticos,

artesãos e outros. Para citarmos alguns exemplos, dentre tantos posto que de fatos antigos, a pintura naif, figurativismo e manifestações contemporâneas, o Mercado tem sido exaustivamente citado – podemos arrolar, através de reportagens:

artefícios e outros.

Para citarmos alguns exemplos, dentre tantos posto que de fatos antigos, a pintura naif, figurativismo e manifestações contemporâneas, o Mercado tem sido exaustivamente citado – podemos arrolar, através de reportagens:

- “Casario após a chuva:

(...) Das obras expostas, com cenas registradas após a chuva, à noitinha, quatro mostram cenários catarinenses: duas de Joinville e outras duas de

JOÃO RONI
 À frente da sua Padaria Chapeira, João já filma os vários pães e para alguns estrangeiros. Os olhos sempre preparados são visto do ofício de quem procura grandes imagens. É sua visão é intencional. Quem não tem crédito que não todos escutam. Com toda a liberdade, ele apresenta personalidades, histórias e cenas numa incrível calma. Sua proposta fala por si própria. E assim, é um exemplar vivo de diálogo, visão e visão do Mercado.

PAULO TREJES
 Paulo apresenta a região turística do Mercado. Como uma exposição digitalizada, os modelos de Natal, os dois dias e mais um pouco. Sua habilidade de artefícios, naturalmente improvisada, identificam facilmente sua arte. Ele é a sua arte, em toda a sua diversidade. Paulo é repetitivo sim. Repete o que lhe inspira, o que todos esperam e o que sempre acontece é realidade para casar.

LUCIANO MARTINS
 Artista e mestre artesão leva sua técnica. Diretor de Cia do Arquivo Vivo, o Instituto Luciano Diniz e o profissional. Tem um tom amável. De maneira a trazer histórias que ele não tem conexão, sem o olhar. São eles que dão o diálogo. A presença sua é feita de gestos. Não segundo olhar, mas com, um toque, um amargo sorriso e o que ele vê. Não é o olhar, se está o que de verdade, se está?

PHILIPPE ARRUDA
 Flores e objetos para ele. Por que não a luz é Pluma. Sua arte é feita para quem participa de trabalhos expostos. Baseia-se bem a região do Mercado, que por sua vez, ele, insere-se em de seus personagens suas histórias. Sua história. É o cotidiano em suas obras e para ser genuína, o olhar, mas porque é muito mais importante trazer a atenção em um momento para os olhos. Colocando a sua arte com arte e delicadeza artística.

²⁶⁸ A Notícia, caderno ANCapital, 22/8/2000, p.2.

²⁶⁹ Jornal República, 12/3/1921, p.2.

²⁷⁰ “Comerciantes do Mercado Público da Capital estimam que 100 mil pessoas passavam pelas bancas em busca de 50 toneladas de pescado”, in Diário Catarinense, 13/4/2001, p.11

²⁷¹ Sobre a exposição do artista Adriano Ferreira, in A Notícia, caderno ANCapital, 24/11/1999, p.3.

Figura 68. Fonte:Capa do Catálogo Exposição Fratura Exposta 2 - Releitura do Mercado



Figura 69e 70. Exposição de arte no Mercado- " Mercado de Arte".Fonte: AN Capital. 24/03/1999.p.8.



Florianópolis (a ponte Hercílio Luz e o Mercado Municipal (...))²⁷¹

- "Arquitetura da Ilha inspira trabalho de Onildo Borba:

(...) Numa das seqüências, Borba apresenta uma série de visões em torno do Mercado Público, antes e depois do Aterro da Baía Sul (...)"²⁷²

- "Élio Hahnemann abre exposição na Capital:

(...) Em Florianópolis, o artista se inspirou em cartões-postais como o imponente Mercado Público (...)"²⁷³

Salientamos entre outros um trabalho coletivo feito por seis artistas e publicitários que, a propósito das comemorações do centenário do Mercado fez exposição alusiva no Museu de Arte de Santa Catarina entre 13 e 26 de junho de 2000:

"Exposição faz "releitura" do Mercado:

Seis profissionais ligados ao ramo publicitário abrem hoje exposição de trabalhos em técnicas variadas (...). fotografia, pintura, vídeo e instalação compõem o retrato do povo e do prédio por onde circulam mais de 10 mil pessoas diariamente (...)"²⁷⁴.

O catálogo da referida exposição traz um texto que, em nosso entender, transcreve alguns dos significados que o Mercado tem junto ao imaginário da cidade:

"É como ir a Roma e não ver o Papa.

Quem nunca foi ao Mercado Público não conhece Florianópolis. Não foi ao melhor lugar entre o céu e o inferno para encontrar prazeres, pecados e tentações. E olha que a tentação da carne perde para a do peixe, astro local junto com a cachaça de butiá e pagodes que rolam ao entorpecer. O público é absolutamente indefinível. O povão ta lá, nas rodas de capoeira e curtindo várias cardosas fritas. Já a mulherada fina e os políticos de elite disputam espaço e atenção com artistas que vem de todo o Brasil,

quiçá do mundo (ai bairrismo bom), e que são exibidos em fotos por quem não perde a chance de um marketing. As peixarias expõem um espetáculo de cair o queixo e dar água na boca para quem não é

manezinho da Ilha e não está acostumado a tanta fartura de cor, cheiro, tamanho, frescura e sabor. Essa miscelânea de coisas e tipos do Mercado Público, que em 100 anos de história presenciou e ocultou muitas conquistas e foras, foi o desafio escolhido por seis loucos e corajosos artistas para esta exposição. São todos publicitários premiados e estressados. Aqui se propõem a desmembrar o Mercado, a partir dos flagrantes fotográficos de Philippe Arruda, cada qual implementando a sua própria visão, técnica e capacidade de expressão. Uma instalação foi especialmente montada para ajudar o público a se ambientar.

²⁷² A Notícia, caderno ANCapital, 05/06/2000, p.5.

²⁷³ A Notícia – Caderno anexo, 18/05/1999, p.C-3.

²⁷⁴ A Notícia – caderno ANCapital, 13/6/2000, p.4.

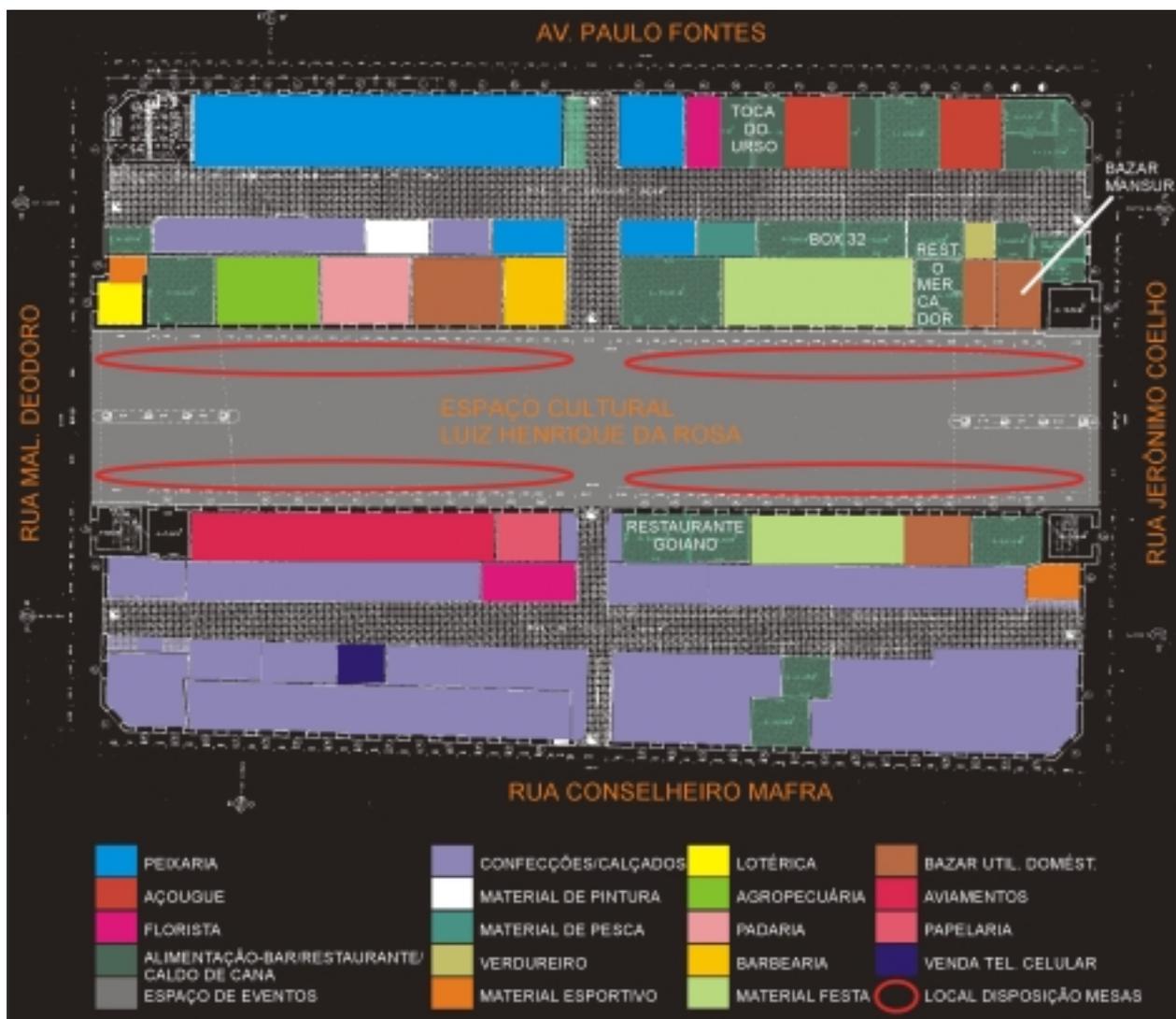


Figura 71. Planta- Baixa de usos do Mercado.
Fonte base cartográfica: IPUF,1987.

Entre e sinta-se à vontade.
Raquel Ferro²⁷⁵

Outra atividade artística, de viés contemporâneo, usou não só a imagem, mas também o espaço da mais ala mais nova do Mercado, a dos pescados e bares, para ali fazer uma instalação, alusiva à vida em si daquele espaço, sua importância tanto na vida cotidiana, quanto na maioria da cidade.

Dez artistas utilizavam o local para espacializar, em materiais expressivos, ondas, inscrições rupestres, ninhos, peixes, águas-vivas, fotos históricas, casulos e outras imagens.²⁷⁶

Esse somatório de eventos, espetáculos, comemorações, exposições, leituras sígnicas, representou uma parcela de importância do Mercado como já foi enfatizado, na função utilitária de abastecimento e na função simbólica de espaço identitário.

²⁷⁵ Catálogo de Exposição – Fratura Exposta II – Mercado Público – 13 a 26 de junho de 2000. Centro Integrado de Cultura – MASC – Florianópolis.

²⁷⁶ “Corredor das Artes – Mercado Público vira galeria para dez artistas mostrarem seus trabalhos – Exposição Comemorativa aos 273 anos de florianópolis “A Notícia, caderno ANCapital, 24/3/1999, p.8”

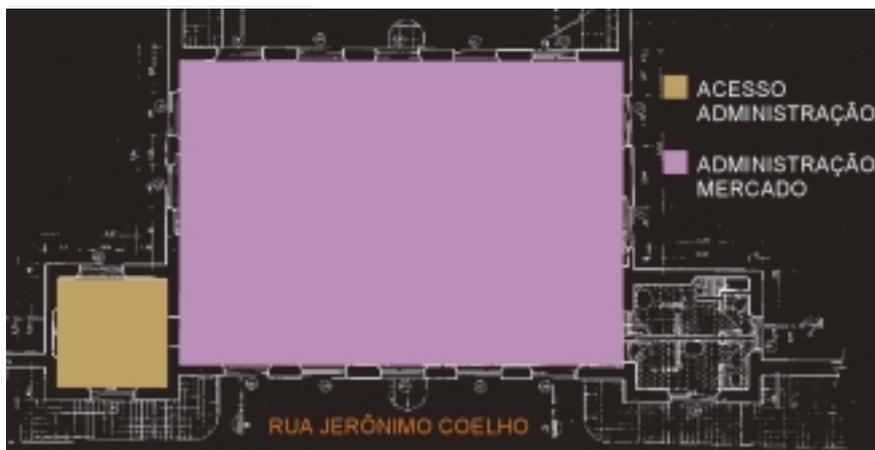


Figura 72. Planta- Baixa - Usos do Mercado- 2º pavimento- administração. Torre Oeste. Fonte base cartográfica: IPUF,1987.

5.2.5 Lugar de Conflitos

O Mercado Público, como vimos em capítulo anterior, nasceu de discussões políticas, que, de discordâncias quanto à sua localização, gerou a formação seminal de duas facções políticas no final do século XIX. Os conflitos continuam, por-

que continuam a vida urbana, os confrontos sociais, o público e o privado.

Pretendemos abordar a seguir alguns desses conflitos contemporâneos que giram em torno desse espaço urbano público.

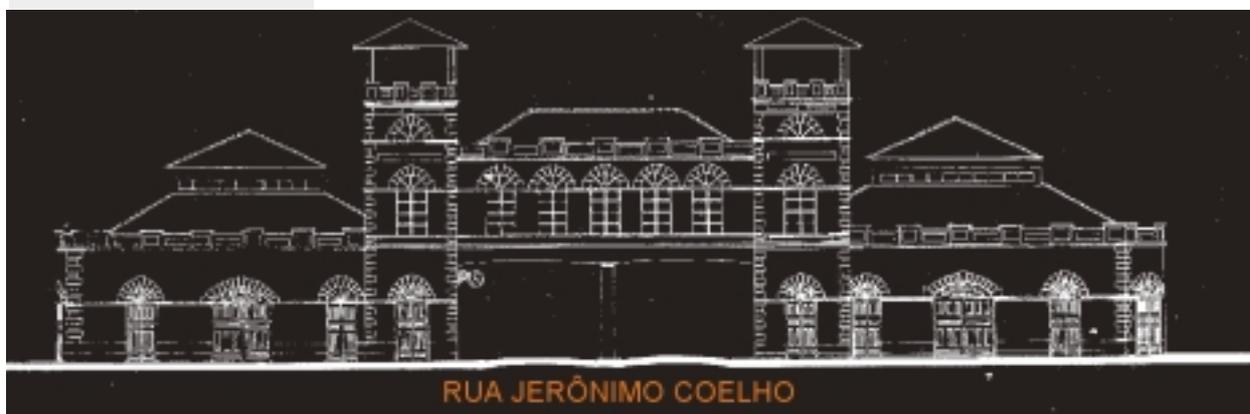


Figura 73. Fachada Oeste Mercado. Fonte :IPUF,1987.

Sobre a gestão do Mercado

Ao falarmos no item anterior ,lugar da administração, do gerenciamento do espaço físico do Mercado, mencionamos a existência de várias irregularidades.

Uma delas, talvez a que envolva mais problemas, tendo em vista que o Mercado é público é a de que seus locais são, teoricamente, cedidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, em regime de concessão, que deveria ser feita por licitação.

Através de pesquisa por nós efetuada, na falta de um cadastro atualizado por parte da Prefeitura Municipal²⁷⁷ e de outros dados oficiais, constatamos, conforme exposto anteriormente, que há uma dinâmica de transformação de uso, como dinâmico é o capital mercantil.

Na ânsia de ocupar plenamente – a nosso ver de maneira excessiva, o uso do espaço dos boxes tem levado, em muitos casos a exageros, tais como execução irregular de mezaninos para

²⁷⁷ No momento da elaboração dessa dissertação, a Prefeitura Municipal não havia concluído o levantamento cadastral.



Figura 74 e 75. Ocupação do Largo por camelôs. Década de 1980
Fotos: Luíz Eduardo Teixeira



fins de depósito, sanitários exclusivos e outros.

Também a transferência de “pontos” comerciais dentro do Mercado não tem sido, em muitos dos casos, feita de forma legal.

Haja vista a investigação e o processo de investigação dos processos de licitação em andamento a cargo da Procuradoria Geral do Município, Maria Gentil, sobre a situação permissional dos contratantes de boxes do Mercado.²⁷⁸

Do relato da Procuradora Geral extraímos o seguinte:

Dos 148 boxes, 17 estão (no momento da referida entrevista) em débito com o Município, sendo que alguns o estão desde 1992/1993.

Os valores atuais de locação, cujos contratos estão **todos** vencidos, oscilam de R\$37,00 a R\$123,00 e R\$157,00, até o **maior valor** de R\$300,00 por mês (valor este para boxes duplos ou para quem tem 2 boxes locados)²⁷⁹.

Na época da entrevista, a Procuradora Geral estava entrando em contato com o Ministério Público para agilizar um acordo que viabilizasse o uso do Mercado Público, por parte do arrendatário.

Havia, à época, inclusive, casos de sublocação que estavam (e estão) sob investigação.

Como constatamos à luz do levantamento, a referida dinâmica de transferência de “pontos” comerciais é apenas a “ponta do iceberg”, entre outros problemas associados com a gestão daquele espaço público.

Esse procedimento, a transferência ilegal de pontos comerciais, não é privilégio do Mercado Público Municipal, mas parece ser uma prática nesse tipo de atividade, também em outros locais da cidade.

Haja vista a situação do assim chamado “Camelódromo” Municipal de Florianópolis que, como diz o nome, foi criado por Lei Municipal de nº 3667/91, para atender a situação de “comerciantes informais” (mais adiante, formalizados com vistas à tributação)– os camelôs – em área pública, contígua ao Mercado Público, ocupada de forma irregular e insegura.

O raciocínio utilizado pelo então diretor do Departamento de Serviços da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP), Anízio Domingos Fritzen em 1999²⁸⁰, de que o próprio Camelódromo

²⁷⁸ Conforme entrevista radiofônica, transmitida pela Rádio CBN Diário, de Florianópolis em 03/10/2001.

²⁷⁹ Valores estes evidentemente, extremamente inferiores aos de mercado, para pontos comerciais na área central.

²⁸⁰ Conforme depoimento no jornal A Notícia – Caderno ANCapital, 25/4/1999, p.6.

apesar de localizado seria irregular, pois feriria o artigo 15 da Lei Orgânica Municipal, segundo a qual **a concessão de áreas públicas não pode ser transferida a terceiros**, serve, para o caso arrolado da transferência de pontos comerciais no Mercado.

Cabe colocar que o problema de ocupação de áreas públicas tem continuado, e inclusive foi concluído em 1997, o chamado Camelódromo 2 ao lado do terminal urbano de transporte coletivo, em pleno Aterro da Baía Sul (esse hoje totalmente desfigurado em seu uso e paisagem).

À época da reportagem, e periodicamente, foram feitas investigações sobre venda de produtos contrabandeados o Camelódromo, por parte da Polícia Federal. Segundo o então assessor de comunicação da Polícia Federal, Ildo Rosa, em relato à referida reportagem “Já se detectou entre os proprietários pessoas de classe média alta e gente de influência junto ao Poder Público”²⁸¹.

Essa promiscuidade de relações entre a iniciativa privada (capital) e o poder público (estado) está imbricada, assim parece, no já referido uso indevido do espaço público por parte de “terceiros influentes”.

Se nos reportarmos à história de Desterro, veremos que não há novidade em tais acontecimentos.

Sobre a segurança das instalações

O Mercado, em que pese ser público, ou seja, ser responsabilidade do poder público, tem enfrentado ao longo do tempo uma série de problemas no que diz respeito à segurança de suas instalações.

Quando, para falarmos em épocas recentes, o prédio foi tombado como Patrimônio Histórico Municipal, em 20 de março de 1984 foi iniciado mais um processo de restauração, em função da precariedade de condições de infraestrutura.

Esse processo que se iniciou, em termos de obras físicas, pelo restauro do telhado e seu madeirame, sofreu várias interrupções, em função de divergências sobre o pagamento do contrato de execução. Conforme reportagem da época, “o prefeito Aloísio Piazza diz que a empreiteira recebeu o pagamento e a mesma afirma que não”²⁸².

Com as obras paradas, andaimes e madeiras empilhadas no vão central, o então administrador do Mercado Orestes Mello dos Santos, reclamava dizendo que conseguiria os recursos necessários de qualquer maneira:

“Se a reconstrução continuar parada e seus vestígios espalhados pela área isso dificultará a visitação e vai até mesmo contra os interesses do município”²⁸³.

Já era notável, na década de 1980, o interesse dos visitantes

²⁸¹ Trecho de reportagem A Notícia – caderno ANCapital, 25/4/1999, p.6.

²⁸² Jornal O Estado, 11/10/1985, p.7.

²⁸³ Jornal O Estado, 11/10/1985, p.7.

Figura 76. Maquete da proposta de cobertura do vão central do Mercado Público - Ano 2001



de fora da cidade pelo Mercado, inclusive por estar se iniciando o ciclo do turismo de massa como mais uma atividade econômica para Florianópolis.

A reforma só foi concluída em 1986, recuperando, entre outras coisas, a cor original da alvenaria, e a cobertura (com telhados) das quatro torres.

Outros aspectos da insegurança e da precariedade das instalações foram objeto de parecer por parte do SEPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Florianópolis) órgão técnico do IPUF, quando da apresentação de proposta de cobertura do vão central sobre a qual discutiremos mais adiante.

Como parte dos requisitos necessários à aprovação de tal cobertura o SEPHAN arrolou várias iniciativas que deveriam ser levadas a cabo pelos contratantes dos locais do Mercado.

Entre elas salientamos, conforme consta em ata da reunião do COTESPHAN (Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio, Histórico, Artístico e Natural)²⁸⁴, as seguintes irregularidades:

“O Mercado Público apresentou boxes construídos em desconformidade com as normas previstas (...)

O principal problema e também o mais sério é a retirada de parte das tesouras que estruturavam a cobertura do Mercado. Isto causa danos à estrutura do monumento, comprometendo também a sua segurança e integridade (...).

Também deverão ser eliminadas as passagens dos boxes ao telhado do Mercado, para evitar um segundo depósito de mercadorias e/ou entulhos, criando condições favoráveis à deterioração do imóvel.

Hoje estão licenciados boxes, localizados nos acessos do Mercado (...). A situação lá encontrada estrangula todos os acessos, sendo inclusive perigosa em situações de emergência, quando se faz necessário um rápido escoamento (...).

Foi verificada a existência indevida de um box localizado em frente ao banheiro feminino, que obstrui a passagem e fere a visualização interna. Não constava do Projeto de Restauro.

Deverá ser regulamentado o número de boxes para cada cessionário, a fim de evitar a criação de grandes áreas de pertencentes a um único cessionário.”

Nos permitimos transcrever tão longa citação, tenho em vista a pertinência de tal laudo, demonstrando o descaso para com as instalações de um Mercado Público, tanto por parte dos contratantes como pela Prefeitura Municipal. Isso é também alertado pelo referido laudo, comprovando o descompasso de ações entre os vários órgãos municipais:

“(...) Faz-se necessário uma ação firme por parte da proprie-

²⁸⁴ Ata 04/97 de 05/09/1997 (COTESPHAN – IPUF). Anexo: Parecer técnico 106/97 (SEPHAN), p.4.

²⁸⁵ Ata citada, p.4.

tária do imóvel, a Prefeitura Municipal (...)²⁸⁵.

Em 1998, um princípio de incêndio, no box 10, demonstrou o quanto a insegurança e a fragilidade das instalações do Mercado aumentaram.

Os bombeiros conseguiram contornar a situação, que aconteceu em um domingo, dia em que o Mercado está fechado. O fato do prédio não ter um sistema de proteção contra incêndio poderia ter provocado inclusive, a perda total da edificação.

“Segundo o administrador, dois motores (...) foram comprados para o projeto de prevenção de incêndio na época da restauração do Mercado, em 1998 (...) e estão guardados em um depósito da Prefeitura (...).”²⁸⁶

O Corpo de Bombeiros também se manifesta:

“Segundo o primeiro-tenente Marcos Antonio de Oliveira, que responde pela Chefia do Centro de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros, (o Mercado) é um edifício comercial “sem projeto aprovado nos Bombeiros e com o certificado “habite-se”, afirma o tenente. “Se o prédio está irregular, as lojas também estão”, completa”²⁸⁷.

Uma série de outros problemas foram arrolados na ocasião, tais como a ineficácia dos pára-raios antigos, a falta de gás central (com o uso de botijões, o que é perigoso para a situação de concentração de lojas), e outros.

Os depoimentos tanto do Corpo de Bombeiros, como o do administrador remetem à ausência de controle por parte da administração da Prefeitura Municipal, à época.

A ausência de um Plano Diretor para a gestão do Mercado foi apontada em Dezembro de 1998, pelo então coordenador do núcleo de comerciantes do Mercado Público, Roberto Barreiros. Segundo esse comerciante,

“A cada quatro anos muda o prefeito e também a administração do Mercado Público que por isso, não tem um plano diretor que defina como ele vai funcionar em longo prazo”²⁸⁸.

Hoje a situação do velho Mercado está nas mesmas condições. Reformas estéticas não abrangem reformas estruturais, da falta de segurança às questões legais de contratação dos boxes.

Sobre a proposta de uma cobertura para o vão central.

O Mercado de Florianópolis é, como já enfatizamos, um espaço público – propriedade do Estado (esfera municipal), lugar de trocas e de passagem. O seu vão central antes via urbana da orla marítima, hoje espaço consagrado de pedestres – turistas e moradores -, pleno de acessibilidade, é um patrimônio, em uma cidade carente de espaços públicos de qualidade: praças e parques.

²⁸⁶ Jornal A Notícia – Caderno ANCapital, 18/5/1998, p.7.

²⁸⁷ Jornal O Estado, 31/01 e 1/02/1998, p.8.

²⁸⁸ Revista Empreender – publicação especial da Fundação Empreender e do SEBRAE –m SC. Ed. Empreender – Dezembro, 1999, p.29.

²⁸⁹ GHIRARDO, Diana. Architecture after modernism. Londres, Inglaterra: Thames and Hudson, 1996, p.43.

Como afirma GHIRARDO (1996): “uma discussão sobre espaço público pode ser vantajosamente entendida em relação a um debate contemporâneo sobre a esfera pública, já que **o espaço público se constitui na espacialização da esfera pública**”²⁸⁹.

A esfera pública, para Habermas, segundo GHIRARDO (1999), se refere à necessidade de um lugar onde os cidadãos possam se engajar especificamente na participação política, e insiste que isso é essencial para práticas políticas democráticas. Nesse sentido um espaço público de trocas e de manifestações não pode ser privatizado como os **espaços semi- públicos ou de acesso restrito**.²⁹⁰

Esses espaços tem, muitas vezes, uma prática de exclusão, baseada em classe, raça ou gênero, embora aparentemente estejam abertos a todos.

Assim, a proposta que a seguir discutiremos, de uma cobertura para o vão central do Mercado se configura como a de transformação desse espaço de público para de acesso restrito.

Senão vejamos:

Conforme ata da reunião do COTESPHAN já mencionada²⁹¹ foi apresentada a proposta arquitetônica de uma cobertura translúcida, que recobria todo o vão central, sob o patrocínio de uma empresa fabricante de cerveja. O projeto previa a execução de um palco, na face Leste do vão central, bem como a troca da pavimentação pois “o atual piso, em paralelepípedo, não é recomendável, pois dificulta a higiene do local”²⁹².

Ora, tal piso é também parte integrante do espaço público, indissociável do monumento tombado, caracterizado este por sua versatilidade, e flexibilidade nos variados usos que possibilita.

Ficou claro, em nosso entender que essa proposta da forma como foi encaminhada e como se espacializaria, caracterizaria uma privatização “branca” do vão central, com acessibilidade restrita.

Conforme o proponente, já teria havido entendimentos com a administração municipal anterior, tendo sido feito “uma negociação entre a Prefeitura e os comerciantes instalados no Mercado Público, de que estes não pagariam o aluguel por um determinado período, em troca do custeio da obra”²⁹³.

Como vimos em item anterior, esses mesmos comerciantes, muitos deles inadimplentes com os alugueis dos locais a eles cedidos, vem então se associar a uma proposta discutível, de aparente privatização do espaço do Mercado, em uma articulação pré-negociada com o poder público.

Essa proposta inclusive, antes de ser submetida à discussão plena, foi divulgada junto à população sem que essa tivesse total compreensão das conseqüências. A apresentação da

²⁹⁰ Espaços semi-públicos (“social spaces” no original) seriam aqueles de acesso mais restrito, às vezes de entrada paga, como parques temáticos, centros comerciais e festas típicas. GHIRARDO, op. cit., p.43.

²⁹¹ Ata 04/97 – COTESPHAN/IPUF, 05/09/1997, p.1.

²⁹² Afirmação do arquiteto responsável pelo projeto, constante da ata supra citada, p.4.

²⁹³ Ata citada, p.1.

maquete do projeto, que como tal, dá ares de autenticidade e limpeza estética, confunde, como confundem as arquiteturas midiáticas, em voga na pós-modernidade, propondo uma aparente contemporaneidade, afinada com a “matriz” européia.

Essa maquete, inclusive ficou algum tempo exposta, sem consulta prévia dos órgãos competentes, na ala marítima do Mercado, dando status, como já colocamos, de autenticidade, de caráter oficial, à possível obra.

As razões, apresentadas pelo arquiteto projetista da cobertura de que “a receptividade da maquete colocada no Mercado foi muito boa, e que as pessoas querem a cobertura devido as intempéries”²⁹⁴ não refletem uma ampla discussão e esclarecimentos junto à população quanto ao caráter do empreendimento.

Os técnicos do COTESPHAN na reunião de avaliação do projeto arrolaram uma série de razões que inviabilizariam a obra. Algumas delas eram de ordem patrimonial, pois essa cobertura agrediria o monumento por se utilizar das paredes do vão para estruturar os apoios laterais. Outros diziam respeito ao caráter em si de tal atitude, de fechamento das entradas em dias de espetáculo ou outras atividades.²⁹⁵

O resultado da reunião foi de que haveria a necessidade de uma ampla discussão sobre o assunto, tendo em vista inclusive o parecer técnico do SEPHAN – IPUF, sob nº 106/97 que colocava entre outras coisas:

“Assim, a inserção de uma cobertura sobre o seu pátio interno, além de modificar sua arquitetura, poderá acarretar a transformação de sua função, induzindo uma sofisticação de usos que hoje é essencialmente popular, e conseqüentemente motivo de sua maior atratividade, quer seja cultural, quer seja turística”²⁹⁶.

A linguagem adotada no laudo, um tanto imprecisa, esconde a preocupação, por parte dos técnicos, da possível privatização do espaço público do Mercado, com a possibilidade, inclusive, de haver ingresso controlado.

O laudo ressalta que, “de espaço essencialmente público para a realização de eventos, poderá se transformar em um espaço sem identidade, como as “praças de alimentação” dos shoppings, perdendo a sua principal atratividade, além de representar o risco da eliminação de um espaço de interação social no centro da cidade”²⁹⁷.

O parecer alerta ainda, que o espaço “também poderá perder seu caráter heterogêneo de usos, podendo resultar em sua

²⁹⁴ Ata citada, p.2.

²⁹⁵ Nossa argumentação, como então membro do COTESPHAN, representando a UFSC foi a de que, inclusive, o Mercado de Florianópolis se diferencia de outros do Brasil, por ser aberto e ter uma rua inteira (o vão central), o que cria uma interação com o espaço público adjacentes, sendo parte do percurso diário da população. Conforme declaração em ata citada, p.3.

²⁹⁶ Parecer técnico 106/97, SEPHAN – IPUF, 28/8/1997, p.2.

²⁹⁷ Op. cit., p. 2.

elitização, ou seja, poderá transformar-se em uma barreira psicológica de acesso para as camadas mais populares. Há, também, que se garantir que o espaço público não seja objeto de apropriação por parte de comerciantes. E conclui o laudo: “Ressaltamos ainda, que a área encontra-se em plena atividade”²⁹⁸.

A proposta da cobertura do vão central, segundo o parecer do corpo técnico do SEPHAN – IPUF, endossado pela maioria dos membros do COTESPHAN, , levanta outras preocupações transcritas a seguir, tais como:

“Que seja garantida a manutenção do caráter de uso popular da edificação e seja valorizado o aspecto comercial tradicional (...)”

“Que a cobertura seja então uma forma de promover a revitalização do uso do Mercado (...)”²⁹⁹.

“(...) Que seja garantida a função urbana de livre circulação dos pedestres, também como corredor de passagem, como caminho alternativo de conexão entre os terminais urbanos (...)”³⁰⁰ de transporte coletivo.

O documento termina essa série de recomendações exigindo:

“(...) Que seja garantida a recuperação integral do Mercado (...)”³⁰¹.

Essa última recomendação – emitida por um órgão técnico municipal de preservação – demonstra a importância da permanência funcional e simbólica na área urbana central, de um monumento como o Mercado.

Essa recomendação também assinala as contradições e desencontros que se dão na esfera estatal (estadual e municipal) responsáveis que foram, pelas transformações radicais na paisagem dessa área central – o afastamento do mar, da vida da orla, e a construção do Aterro da Baía Sul.

O mesmo Aterro construído por órgãos estaduais, que contava com um projeto paisagístico de Roberto Burle Marx, (projeto tombado pelos órgãos de preservação) foi totalmente desfigurado pela colocação, por exemplo, de uma Estação de Tratamento de Esgoto da CASAN, de um centro de convenções e, nesses últimos meses, pelas obras de construção de um Terminal Urbano de Transporte Coletivo (ação municipal).

A permanência do Mercado, em área tão conturbada nos remete às palavras de Milton Santos:

“(...) em todos os momentos as formas criadas no passado têm um papel ativo na elaboração do presente e do futuro (...)”³⁰².

²⁹⁸ Op. cit., p. 2.

²⁹⁹ Op. cit., p. 2.

³⁰⁰ Op. cit., p. 3.

³⁰¹ Op. cit., p. 3.

³⁰² SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo-globalização e meio técnico-científico informacional. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1998, p.72.



Figura 77. Reprodução de postal. Trapiche da Baía Sul. Fonte: Arquivo Gilberto Gerlach - São José/SC outubro de 1986

O episódio da proposta de cobertura do Mercado revela também outros dados sobre a dinâmica que envolve os interesses privados sobre a coisa pública. A divulgação, por exemplo, da proposta como algo já acertado entre as partes envolvidas como fato consumado, no sentido de impactar a opinião pública a seu favor e envolvendo a mídia é reveladora das intenções da iniciativa privada de se apropriar daquele

espaço público.

A proposta tem subjacente, uma otimização do espaço público do vão central, para uso restrito, explorado comercialmente e portanto exclusionista.

CHOAY (2001) aponta para o perigo de uma musealização da cidade histórica de seus monumentos, da cena cultural como mercadoria: Para essa autora,

“(...) por sua vez, os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos, mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos (...)”³⁰³.

A autora cita o exemplo francês em documentos de 09/09/1986, originado no Ministério de Turismo daquele país:

“Passar do centro antigo como pretexto ao centro antigo como produto”³⁰⁴.

Ou seja, transformar o centro histórico de problema a solução econômica, inserindo-o em um circuito mundial de um tipo de turismo cultural, transformando o patrimônio histórico em mercadoria.

Essa, nos parece, é a tônica da sociedade do espetáculo, da supermodernidade, e que encontra eco, aos poucos, em Florianópolis em outras tentativas e tendências de folclorização, de musealização do espaço urbano do Centro Histórico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Florianópolis, fundada na Ilha de Santa Catarina, guarda contradições com sua condição insular.

Uma questão cultural, fez do mar, desde os primeiros tempos

³⁰³ CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo; Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001, p. 211.

³⁰⁴ Op. cit., p.211.

do Desterro, depósito de lixo e esgoto. As casas da área central – hoje Centro Histórico – tinham seus fundos para o mar. Inclusive, com a expansão urbana, na Praia de Fora, hoje Av. Beira-Mar Norte, por exemplo, isso também era prática.

Hoje, em função da opção histórica por sistema de transporte rodoviário – desde a primeira ponte até o último grande aterro central (Baía Sul) – não há transporte marítimo (municipal ou intermunicipal) de massa, de nenhum tipo. As funções abrigadas no Aterro também enfatizam essa negação do mar: Estação de Tratamento de Esgoto, Centro de Convenções, Terminais Rodoviários,...

Se a cidade aparenta negar sua insularidade, a ilheidade de Florianópolis parece se afirmar na memória e na conduta do ilhéu – que assim se refere à sua identidade cultural -, na maioria de suas práticas sociais.

Um dos palcos urbanos onde os atores –cidadãos se encontram para fazer trocas – comerciais e vivenciais – é o Mercado Público, objeto dessa nossa tentativa de estudo.

Nos interessou, desde o início, a condição de estrutura urbana do Mercado: lugar de passagem, lugar de compras, lugar de eventos, lugar de conflitos.

O Mercado Público pode ser entendido também como signo. Nesse sentido ele é uma metáfora de todos os mercados, como abordamos no capítulo correspondente ao estudo da evolução histórica dos espaços de mercado.

No nascimento das cidades é clara, nos parece, a importância desse tipo de atividade, a das trocas, no núcleo e na origem da intenção fundacional, seminal, que ocasiona o surgimento do urbano. Seja em entroncamento de vias, caminhos por terra, seja à margem de rios ou mares, a necessidade de pontos de troca vai suscitar o erguer dos núcleos urbanos.

Assim o Mercado Público de Florianópolis representa um pouco de todos os mercados, das trocas comerciais e também das trocas vivenciais, do encontro com o outro, do processo urbano de aprendizagem, de convivência, e por oposição, também de conflitos. A própria história do Mercado em questão, das lutas políticas em torno de seu local de funcionamento, espelha a luta pelo direito à cidade.

Tentamos enfatizar a permanência do Mercado na cidade. A continuidade de suas funções como lugar de comércio (apesar de enfraquecido pela chegada à cidade dos supermercados, na década de 1960, e depois dos “shopping-centers”, nos anos 1980) e sua importância na memória dos cidadãos, garantem essa permanência.

O Mercado é um monumento mantido em meio a alterações radicais na paisagem e nas funções urbanas em sua ambiência. Lembramos aqui da condição do Mercado, inserido no Centro Histórico o qual sofreu uma gradativa perda de importância com a formação de outras centralidades, como por exemplo, a da Lagoa da Conceição e da Trindade.

O Mercado Público é, senão o último, um dos últimos espaços urbanos da cidade a guardar o conceito de centralidade. Mui-

to mais do que um cenário é um lugar público, pleno de vitalidade. O contrário se dá em outros espaços centrais, como por exemplo o Largo da Alfândega e a praça Fernando Machado, ornamentados por estruturas alegóricas, meros cenários, exemplos de intervenção paisagística onde o “desenho” não é um desígnio, mas, quase que somente, maquiagem urbana.

Reforçar a centralidade implica em mais do que um gesto paisagístico. Trata-se, entendemos, de uma totalidade, onde espaço e atividades devem ser analisados em conjunto. Propostas de revitalização urbana devem ser abrangentes, levar em conta que “um espaço plasticamente valorizado pode significar um estímulo para o despertar da consciência coletiva dos moradores da cidade.”³⁰⁵

Isso se dá quando a população se apropria desses espaços, quando ela e os visitantes não são encarados como meros espectadores de uma teatralização nostálgica de épocas anteriores.

A atitude de resguardar a memória coletiva da centralidade, através do real uso dos espaços urbanos, deve envolver os vários atores e classes sociais da cidade.

Projetos e ações contemporâneos conhecidos³⁰⁶, reunindo desde os comerciantes, reunidos em suas entidades representativas, até as associações comunitárias, evidenciam que, apesar de interesses corporativos distintos, pode haver união em torno de algo comum; a idéia de revitalizar o Centro Histórico.

Essa atitude também é de cunho histórico, pois remete aos vários olhares e apropriações que tem como foco a cidade, o urbano. As contradições e descontinuidades, desse processo, podem ser superadas pelo objetivo: preservar o locus urbano, o lugar identitário, onde podem ser as festas, os traços originais da fundação, da origem urbana.

O Mercado também é, como toda a cidade, espaço de contradições, do embate entre público e privado. Objeto de desejo do capital do ramo turístico (hoje panacéia de muitos governantes) o Mercado Público sofre de tempos em tempos, o assédio de privatização, em, várias maneiras. Seja, por exemplo, através de uma proposta de cobertura de seu vão central - para lá criar um espaço de espetáculo -, seja nas negociações em torno de seus espaços de comércio, essa luta, entre o público e o privado, se manifesta ali, cotidianamente.

Mas o Mercado, nos parece, é antes de tudo o lugar de memória. Dele o mar foi afastado, mas continua lá, nos relatos, nos olfatos, nas impressões de seus visitantes – moradores da cidade ou não.

Há que se alertar aqui, sobre o uso dessa memória para fins de exploração de uma imagem turística, de um “marketing” já cultivado.

³⁰⁵ in Projeto Patrimônio Vivo: recuperando o Centro Histórico de Florianópolis; PIMENTA, Margareth et alli - 3º Seminário de Metodologia da Pesquisa em Artes e Patrimônio Cultural- Pelotas: UPPEL, 1999.

³⁰⁶ Como o trabalho da Associação Viva o Centro (São Paulo), o Projeto Patrimônio Vivo (Florianópolis), entre outros.

Convivemos hoje com a construção histórica de mitos, como o do manezinho³⁰⁷, da folclorização das festas tradicionais, da carnavalização dos ritos culturais em uma espetacularização da cultura, transformando-a somente em mercadoria. Há que se garantir, através da manutenção do caráter identitário do Mercado com a ilha, da oferta de seus produtos tradicionais, de seu espaço não maquiado, que a memória relativa a ele, persista nos cidadãos como algo vivo, necessário, importante em suas vidas.

O Mercado corre o risco, em se acentuando o processo de especialização em curso, de se transformar em local de exclusiva atividade turística, de se transformar em mais um dos espaços, cenográficos, anódinos, iguais a tantos outros, um não-lugar.

Ele deve permanecer, em meio a tantas perdas, como aquelas causadas pela quase total destruição dos conjuntos urbanos do Centro Histórico e conseqüente verticalização da área central. Por sua carga histórica, por sua livre acessibilidade, por sua condição de lugar urbano identitário da cidade, ele é a nosso ver, um espaço público por excelência, ágora da Ilha, apropriado por sua população, no cotidiano e no imaginário.

³⁰⁷ Denominação dada ao habitante de origem simples, do interior da ilha.

7. BIBLIOGRAFIA

7.1. LIVROS

ALMEIDA, Dr. João Ribeiro de. **Ensaio sobre a salubridade de estatísticas e patologia da Ilha de Santa Catarina e em particular da cidade de Desterro**. Desterro: Typografia Lopes, 1864, p. 43. In: CARNEIRO, Enciclopédia de Santa Catarina, vol 13.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em Fim de Linha**. São Paulo: EDUSP, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares – Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

AYMONINO, Carlo. **El significado de Las Ciudades**. Madrid, Espanha: Blume, 1981.

BACHELARD, Gaston. **A Água e os Sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O Contexto de François Rabelais**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, Brasília, UNB, 1993.

BAUDELAIRE, Charles: **Sobre a Modernidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BENEVOLO, Leonardo: **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas II. Rua de Mão Única**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BERGER, Paulo (org). **Ilha de Santa Catarina; relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. 2ª ed.. Florianópolis: UFSC: Assembléia Legislativa, 1984.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. A Aventura da Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOITEUX, Lucas A. **Santa Catarina no Século XVI**. Florianópolis: Imprensa oficial, 1950.

BORGES, Jorge Luis. **Otras Inquisiciones**. Buenos Aires, Argentina: EMECER, 1960.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos**. 4ª ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.

BRANCHER, Ana (org). **História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro vol. 1. Notícia**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

_____. **Notícia histórica, autentica, sincera, pictoresca e sentimental da villa depois cidade de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catharina dos Casos Raros Alcunhada**. Florianópolis, s. e., 1971.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARITA, Helder (org), ARAÚJO, Renata (org). **Coletânea de Estudos. Universo Urbanístico Português. Lisboa, Portugal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses**, 1998.

CECA, Centro de Estudos Cultura e cidadania (Coletânea de artigos). **Uma Cidade numa Ilha**. Florianópolis: Insular, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**, vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Vol. 2. **Morar, Cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

CLAVAL, Paul. **Experiência Viva e Sociedade Urbana**. Trad: Luís Fugazzola Pimenta e Margareth Pimenta- Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano. Pós Graduação do Departamento de Geografia- CFH, UFSC, s.d.

_____. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

CORBIN, Alain. **O Território do Vazio: a Praia e o Imaginário Ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Saberes e Odores. O Olfato e o Imaginário Social nos Séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Cacilda t. da. **O Sonho e a Técnica: a Arquitetura de Ferro no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1993.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro; Contraponto, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e Mares – Simbolismo e Imaginário**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

FLORES, Maria B. Ramos. **Povoadores da Fronteira. Os Casais Açorianos Rumo ao Sul do Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

FERNANDES, José M. **Índia e Sul do Brasil: Planos do Urbanismo Português no Século XVIII**. In: Universo Urbanístico português 1415-1822. Lisboa, Portugal: comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

FREIRE, Cristina. **Além dos Mapas. Os Monumentos no Imaginário Urbano Contemporâneo**. São Paulo: SESC: Annablume, 1997.

GHIRARDO, Diana. **Architecture after Modernism**. Londres, Inglaterra: Thames & Hudsin, 1996.

HALBAWCS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1980.

HARNECKER, Marta. **Conceptos Elementales del Materialismo Histórico**. México, México: Siglo XXI, 1972.

HARVEY, David. **Condição Pós- Moderna**. 6° ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HEERS, Jacques. **O Trabalho na Idade Média**. São Paulo: Martins fontes, 1991.

HÜBENER, Laura M. **O Comércio da Cidade do Desterro no Século XIX**. Florianópolis: UFSC, 1981.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela Memória. Arquitetura, Monumentos, Mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes; Museu de Arte Moderna, 2000.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro; Forense Universitária, 1990.

LAMAS, José M. R. Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **De lo Rural a lo Urbano.** Historia, ciência, sociedad. 4ª ed. Barcelona, Espanha: Ed. 62, 1978.

_____. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 4ª ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1996.

_____. **Por Amor às Cidades.** Conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Mercadores e Banqueiros da Idade Média.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LEPETIT, Bernard. **Por uma História Urbana.** São Paulo: EDUSP, 2001.

LUZ, Aujor A. **Santa Catarina – Quatro Séculos de História (XVI ao XIX).** Florianópolis: Insular, 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Phenomenologie de la Perception.** Paris: Gallimard, 1976.

MUNFORD, Lewis: **A Cidade na História – Suas Origens, Transformações e Perspectivas.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

_____. **A Cultura das Cidades.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

PAULI, Evaldo. **A Fundação de Florianópolis.** 2ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

PAIVA, Arcipreste Joaquim G. d'Oliveira. **Notícia Geral da Província de Santa Catarina. Desterro:** Typographia de regeneração, 1873.

PELUSO JR, Victor A: **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina** – Florianópolis: Ed. Da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PESAVENTO, Sandra J. (coord). **O Espetáculo da Rua** .Porto Alegre: UFRGS: Prefeitura Municipal, 1992.

_____. **O Imaginário da Cidade.** Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

PIRENNE, Henri. **As Cidades da Idade Média.** 4º ed. Lisboa, Portugal: Publicações Europa- América, 1977.

RAMOS, Átila: **Memória do Saneamento Desterrense**. Florianópolis, CASAN, 1986.

REIS, Nestor Goulart: **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000.

ROSSI, Aldo. **La Arquitectura de la Ciudad**. 3ª ed. Barcelona, Espanha. Gustavo Gilli, 1976.

SABLET, Michel de. **Des Espaces Urbains Agréables a Vivre**. Paris, France: Editions du Moniteur, 1988.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1978.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade de Salvador**. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Paulo. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Coimbra, Portugal: V Colóquio Internacional de Estados Luso-Brasileiros, 1963.

SCHIAVO, Cléia e ZETTEL, Jayme. **Memória, Cidade e Cultura**. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 1997.

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público** – As tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

_____. **Carne e Pedra – O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental**. Rio de Janeiro: Records, 1997.

SICA, Paolo. **La Imagen de La Ciudad. De Esparta a Las Vegas**. Barcelona, Espanha: Gustavo Gili, 1977.

SILVA, Adolfo Nicolich da. **Ruas de Florianópolis**. Resenha histórica: identificação dos agraciados com os nomes das principais avenidas, ruas, becos, servidões, situadas na parte insular, somente no perímetro urbano. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999.

SILVA, Nivaldo J. da. **A Descoberta do Mercado Público**. Florianópolis: Associação dos comerciantes e varejistas do Mercado Público de Florianópolis, 1996.

SIMÕES, Aldírio. **Fala Mané**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1998.

VARGAS, Heliana C. **Espaço Terciário. O Lugar, a Arquitetura e a Imagem do Comércio**. São Paulo: SENAC, 2001.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina, a Ilha**. 2ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

VAZ, Nelson Popini. **O Centro Histórico de Florianópolis. Espaço Público do Ritual**. Florianópolis: FCC: UFSC, 1991.

VEIGA, Eliane V. de: **As Fortificações Catarinenses no Brasil Colonial – Introdução ao seu Estudo**. Florianópolis, s. e., 1988.

_____. **Florianópolis, Memória Urbana**. Florianópolis: UFSC: Fundação Franklin Cascaes, 1993.

VIRÍLIO, Paul. **O Espaço Crítico**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

7.2 REVISTAS

ARQUITETURA E URBANISMO (AU). São Paulo: PINI nº 64 – fev-mar, 1996.

EMPREENDER, Florianópolis: Fundação Empreender: SEBRAE, SC: Ed. Empreendedor. Dezembro, 1998.

GEOSUL: Revista do Departamento de Geociências, universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. V. 1, n. 1 (1º semest. 1986) Florianópolis: UFSC, 1986.

_____. V. 14, n. 28, jul/dez., 1999.

MARES DO SUL. Florianópolis. Editora Mares do Sul. Edição Especial. Outubro, 1997.

PROJETO HISTÓRIA. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC n-7 10 – dezembro de 1993.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – CIDADE – Rio de Janeiro. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTPISTICO NACIONAL – MINISTÉRIO DA CULTURA, nº 23 – 1994.

SANTA CATARINA FILATÉLICA. Sociedade Catarinense de Filatelia- nº 1, ano II, maio de 1951.

TOPONÍMIAS. Fundacion “LA Caixa”, Madri, Espanha, nº 8, 1994.

7.3 JORNAIS

A Notícia, Cad. NA Capital. Joinville, SC. 1997/2002.

Diário Catarinense. Florianópolis, SC, 1999/2000.

O Estado. Florianópolis, SC, 1984/1998.

O Peixe Fresco. Boletins. Florianópolis. Associação dos Comerciantes do Mercado Público. Ano 1. nº 8, dezembro de 1996.

República, Florianópolis, 12/ março/ 1921.

7.4 GUIAS E CATÁLOGOS

CIRCUITO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. Instituto de Planejamento urbano de Florianópolis, Fundação Franklin Cascaes, 2000.

FRATURA EXPOSTA II. **Catálogo de Exposição – Mercado Público** – Centro Integrado de Cultura – MASC. Florianópolis, 13 a 26 de junho de 2000.

PALÁCIO CRUZ E SOUZA. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, Governo de Estado de Santa Catarina: IDESC, s.d.

7.5 ENCICLOPÉDIAS

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vol XXXII, rio de Janeiro, IBGE, 1959.

7.6 PLANOS

FRUGOLI, Marcos, OROFINO, Paulo, BICCA, Vera. **Plano de Referência para um Turismo Sustentável no Sul da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Ambiente sul, 1999.

7.7 TESES E DISSERTAÇÕES

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A Invenção do Litoral: Reformas Urbanas em Florianópolis na Primeira República**. Dissertação de Mestrado – PUC/SP, 1989.

DOS SANTOS, César Floriano. **Campo de Producción Paisajista de Roberto Burle Marx**. Tese de Doutorado. Universidad politécnica de Madrid. Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Madri, Espanha, 1999.

OLIVEIRA, Henrique L. Pereira. **Os Filhos da Falha. Assistência aos Expostos e Remodelação das Conduitas em Deserto. 1828-1887**. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC, 1990.

PEREIRA, Elson M. **Gestão do Espaço Urbano: Um Estudo de Caso das Áreas Central e Continental da Cidade de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado. UFSC, CSE, 1992.

7.8 ENTREVISTAS REALIZADAS

CORSINI, Patrícia, **A Obra dos Irmãos Corsini: A Nova Ala do Mercado Público**. Florianópolis, março de 2001.

GAMA D'ÉÇA, Luiz Felipe. **O Aterro da Baía Sul**. Florianópolis, outubro de 2000.

7.9 ATAS

Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Comissão Técnica do Patrimônio Histórico e Natural- COTESPHAN. Ata 04/97 de 05/ setembro/1997.

7.10 ANAIS

PIMENTA, Margareth et alli. **Projeto Patrimônio Vivo: recuperando o Centro Histórico de Florianópolis- 3º Seminário de Metodologia da Pesquisa em Artes e Patrimônio Cultural**. Pelotas: UPPEL, 1999.